

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
4 - NIRE 33300032061		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. República do Chile, 65 - 24º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 20031-912	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 3224-2040	8 - TELEFONE 3224-2041	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 021	12 - FAX 3224-9999	13 - FAX 3224-6055	14 - FAX 3224-7784
15 - E-MAIL petroinvest@petrobras.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Almir Guilherme Barbassa			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. República do Chile, 65 - 23º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 20031-912	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		6 - UF RJ
7 - DDD 021	8 - TELEFONE 3224-2040	9 - TELEFONE 3224-2041	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 021	13 - FAX 3224-9999	14 - FAX 3224-6055	15 - FAX 3224-7784
16 - E-MAIL barbassa@petrobras.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2007	31/12/2007	2	01/04/2007	30/06/2007	1	01/01/2007	31/03/2007
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 783.840.017-15		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2007	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	2.536.674	2.536.674	2.536.674
2 - Preferenciais	1.850.364	1.850.364	1.849.478
3 - Total	4.387.038	4.387.038	4.386.152
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1010 - Petróleo e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prospecção Petróleo e Gás, Refino e Energia
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO/E	02/04/2007	Dividendo	17/05/2007	ON	0,3500000000
02	AGO/E	02/04/2007	Dividendo	17/05/2007	PN	0,3500000000
03	RCA	25/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/01/2008	ON	0,5000000000
04	RCA	25/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/01/2008	PN	0,5000000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	02/04/2007	52.644.460	4.380.477	Reserva de Lucro	0	0,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 13/08/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
1	Ativo Total	191.071.108	180.677.171
1.01	Ativo Circulante	40.635.708	43.379.085
1.01.01	Disponibilidades	11.386.548	13.138.974
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.998.878	1.115.043
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	8.387.670	12.023.931
1.01.02	Créditos	8.869.965	11.174.557
1.01.02.01	Clientes	8.869.965	11.174.557
1.01.02.01.01	Clientes	3.242.056	4.386.762
1.01.02.01.02	Susid. Contr. Coligadas Princ. p/ Vendas	4.811.354	5.917.158
1.01.02.01.03	Outras Contas a Receber	1.009.886	1.051.728
1.01.02.01.04	Provisão para Cred. Liq Duvidosa	(193.331)	(181.091)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	13.274.243	12.281.642
1.01.04	Outros	7.104.952	6.783.912
1.01.04.01	Dividendos a Receber	119.356	579.431
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	5.617.388	4.942.301
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	903.163	836.998
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	465.045	425.182
1.02	Ativo Não Circulante	150.435.400	137.298.086
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.741.129	49.216.348
1.02.01.01	Créditos Diversos	802.655	798.770
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	793.102	789.278
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.187	8.126
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	1.366	1.366
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	45.514.446	37.737.696
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	1.488	1.488
1.02.01.02.02	Com Controladas	45.297.155	37.513.865
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	215.803	222.343
1.02.01.03	Outros	11.424.028	10.679.882
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	1.255.522	1.005.765
1.02.01.03.02	Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferidos	1.564.200	1.479.333
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	760.410	852.549
1.02.01.03.04	PASEP/COFINS Diferido	2.353.111	2.003.063
1.02.01.03.05	Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	0	115.976
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.385.174	1.358.348
1.02.01.03.07	Adiantamento p/ Plano de Pensão	1.269.048	1.277.361
1.02.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	463.451	513.826
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	959.077	966.431
1.02.01.03.10	Estoques	437.781	453.120
1.02.01.03.11	Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	976.254	654.110
1.02.02	Ativo Permanente	92.694.271	88.081.738

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
1.02.02.01	Investimentos	24.014.704	23.166.510
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	561.004	126.521
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	23.267.452	22.986.516
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	(164.276)	(179.398)
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	350.524	232.871
1.02.02.02	Imobilizado	65.215.153	61.516.762
1.02.02.03	Intangível	2.843.401	2.825.275
1.02.02.04	Diferido	621.013	573.191

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
2	Passivo Total	191.071.108	180.677.171
2.01	Passivo Circulante	51.800.229	47.020.859
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.282.360	1.280.683
2.01.01.01	Financiamentos	1.020.704	1.096.159
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	261.656	184.524
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	5.269.116	4.765.194
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	7.917.525	8.086.815
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.193.519	1.581.966
2.01.06	Provisões	1.804.074	1.486.114
2.01.06.01	Salários, férias e encargos	1.339.176	1.138.568
2.01.06.02	Provisão para contingências	54.000	54.000
2.01.06.03	Plano de Pensão	410.898	293.546
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	29.079.064	24.512.657
2.01.07.01	Fornecedores	29.079.064	24.512.657
2.01.08	Outros	4.254.571	5.307.430
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	253.696	1.750.722
2.01.08.02	Projetos Estruturados	1.510.120	1.551.181
2.01.08.03	Outros	2.490.755	2.005.527
2.02	Passivo Não Circulante	29.980.673	29.937.658
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	29.980.673	29.937.658
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.563.129	4.820.180
2.02.01.01.01	Financiamentos	4.563.129	4.820.180
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	19.695.070	18.953.535
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	8.386.146	8.085.131
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	183.767	182.519
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	3.110.774	3.051.315
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	8.014.383	7.634.570
2.02.01.03.05	Outros impostos diferidos	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.984.652	2.599.776
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	3.737.822	3.564.167
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	3.211.029	3.009.738
2.02.01.06.02	Outras Contas e despesas a pagar	526.793	554.429
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	109.290.206	103.718.654
2.04.01	Capital Social Realizado	52.644.460	48.263.983
2.04.01.01	Capital Social Integralizado	52.644.460	48.263.983
2.04.01.02	Correção Monetária de Capital	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1.285.788	372.064

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
2.04.02.01	Subvenções AFRMM	158.298	158.298
2.04.02.02	Incentivos fiscais - IR	1.127.490	213.766
2.04.03	Reservas de Reavaliação	62.787	64.614
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	62.787	64.614
2.04.04	Reservas de Lucro	46.303.022	50.681.673
2.04.04.01	Legal	6.511.073	6.511.073
2.04.04.02	Estatutária	241.322	1.249.441
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	39.546.993	42.919.351
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	3.634	1.808
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.994.149	4.336.320
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	41.691.977	79.677.910	38.871.455	76.791.779
3.02	Deduções da Receita Bruta	(10.866.494)	(20.984.344)	(10.430.684)	(20.239.548)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	30.825.483	58.693.566	28.440.771	56.552.231
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(16.179.783)	(31.461.629)	(14.614.652)	(28.672.534)
3.05	Resultado Bruto	14.645.700	27.231.937	13.826.119	27.879.697
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(5.172.214)	(10.966.656)	(3.245.741)	(6.945.862)
3.06.01	Com Vendas	(1.236.910)	(2.493.608)	(1.175.765)	(2.338.862)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.024.814)	(2.064.272)	(907.787)	(1.657.249)
3.06.02.01	Honor. Diretoria e Cons. Administração	(1.016)	(2.024)	(953)	(1.905)
3.06.02.02	De Administração	(1.023.798)	(2.062.248)	(906.834)	(1.655.344)
3.06.03	Financeiras	311.846	693.959	275.975	89.555
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.046.498	2.017.313	775.905	1.077.984
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(734.652)	(1.323.354)	(499.930)	(988.429)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.729.501)	(7.662.050)	(2.150.786)	(4.095.307)
3.06.05.01	Tributárias	(184.972)	(340.261)	(217.382)	(333.649)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(425.093)	(804.723)	(492.257)	(732.329)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	0	0	0	0
3.06.05.04	Custo Explot. p/ Extração Petróleo e Gás	(235.509)	(451.337)	(280.911)	(386.614)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(423.988)	(847.975)	(455.848)	(911.696)
3.06.05.06	Variação Monetárias e Cambiais Líquidas	(1.217.563)	(2.189.660)	(10.017)	(502.876)
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(1.242.376)	(3.028.094)	(694.371)	(1.228.143)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	507.165	559.315	712.622	1.056.001
3.07	Resultado Operacional	9.473.486	16.265.281	10.580.378	20.933.835
3.08	Resultado Não Operacional	(33.743)	(34.467)	31.976	(53.503)
3.08.01	Receitas	(563)	16.267	75.306	75.333
3.08.02	Despesas	(33.180)	(50.734)	(43.330)	(128.836)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	9.439.743	16.230.814	10.612.354	20.880.332
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.129.902)	(5.549.013)	(3.558.934)	(6.186.628)
3.11	IR Diferido	541.507	505.867	46.557	(679.962)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	6.851.348	11.187.668	7.099.977	14.013.742
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	4.387.038	4.387.038	4.386.152	4.386.152
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,56173	2,55016	1,61873	3,19500
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Principais diretrizes contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e das normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Não ocorreram mudanças nas principais diretrizes contábeis observadas pela Companhia, em relação àquelas mencionadas no relatório anual de 2006.

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações do período atual, facilitando a comparabilidade.

2. DISPONIBILIDADES

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Caixa e bancos	4.569.930	2.413.976	2.998.878	1.115.043
Aplicações financeiras				
No país:				
Fundos de investimentos Exclusivos:				
- Cambial	115.045	1.596.808		1.476.300
- DI	3.735.312	3.924.556	2.670.625	2.613.174
- Títulos Públicos	693.857	907.362		
Fundos de investimentos financeiros – Cambial	52.772	148.344		
Fundos de investimentos financeiros – DI	750.842	1.449.652		
Outros	652.505	687.567		
	6.000.333	8.714.289	2.670.625	4.089.474
No exterior:				
"Time deposit"	3.865.511	2.356.132	3.751.194	2.798.421
Títulos de renda fixa	3.418.168	6.978.298	1.965.851	5.136.036
	7.283.679	9.334.430	5.717.045	7.934.457
Total das aplicações financeiras	13.284.012	18.048.719	8.387.670	12.023.931
Total das Disponibilidades	17.853.942	20.462.695	11.386.548	13.138.974

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As aplicações financeiras no país possuem liquidez imediata e são representadas por quotas de fundos exclusivos, cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e operações de derivativos, executadas pelos gestores dos fundos, com contratos futuros de dólar norte americano e de DI (Depósito Interbancário) com garantia da BM&F. Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Em 30 de junho de 2007 e 31 de março de 2007, a Companhia e sua subsidiária PifCo mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP e Malhas, equivalentes a R\$ 6.059.479 mil e R\$ 4.341.816 mil (exceto Malhas), respectivamente. Este valor, referente às empresas que são consolidadas, foi compensado no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

3. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

As contas a receber são compostas da seguinte forma:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Clientes				
Terceiros	13.103.711	14.481.225	3.242.056	4.386.762
Partes relacionadas (Nota 4.1)	601.542	668.977	50.109.997 (*)	43.432.511 (*)
Outras	3.140.264	3.445.806	1.225.689	1.274.071
	<u>16.845.517</u>	<u>18.596.008</u>	<u>54.577.742</u>	<u>49.093.344</u>
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.340.851)	(2.393.619)	(193.331)	(181.091)
	<u>14.504.666</u>	<u>16.202.389</u>	<u>54.384.411</u>	<u>48.912.253</u>
Menos: Contas a receber a longo prazo, líquidas	(2.085.664)	(1.829.510)	(45.514.446)	(37.737.696)
Contas a receber a curto prazo, líquidas	<u>12.419.002</u>	<u>14.372.879</u>	<u>8.869.965</u>	<u>11.174.557</u>

(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R\$ 119.356 mil em 30 de junho de 2007 (R\$ 579.431 mil em 31 de março de 2007) e ressarcimentos a receber de R\$ 1.193.152 mil em 30 de junho de 2007 (R\$ 950.794 mil em 31 de março de 2007).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mutações da provisão para créditos de liquidação duvidosa	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Saldo no início do trimestre	2.393.619	2.437.636	181.091	187.482
Adições	35.228	30.214	17.569	3.186
Baixas (*)	(87.996)	(74.231)	(5.329)	(9.577)
Saldo no fim do trimestre	2.340.851	2.393.619	193.331	181.091
Curto prazo	1.263.650	1.251.668	193.331	181.091
Longo prazo	1.077.201	1.141.951		

(*) Inclui variação cambial sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

4. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função da PifCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.1. Ativo

	CONTROLADORA							TOTAL DO ATIVO
	ATIVO CIRCULANTE		REALIZAVEL A LONGO PRAZO					
	Contas a receber, principalmente por vendas	Dividendos a receber	Adiantamento para aumento de capital	Valores vinculados à construção de gasoduto	Operações de mútuo	Outras operações	Ressarcimento a receber	
Petroquisa e suas controladas	70.734				4			70.738
Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas	969.796				314.069			1.283.865
Gaspetro e suas controladas	311.127	115.242	89.967	1.048.069	15.961			1.580.366
PifCo e suas controladas	1.049.599				38.866.055	9.906		39.925.560
PNBV e suas controladas	16.556		9.472			1.981		28.009
Downstream e sua controlada	423.578				334.589			758.167
Transpetro e sua controlada	361.806							361.806
PIB-BV e suas controladas	174.409					72.714		247.123
Brasoil e suas controladas	2.600				3.109.091			3.111.691
BOC e sua controlada	234				493.451			493.685
Pcel	34.259							34.259
Outras controladas e coligadas	1.396.656	4.114	530.474		402.822	18		2.334.084
Termoelétricas	142.912	4.114	457.604		402.822			1.007.452
Coligadas	260.946		1.488					262.434
Outras	992.798		71.382			18		1.064.198
Sociedades de Propósito Específico							1.193.152	1.193.152
30/06/2007	4.811.354	119.356	629.913	1.048.069	43.536.042	84.619	1.193.152	51.422.505
31/03/2007	5.917.158	579.431	277.805	1.139.839	36.012.321	85.388	950.794	44.962.736

R\$ Mil

Taxas dos Mútuos Ativos		
Indexador	Junho/2007	Março/2007
TJLP + 5%a.a.	304.550	315.547
LIBOR + 1 a 3%a.a.	42.494.539	34.644.492
101% do CDI	295.250	576.243
IGPM + 6%a.a.	74.730	75.202
Outras Taxas	366.973	400.837
	43.536.042	36.012.321

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Gasoduto Bolívia-Brasil

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital dessa Companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global ("*turn key*"), no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 30 de junho de 2007, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,07% a.a., é de R\$ 586.324 mil (R\$ 632.369 mil em 31 de março de 2007), sendo R\$ 463.451 mil classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R\$ 513.826 mil em 31 de março de 2007) que inclui o valor de R\$ 122.816 mil (R\$ 131.431 mil em 31 de março de 2007) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO – "*Transportation Capacity Option*").

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 30 de junho de 2007, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 1.048.069 mil (R\$ 1.139.830 mil, em 31 de março de 2007), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.2 Passivo

	CONTROLADORA								TOTAL DO PASSIVO
	PASSIVO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	Adiantamento de clientes	Afretamento de plataformas	Operações com projetos estruturados	Outras operações	Operações de mútuo	Pré-pagamento de exportações	Outras operações		
Petroquisa e suas controladas	(29.225)				(27)			(29.252)	
Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas	(240.984)	(18.653)					(1.112.928)	(1.372.565)	
Gaspetro e suas controladas	(98.483)	(113.676)						(212.159)	
PifCo e suas controladas	(25.988.489)	(105.692)				(831.174)		(26.925.355)	
PNBV e suas controladas	(39.489)	(1.961)	(923.580)					(965.030)	
Downstream e sua controlada	(48.132)	(160.573)						(208.705)	
Transpetro e sua controlada	(567.881)				(50)			(567.931)	
PIB-B.V. e suas controladas	(182.489)	(76.876)			(6.937)			(266.302)	
Brasoil e suas controladas	(33.863)	(905)	(21.592)					(56.360)	
Pcel	(7.325)							(7.325)	
Outras controladas e coligadas	(371.064)	(41.118)				(40.550)		(452.732)	
E-Petro e sua controlada	(7.096)							(7.096)	
Outras	(136.568)							(136.568)	
Termoelétricas	(160.048)							(160.048)	
Coligadas	(67.352)	(41.118)				(40.550)		(149.020)	
Sociedades de Propósito Específico				(1.447.960)				(1.447.960)	
30/6/2007	(27.607.424)	(519.454)	(945.172)	(1.447.960)	(7.014)	(40.550)	(831.174)	(1.112.928)	(32.511.676)
31/3/2007	(23.037.932)	(570.071)	(899.285)	(1.489.547)	(5.369)	(39.710)	(918.528)	(1.641.538)	(28.601.980)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.3. Resultado

	CONTROLADORA			TOTAL DO RESULTADO
	RESULTADO			
	Receitas operacionais, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras líquidas	Variações monetárias e cambiais líquidas	
Petroquisa e suas controladas	482.646		6.401	489.047
Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas	18.800.261	(82.148)	12.344	18.730.457
Gaspetro e suas controladas	1.159.458	37.483	(113.177)	1.083.764
PifCo e suas controladas	6.263.507	458.044	(1.259.986)	5.461.565
PNBV e suas controladas			83.855	83.855
Downstream e sua controlada	1.791.752	19.254	(45.107)	1.765.899
Transpetro e sua controlada	187.212		6.924	194.136
PIB-BV e suas controladas	88.282		35.308	123.590
Brasoil e suas controladas		132.019	(328.923)	(196.904)
BOC e sua controlada		20.978	(53.786)	(32.808)
Pcel	80.407		2.665	83.072
Outras controladas e coligadas	4.665.100	16.576	(20.868)	4.660.808
E-Petro e sua controlada	1.774			1.774
Outras		(30)		(30)
Termoelétricas	568	18.255	(22.923)	(4.100)
Coligadas	4.662.758	(1.649)	2.055	4.663.164
Sociedades de Propósito Específico	173.838			173.838
1º semestre de 2007	33.692.463	602.206	(1.674.350)	32.620.319
1º semestre de 2006	31.465.764	256.217	(472.134)	31.249.847

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.4. Transações com Entidades Governamentais e Fundo de Pensão

A Companhia é controlada pelo Governo Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais e com fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	30.06.2007		31.03.2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Petros (Fundo de Pensão)	1.269.048	272.322	1.277.361	254.031
Banco do Brasil S.A.	5.726.352	1.216.052	7.474.043	868.769
BNDES		6.178.013		7.382.915
Governo Federal - Dividendos Propostos		706.629		509.621
Depósitos Vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	1.695.640	7.679	1.385.016	8.596
Conta de petróleo e álcool - créditos ao Governo Federal	793.102		789.278	
Outros	951.415	226.980	1.111.843	179.790
	10.435.557	8.607.675	12.037.541	9.203.722
Circulante	6.204.935	4.712.915	8.045.230	4.108.214
Não circulante	4.230.622	3.894.760	3.992.311	5.095.508

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

	Consolidado			
	30.06.2007		31.03.2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante	6.204.935		8.045.230	
Disponibilidades	5.678.311		7.416.587	
Contas a receber, líquidas	101.270		95.951	
Outros ativos circulantes	425.354		532.692	
Não circulante	4.230.622		3.992.311	
Conta petróleo e álcool – STN	793.102		789.278	
Depósitos judiciais	1.692.241		1.385.016	
Adiantamento para plano de pensão	1.269.048		1.277.361	
Outros ativos	476.231		540.656	
Passivo				
Circulante		4.712.915		4.108.214
Financiamentos		683.411		2.544.131
Dividendos propostos		800.299		509.621
Outros passivos circulantes		3.229.205		1.054.462
Não circulante		3.894.760		5.095.508
Financiamentos		3.847.269		4.977.768
Outros passivos		47.491		117.740
	10.435.557	8.607.675	12.037.541	9.203.722

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. ESTOQUES

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	4.472.808	4.020.164	3.574.689	3.403.285
Álcool	358.316	390.978	198.269	209.474
	<u>4.831.124</u>	<u>4.411.142</u>	<u>3.772.958</u>	<u>3.612.759</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	6.351.254	5.081.212	5.194.711	4.487.053
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.592.352	3.413.484	2.715.176	2.599.828
Adiantamentos a fornecedores	2.146.808	2.109.048	2.000.162	2.014.469
Outros	481.433	503.645	29.017	20.653
Total	<u>17.402.971</u>	<u>15.518.531</u>	<u>13.712.024</u>	<u>12.734.762</u>
Curto Prazo	16.965.190	15.065.411	13.274.243	12.281.642
Longo Prazo	437.781	453.120	437.781	453.120

(*) Inclui importações em andamento.

6. CONTAS PETRÓLEO E ÁLCOOL – STN

Encontro de contas com a União

Visando concluir o encontro de contas, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, está em articulação com esta secretaria buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

O saldo da conta no valor de R\$ 793.102 mil (R\$ 789.278 mil, em 31 de março de 2007), poderá ser pago pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou com os outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das opções anteriores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários, classificados no ativo realizável a longo prazo, compõem-se de:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Incentivos fiscais - FINOR	5.317	9.797	4.815	4.815
Certificados B	176.119	216.625		
Títulos bancários	146.134	152.009		
NTN P	7.969	7.836	3.372	3.311
Outros	249.786	151.254		
	585.325	537.521	8.187	8.126

Os Certificados B foram recebidos pela Brasoil por conta da venda de plataformas em 2000 e 2001, com vencimentos semestrais até 2011 e rendendo juros equivalentes a libor mais 2,5% a.a. até 4,25% a.a.

As aplicações em títulos de bancos e empresas privadas possuem vencimento até 2014 e rendimento de juros de 6,06% a.a até 8,50 % a.a.

8. PROJETOS ESTRUTURADOS

A Petrobras desenvolve projetos em conjunto com agentes financeiros nacionais e internacionais e com empresas do setor de petróleo e de energia com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários nas áreas de negócio em que a Companhia atua.

Considerando que os projetos estruturados são viabilizados através de Sociedades de Propósito Específico, cujas atividades são, na essência, controladas pela Petrobras, os gastos realizados pela Companhia por conta de projetos em negociação ou já negociados com terceiros estão classificados nas demonstrações contábeis consolidadas, no ativo não circulante – Imobilizado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8.1. Ressarcimentos a receber e Empreendimentos em negociação

O saldo a receber, líquido dos adiantamentos recebidos, referente aos gastos realizados pela Petrobras por conta de projetos já negociados com terceiros, está classificado no ativo no ativo realizável a longo prazo como Projetos Estruturados, e tem a seguinte composição:

Projetos/empresas	Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007
Cayman Cabiunas Investment Co. Ltda.	815.078	816.698
PDET Offshore S.A.	829.237	744.363
Nova Transportadora do Nordeste S.A. (NTN)	96.410	96.410
Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS)	71.300	71.250
Outros	1.110	1.018
Total	1.813.135	1.729.739
Adiantamentos	(620.074)	(778.945)
Total líquido de ressarcimentos a receber	1.193.061	950.794
Empreendimentos em negociação	62.461 (*)	54.971 (*)
Total de projetos estruturados	1.255.522	1.005.765

(*) Compreende os gastos já realizados pela Petrobras com projetos para os quais ainda não há parceiros definidos.

8.2. Obrigações com projetos estruturados

	Projeto	Controladora	
		30.06.2007	31.03.2007
NovaMarlim Petróleo S.A.	NovaMarlim	249.603	291.190
PDET Offshore S.A.	PDET	1.198.357	1.198.357
Total		1.447.960	1.489.547

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Projeto Marlim

A Nova Marlim Petróleo S.A. disponibilizou recursos para o projeto, cujo saldo, líquido dos gastos operacionais já realizados pela Petrobras da ordem de R\$ 1.864.931 mil (R\$ 1.823.345 mil até 31 de março de 2007) e de ativos transferidos da ordem de R\$ 49.465 mil, alcançou R\$ 249.603 mil (R\$ 291.190 mil até 31 de março de 2007), classificados no passivo circulante, como Projetos Estruturados.

b) Projeto PDET

A PDET Offshore S.A. repassou à Petrobras R\$ 1.198.357 mil a título de adiantamento pela venda futura de ativos e reembolso de gastos incorridos pela Petrobras, classificados no passivo circulante, como Projetos Estruturados.

8.3. Contas a pagar relacionadas a consórcios

	Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	62.160	61.634
Total	62.160	61.634

A Petrobras mantém contratos de consórcios com o objetivo de complementar o desenvolvimento da produção de campos de petróleo, cujo saldo a pagar às empresas consorciadas totalizava, em 30 de junho de 2007, R\$ 62.160 mil (R\$ 61.634 mil até 31 de março de 2007), classificados no passivo circulante, como Projetos Estruturados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8.4. Sociedades de propósitos específicos

a) Projetos estruturados

Projeto	Finalidade	Principais garantias	Valor do investimento	Fase atual
Barracuda e Caratinga	Viabilização do desenvolvimento da produção dos campos de Barracuda e Caratinga, da Bacia de Campos. A SPE Barracuda e Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC) é responsável pela constituição de todos os ativos (poços, equipamentos submarinos e unidades de produção) demandados pelo projeto, sendo também proprietária destes.	Garantia da Brasoil para cobertura de necessidades financeiras da BCLC.	US\$ 3,1 bilhões	Em operação, com ativos em fase final de constituição.
Marlim	Consórcio com a Companhia Petrolífera Marlim (CPM), que disponibiliza para a Petrobras equipamentos submarinos de produção de petróleo do campo de Marlim.	70% da produção do campo limitado a 720 dias.	US\$ 1,5 bilhão	Em operação.
NovaMarlim	Consórcio com a NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim) que disponibiliza equipamentos submarinos de produção de petróleo e ressarce, por meio de adiantamento já efetuado à Petrobras, custos operacionais decorrentes da operação e manutenção dos ativos do campo.	30% da produção do campo limitado a 720 dias.	US\$ 834 milhões	Em operação.
CLEP	A Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP) disponibiliza, para a utilização da Petrobras, ativos vinculados à produção de petróleo localizados na Bacia de Campos, através de contrato de aluguel com prazo de 10 anos, ao fim do qual a Petrobras terá o direito de adquirir as ações da SPE ou os ativos do projeto.	Pagamentos antecipados de aluguel, caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	US\$ 1,25 bilhão	Em operação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto	Finalidade	Principais garantias	Valor do investimento	Fase atual
PDET	A PDET Offshore S.A. é a futura proprietária dos ativos do projeto cujo objetivo é melhorar a infra-estrutura de transferência do óleo produzido na Bacia de Campos para as refinarias da Região Sudeste e para exportação. Os ativos, uma vez constituídos, serão alugados para a Petrobras por 12 anos.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.	US\$ 1,27 bilhão	Em fase de constituição dos ativos.
Malhas	Consórcio entre Transpetro, Transportadora Nordeste Sudeste (TNS), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Nova Transportadora do Nordeste (NTN). A contribuição da NTS e NTN no consórcio ocorre através da constituição de ativos relacionados ao transporte de gás natural. A TNS (companhia 100% Gaspetro) disponibiliza ativos já constituídos anteriormente. A Transpetro contribui como operadora dos gasodutos.	Pagamentos antecipados por capacidade de transporte para cobrir eventuais deficiências de caixa do consórcio.	US\$ 1 bilhão	Consórcio entrou em operação em 01 de Janeiro de 2006. Alguns ativos ainda estão em construção.
Modernização da Revap	O objetivo deste projeto é elevar a capacidade da Refinaria Henrique Lage (Revap) em processar óleo pesado nacional, ajustar o diesel por ela produzido às novas especificações nacionais e reduzir a quantidade de emissão de poluentes. Para tanto, foi criada a SPE Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI que construirá e alugará para a Petrobras uma unidade de Coqueamento Retardado, uma unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque e unidades correlatas a serem instaladas naquela refinaria.	Pagamentos antecipados de aluguel para cobrir eventuais deficiências de caixa da CDMPI.	US\$ 900 milhões	A estruturação financeira foi concluída. Os contratos foram assinados em 23 de maio de 2006. Os ativos estão em fase de construção.
Cabiúnas	Projeto com objetivo de aumentar a capacidade de escoamento da produção de gás da Bacia de Campos. A Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd. (CCIC) disponibiliza os ativos para a Petrobras através de um contrato de leasing internacional.	Penhor de 10,4 bilhões de m ³ de gás.	US\$ 850 milhões consolidados no contrato de leasing	Em operação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto	Finalidade	Principais garantias	Valor do investimento	Fase atual
Outros		Titularidade dos ativos ou pagamento adicional de aluguel caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	US\$ 495,5 milhões	Em operação.

b) Projetos em Estruturação

Projeto	Finalidade	Principais garantias	Valor do investimento	Fase atual
Gasene	A Transportadora Gasene S.A. é responsável pela construção e futura proprietária de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas no Rio de Janeiro até a cidade de Catu, na Bahia.	A definir.	US\$ 2 bilhões	Obtenção de empréstimos-ponte junto ao: (i) BNDES no valor total de R\$ 1,36 bilhões, sendo R\$ 1,05 bilhões para construção do gasoduto Gascac e R\$ 312 milhões para construção do gasoduto Gascav e (ii) BB Fund SPC no valor de R\$ 800 milhões para construção do gasoduto Gascav, com emissão de US\$ 210 milhões em Notas Promissórias, em outubro de 2006.
Amazônia	Desenvolvimento de um projeto na área de Gás e Energia que engloba a construção de um gasoduto de 385 km de extensão, entre Coari e Manaus, e de um GLPduto de 285 Km de extensão, entre Urucu e Coari, ambos sob a responsabilidade da Transportadora Urucu Manaus S.A.; e construção de uma termelétrica, em Manaus, com capacidade de 488 MW através da Companhia de Geração Termelétrica Manauara S.A.	Em negociação.	US\$ 1,3 bilhão	Obtido empréstimo-ponte junto ao: (i) BNDES no valor de R\$ 800 milhões, em dezembro-2005, para início da construção do gasoduto; e (ii) BB Fund SPC no valor de até R\$ 1 bilhão. Desse total, já foram emitidos US\$ 115 milhões em Notas Promissórias, em fevereiro de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto	Finalidade	Principais garantias	Valor do investimento	Fase atual
Marlim Leste (P-53)	Para desenvolver a produção do campo de Marlim Leste a Petrobras utilizará uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a P-53, que será afretada junto à Charter Development LLC. O contrato de afretamento, na modalidade casco nu (<i>Bare Boat Charter</i>), será firmado por um período de 15 anos, contados a partir da data de sua assinatura.	<u>Completion</u> : o início do cronograma de pagamentos do afretamento pela Petrobras se dará em uma data predeterminada. <u>Cost Overrun</u> : Eventuais aumentos do custo de construção da P-53 irão acarretar correspondente aumento nas taxas de afretamento.	US\$ 1,59 bilhão	Aumento do valor do empréstimo-ponte junto ao ABN AMRO, em agosto-2006, para US\$ 350 milhões. Realizado, em setembro-2006, refinanciamento do empréstimo sindicalizado. O valor do financiamento foi aumentado para US\$ 750 milhões. Obtenção de recursos de curto prazo no valor de US\$ 200 milhões, por meio de emissão de Notas Promissórias. Os ativos estão em fase de construção.
Mexilhão	Constituição de uma plataforma (PMXL-1) de exploração de gás natural dos Campos de Mexilhão e Cedro, localizados na Bacia de Santos, Estado de São Paulo, que será detida pela Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), responsável pela captação dos recursos necessários para constituição da referida plataforma. Após constituída, a PMXL-1 será alugada à Petrobras, detentora da concessão para exploração e produção dos referidos campos.	A definir.	US\$ 595 milhões	Obtenção de recursos de curto prazo, no valor de até US\$ 241 milhões, através da emissão de <i>Promissory Notes</i> adquiridas pelo BB Fund. Constituição dos ativos em andamento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Trabalhistas	575.843	554.007	532.828	514.567
Fiscais	815.739	813.774	627.157	628.555
Cíveis (*)	298.298	284.371	222.909	212.955
Outros	7.544	11.206	2.280	2.271
Total	1.697.424	1.663.358	1.385.174	1.358.348

(*) Líquido de depósito judicial relacionado a processo judicial provisionado de acordo com Deliberação CVM 489/05.

9.1. Outras informações

a) Busca e apreensão de recolhimentos tidos como indevidos de ICMS / Substituição Tributária

A Petrobras foi acionada na justiça por algumas pequenas distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis. As ações foram ajuizadas nos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará e Maranhão, e no Distrito Federal.

Do valor total dessas ações, da ordem de R\$ 895.795 mil, até 30 de junho de 2007, cerca de R\$ 80.159 mil foram efetivamente sacados das contas da Companhia, por força de decisões judiciais de antecipação de tutela. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas.

A Petrobras, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram, indevidamente, sacadas das suas contas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. INVESTIMENTOS

10.1. Participações da Controladora em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas

	R\$ mil	
	30.06.2007	31.03.2007
Controladas		
Petrobras Distribuidora S.A. – BR	6.714.508	6.481.617
Termorio S.A.	2.536.160	2.539.721
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	2.456.649	2.302.894
Petrobras Internacional Braspetro B.V. – PIB BV	2.366.694	2.448.405
Petrobras Química S.A – Petroquisa	1.852.520	1.798.658
Petrobras Transpetro S. A. – Transpetro	1.592.778	1.569.662
Downstream Participações Ltda.	1.232.296	1.168.428
Petrobras Netherlands B.V – PNBV	1.114.245	1.010.210
Braspetro Oil Services Company – Brasoil	726.752	796.461
Termomacaé Ltda.	708.856	677.623
5283 Participações Ltda.	596.331	616.934
FAFEN Energia S. A.	223.408	220.998
Baixada Santista Energia Ltda.	218.456	217.836
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda	134.738	107.584
Termoceaná Ltda.	133.792	141.337
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda – Pecel	108.500	341.361
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística – FII	40.309	35.129
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – E-Petro	23.025	21.968
Ágio/Deságio em controladas	(164.276)	(179.398)
	<u>22.615.741</u>	<u>22.317.428</u>
Controladas em Conjunto		
Termoaçu S.A.	374.810	374.810
UTE Norte Fluminense S.A.	57.304	54.829
Termogaúcha Usinas Termoelétricas S.A. (em liquidação)	30.191	30.191
Ibiritermo S.A.	15.319	8.871
Termobahia S.A.	9.521	20.699
GNL do Nordeste Ltda	290	290
Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (RPI) *	0	0
	<u>487.435</u>	<u>489.690</u>
Coligadas		
Adiantamento para aquisição da Ipiranga Química S.A.	433.019	
UEG Araucária Ltda	125.832	124.368
Companhia Petroquímica Paulista	2.153	2.153
	<u>561.004</u>	<u>126.521</u>
Outros Investimentos	350.524	232.871
	<u><u>24.014.704</u></u>	<u><u>23.166.510</u></u>

* Constituída provisão para perdas no valor de R\$ 2.504 mil

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.2. Investimentos em empresas com ações negociadas em Bolsas

Em 30 de junho de 2007, os investimentos relevantes da Petrobras em Companhias com ações negociadas em Bolsas de Valores estão demonstrados abaixo:

EMPRESA	LOTE DE MIL AÇÕES	TIPO	COTAÇÃO NA BOLSA DE	VALOR DE
			VALORES	MERCADO
			R\$ / AÇÕES	R\$ mil
<u>Controladas</u>				
Pepsa	1.249.717	ON	2,10	2.624.406
PESA (*)	229.729	ON	5,30	1.217.564
RPI (**)	2.203	ON	102,25	225.257
RPI (**)	759	PN	48,30	36.660
CBPI (**)	3.207	ON	56,14	180.041
CBPI (**)	298	PN	25,80	7.688
				4.291.616
<u>Coligadas</u>				
Copesul	23.482	ON	36,73	862.494
PQU	8.738	ON	13,00	113.594
PQU	8.738	PN	12,80	111.846
				1.087.934
<u>Outros investimentos</u>				
Braskem	12.111	ON	16,56	200.558
Braskem	18.553	PNA	17,26	320.225
				520.783

(*) Essas ações não incluem a participação da Pepsa.

(**) Ações adquiridas pela Ultrapar, em conta e ordem da Petrobras relativas às empresas Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.3. Ágio/Deságio

O ágio e o deságio registrados são decorrentes de expectativa de resultado futuro, valor de mercado dos bens ou outros fundamentos e estão sendo amortizados, onde aplicável, na extensão das projeções que os determinam ou pela vida útil dos bens.

Movimentação do ágio/deságio

	R\$ mil	
	Consolidado	Controladora
Saldo do ágio (deságio) em 31 de dezembro de 2006	833.738	(181.762)
Ágio na aquisição de ações da Refinaria de Petróleo Ipiranga	3.013	3.013
Deságio na aquisição da EVM	(915.758)	
Amortização:		
Ágio	(91.390)	(3.016)
Deságio	18.429	17.486
Outros (*)	(87.815)	3
Saldo do ágio (deságio) em 30 de junho de 2007	(239.783)	(164.276)

(*) Inclui variação cambial sobre saldos de empresas no exterior.

Na controladora, o saldo do deságio no montante de R\$ 268.086 mil está contabilizado em investimentos e no consolidado o montante de R\$ 201.751 mil está apresentado como resultado de exercícios futuros.

10.4. Outras informações

a) Investimentos no Equador

a.1) Acordo de venda e associação com Teikoku Oil Co. Ltd. em operações no Equador

Em 11 de janeiro de 2007 foi aprovado pelo Ministério de Minas do Equador o acordo firmado em janeiro de 2005, para a venda pela Petrobras Energia S.A. (PESA) à Teikoku, de 40% dos direitos e obrigações dos contratos de participação nos Blocos 18 e 31 no Equador. Como consequência da aprovação, as partes estão realizando as ações necessárias para incorporar a Teikoku como sócia nesses blocos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a.2) Nova Lei de Hidrocarbonetos

Em abril de 2006 foi aprovada a “Ley Reformatória” à “Ley de Hidrocarburos” no Equador, que estabelece uma participação mínima do Governo de 50% sobre as receitas extraordinárias geradas por aumentos do preço de venda do petróleo equatoriano (preço médio mensal efetivo de venda FOB) comparado com o preço médio mensal na data da assinatura dos respectivos contratos de venda do petróleo, expresso em moeda constante do mês da liquidação. Em julho de 2006 foi publicada a regulamentação da citada lei, com a qual a Ecuadortlc S.A., controlada da PESA e a Petroecuador manifestaram divergências de interpretação. Em fevereiro de 2007, a Ecuadortlc pagou o valor complementar cobrado pela Petroecuador e segundo sua interpretação da nova legislação, referentes ao período de abril de 2006 a dezembro de 2006, no montante equivalente a R\$ 50.081 mil. Em julho de 2007, a Petroecuador notificou a Ecuadortlc quanto a diferenças para o período de janeiro a maio de 2007, no montante aproximado de R\$ 50.000 mil. Fundamentada em argumentos legais, a Ecuadortlc solicitou a Petroecuador que reconsiderasse os critérios adotados para cálculo das participações. Até a presente data, as autoridades responsáveis não se pronunciaram a respeito do assunto.

b) Investimentos na Bolívia

b.1) Nova Lei de Hidrocarbonetos

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à YPFB toda a produção de hidrocarbonetos.

Adicionalmente, mediante o mencionado decreto, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a YPFB controlasse com, no mínimo, 50% mais 1 ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A. – PBR, da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação (Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios S.A. – 51% e Petrobras Energia Internacional S.A. – 49%).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram com a YPFB, contratos de operação dos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Hondo e Ingre, que são operados pela Petrobras, os quais foram protocolados e entraram em vigor a partir de 02 de maio de 2007. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela YPFB, devendo ser reembolsados ao titular (Petrobras), os custos de produção e investimentos realizados pela Companhia, além do pagamento da remuneração calculada de acordo com a tabela de participação variável estabelecida no contrato.

Em função do Decreto Supremo 29.122, emitido em 06 de maio de 2007, o qual estabelece que a YPFB será o único exportador de petróleo reconstituído e gasolina branca, principais produtos comercializados pela PBR, em 07 de maio de 2007, a Petrobras apresentou uma oferta de venda da totalidade das ações da PBR para a YPFB, a qual foi aceita pelo Governo Boliviano, em 12 de maio de 2007, através do Decreto Supremo 29.128. Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da PBR, com a transferência de 100% das ações para a YPFB pelo montante de US\$ 112.000 mil em 2 parcelas: a primeira, já liquidada em 11 de junho de 2007 e a segunda a ser recebida em 13 de agosto de 2007, garantida por carta de crédito à vista.

O ganho apurado pela Petrobras na alienação das ações da PBR encontra-se registrado no grupo de Outras Receitas Não Operacionais no montante de R\$ 71.984 mil.

Adicionalmente, o contrato estabelece que o resultado líquido positivo apurado pela PBR entre 01 de abril de 2007 e 25 de junho de 2007, será pago às vendedoras até 31 de maio de 2008, tendo sido provisionado o montante aproximado de R\$ 43.000 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Investimentos na Argentina

c.1) Venda de Participação Acionária em Empresa de Energia na Argentina

Em janeiro de 2007, a PESA assinou com um consórcio integrado por Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Inc y Sociedad Argentina de Energia S.A., um contrato de compra e venda de ações para a transferência de sua participação acionária (9,19%) na empresa Hidroneuquén S.A., sociedade detentora de 59% do capital social da empresa Hidroeléctrica Piedra del Aguila S.A. O contrato prevê um preço de venda de US\$ 15 milhões.

d) Investimentos na Venezuela

d.1) Revisão dos convênios operacionais na Venezuela

Em abril de 2005 o Ministério de Energia y Petróleo de Venezuela (MEP) instruiu a empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) a revisar os trinta e dois convênios operacionais celebrados por filiais da PDVSA com empresas petroleiras entre 1992 e 1997.

Em março de 2006 a PESA, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP) Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas. Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%. De acordo com o que estabelece o MDE, a CVP reconheceu créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participam das empresas mistas, que não estão sujeitos a juros e podem ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição de qualquer novo projeto de empresa mista para o desenvolvimento de atividades de exploração e produção de petróleo ou de licença para o desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás na Venezuela. Os créditos atribuídos a PESA correspondem a US\$ 88,5 milhões.

A migração dos contratos produziu efeitos econômicos a partir de 01 de abril de 2006. Em agosto de 2006 foram firmados os contratos de conversão de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata e foram constituídas as empresas Petroritupano S.A., Petrowayú S.A., Petrovenbras S.A. e Petrokariña S.A. as quais, respectivamente, operam nas áreas acima mencionadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 01 de abril de 2006 a PESA deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A partir dessa data e até que as empresas mistas se encontrassem em condições operacionais, as atividades foram provisoriamente dirigidas por um comitê executivo integrado principalmente por representantes da PDVSA.

Os resultados das operações realizadas pelas empresas mistas no período de janeiro a junho de 2007 foram estimados com base na melhor informação disponível. A materialização de certas estimativas depende de fatos futuros, alguns dos quais estão fora do controle direto da Companhia.

e) Novos projetos no exterior

A PESA, controlada indireta da Petrobras, adquiriu da Conoco Phillips, por US\$ 77,6 milhões, suas participações de 25,67% e 52,37% dos ativos em Sierra Chata e Parva Negra, respectivamente. Com essa aquisição, a PESA passou a ter uma participação de 45,55% em Sierra Chata e 100% em Parva Negra. Sierra Chata é um ativo produtor de gás natural na Bacia Neuquina, com um total de reservas provadas, em 31 de dezembro de 2006, de 56 milhões de barris de petróleo e com importantes reservas provadas e possíveis. Parva Negra é um lote adjacente, ao norte do bloco de Sierra Chata, que tem dois poços perfurados com indícios de gás natural. O potencial da área será avaliado durante o ano de 2007.

Em 18 de maio de 2007, a Petrobras assinou acordo com as empresas portuguesas Galp Energia e Partex, em Lisboa, para exploração e produção de petróleo em quatro blocos na Bacia de Lusitaniana, situada na costa portuguesa, ao norte de Lisboa. A Petrobras será a operadora, com 50% de participação, ficando a Galp Energia com 30% e a Partex com 20%. O contrato prevê um período de oito anos para a exploração, envolvendo a aquisição sísmica e a perfuração de poços exploratórios. Será a primeira atividade de exploração e produção a ser desenvolvida na costa portuguesa.

Em 04 de junho de 2007, a Petrobras assinou, em Nova Delhi, acordo de parceria com a Companhia ONGC, maior empresa indiana de petróleo e gás. Serão operados seis blocos exploratórios em águas profundas, dos quais três no Brasil e três na Costa Leste da Índia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) Operações com termelétricas

Com o objetivo de aumentar a capacidade de geração de energia e eliminação de pagamentos contingenciais, compromissos de fornecimento de gás, compra de energia e reembolso de despesas operacionais, a Petrobras concluiu a aquisição das termelétricas incluídas no Programa Prioritário de Termoeletricidade, as quais geravam tais compromissos contratuais. As negociações finais estão resumidas a seguir:

f.1) Aquisição

Termoaçu S.A.

Em 07 de março de 2007, foi aprovado o aumento de capital da Termoaçu S.A. pelos sócios, no valor total de R\$ 53.569 mil, passando a participação da Petrobras no capital de 62,43% para 65,70%.

f.2) Baixa

Usina Termelétrica Nova Piratininga Ltda

Em 28 de fevereiro de 2007, a Petrobras e sua subsidiária Gaspetro, promoveram o distrato social da Usina Termelétrica Nova Piratininga Ltda, em decorrência da extinção do consórcio Piratininga – São Paulo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Outras informações

g.1) Grupo Ipiranga

Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar (por si), com a interveniência da Braskem S.A. e da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (por comissão) adquiriu o controle das empresas do grupo Ipiranga. O valor da aquisição está sendo dispendido em 3 parcelas, totalizando R\$ 5.486.235 mil. Naquela data, a Ultrapar, Braskem e Petrobras realizaram o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 2.071.107 mil relativa a aquisição de ações detidas pelos acionistas controladores do Grupo Ipiranga, sendo R\$ 742.747 mil pagos pela Petrobras.

Nos termos do acordo entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste (“Ativos de Distribuição Sul”) da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga (DPPI) e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI), a Petrobras deterá o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (“Ativos de Distribuição Norte”) da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga (DPPI) e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI), e a Braskem passou a deter o controle dos ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ) e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), tendo a Petrobras participação nos ativos petroquímicos. Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI) são compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

A operação foi apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Secretaria de Direito Econômico – SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE), no prazo e forma assinalados pela legislação em vigor.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Ultrapar é a responsável por executar uma reorganização societária das empresas adquiridas, com o objetivo de separar os ativos atribuídos a cada uma das empresas adquirentes, cujas etapas são:

- (a) Oferta Pública de “*Tag Along*” para aquisição das ações ordinárias de emissão de RPI, DPPI e CBPI;
- (b) Incorporação pela Ultrapar das ações de emissão da RPI, DPPI e CBPI;
- (c) Segregação dos ativos sendo: (i) redução de capital da RPI e da CBPI, a fim de transferir os ativos petroquímicos diretamente para a Ultrapar, para posterior entrega à Braskem e à Petrobras, nos termos da comissão, e (ii) cisão da CBPI para transferir os ativos de distribuição norte a uma sociedade controlada pela Petrobras.

Atualmente, a operação se encontra na fase de realização de Oferta Pública de Ações (OPA's) para aquisição das ações ordinárias de emissão da RPI, DPPI e CBPI. O pedido de registro da OPA foi encaminhado à CVM em 02 de maio de 2007 e está sendo analisado por esta autarquia.

Nos negócios petroquímicos, Petrobras e Braskem encaminharam à CVM, em 18 de abril de 2007, pedido de registro de OPA de fechamento de capital da Copesul, que também se encontra em análise. Já com relação à IPQ, as mesmas empresas encaminharam em 18 de maio de 2007, pedido de registro de OPA de *Tag Along*, o que permitiu a aquisição privada das ações de emissão detidas pelos minoritários em 28 de junho de 2007 com a liquidação financeira e transferência das ações pelos acionistas. O valor da operação foi estimado em R\$ 118.000 mil e o veículo utilizado para aquisição foi uma sociedade de propósito específico: EDSP67 Participações S.A., controlada pela Ipiranga Química S.A. Em 04 de julho de 2007, a CVM deferiu o pedido de dispensa da referida OPA e, em 18 de julho de 2007, a IPQ teve seu registro de companhia aberta cancelado.

Após a 1ª fase da aquisição, nos negócios petroquímicos, a Petrobras passou a deter na Ipiranga Química, 8,94% do capital total e 27,13% do capital votante, registrando a parcela de R\$ 429.405 mil como adiantamento no grupo de Investimento e apurando equivalência patrimonial de R\$ 7.662 mil, bem como amortizando o respectivo ágio de R\$ 4.048 mil. A apuração do ágio foi estimada considerando a relação entre a parcela paga na 1ª. fase, o total previsto para a operação, o percentual no capital total, considerado para equivalência patrimonial, e a participação da Petrobras ao final do processo (40%).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos negócios de refino, a Petrobras passou a deter 10,01% do capital total da RPI, passando assim a consolidar proporcionalmente as demonstrações contábeis “pró-forma” dos ativos de refino da RPI em função do controle compartilhado exercido pela Petrobras, Braskem e Ultra. Foi reconhecido e amortizado integralmente ágio de R\$ 3.013 mil, sendo constituído provisão para perda em investimentos no mesmo montante em função de patrimônio líquido negativo, sendo revertido R\$ 509 mil pelos resultados apurados pela operação de refino da RPI no 2T-07.

Com relação ao mercado de distribuição de combustíveis, o CADE esclareceu que os termos da Medida Cautelar Cautelar 087000.001507/2007-80 referente a atos de concentração não impedem Petrobras e Ultrapar – as adquirentes dos negócios de distribuição do Grupo Ipiranga – de manterem entendimentos com o objetivo de formular desenho de governança corporativa que afaste qualquer risco à concorrência. O CADE autorizou a realização de reuniões, entre Petrobras e Ultrapar para apresentação da proposta

Em 16 de maio de 2007, o CADE aprovou, por unanimidade, um acordo substituindo os itens da medida cautelar que impedia a Petrobras de participar de decisões estratégicas e comerciais relacionadas à aquisição dos ativos de distribuição do Grupo Ipiranga.

O documento denominado “Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (APRO)” permite à Petrobras escolher um gestor e negociar a implantação de um conteúdo de governança que garanta a preservação dos ativos e os direitos dos acionistas minoritários. Permanece inalterado o cumprimento do cronograma da operação.

Com o APRO, a gestão dos ativos de distribuição adquiridos pela Petrobras passa a ser conduzida de forma independente da gestão dos ativos adquiridos pela Ultrapar.

O gestor dos ativos de distribuição da Petrobras foi selecionado no mercado e deverá conduzir os negócios até a decisão final do CADE sobre a operação.

Nos negócios de distribuição, a Petrobras registrou a parcela de R\$ 313.342 mil, relativa aos ativos de distribuição, como adiantamento no Ativo Não Circulante, no realizável a longo prazo em função do APRO, aguardando decisão final do CADE sobre a operação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g.2) Exercício de opção de compra das ações da EVM Leasing Co.

Em 18 de junho de 2007, por recomendação da Petrobras, a Braspetro Oil Company (BOC) exerceu por US\$ 123 milhões (R\$ 234.278 mil) a opção de compra da totalidade das ações da EVM Leasing Co. (EVM), proprietária dos bens financiados, junto aos investidores e financiadores do projeto estruturado EVM, tendo em vista a conclusão da estrutura financeira e liquidação das demais obrigações contratuais do projeto pela Petrobras.

Nas demonstrações contábeis da Petrobras os ativos e obrigações da EVM estavam consolidados nos termos da Instrução CVM 408/2004. Em junho de 2007, a EVM passou a ser uma controlada direta da BOC que possui 100% de seu capital votante e integralizado, e a sua consolidação obedeceu à Instrução CVM 247/96.

11. IMOBILIZADO

11.1. Por área de negócio

Consolidado

	R\$ mil			31.03.2007
	30.06.2007			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e Produção	111.013.092	(43.416.442)	67.596.650	65.338.290
Abastecimento	38.416.381	(16.719.652)	21.696.729	20.655.515
Distribuição	4.496.693	(1.824.010)	2.672.683	2.629.622
Gás e Energia	20.706.870	(3.538.521)	17.168.349	16.222.564
Internacional	19.860.607	(7.759.693)	12.100.914	11.877.040
Corporativo	2.580.610	(806.489)	1.774.121	1.572.276
	197.074.253	(74.064.807)	123.009.446	118.295.307

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora

	R\$ mil			
	30.06.2007		31.03.2007	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e Produção	81.654.750	(36.874.242)	44.780.508	42.295.392
Abastecimento	31.539.220	(15.112.491)	16.426.729	15.483.212
Gás e Energia	2.890.946	(552.555)	2.338.391	2.157.792
Internacional	17.011	(9.136)	7.875	7.133
Corporativo	2.447.826	(786.176)	1.661.650	1.573.233
	118.549.753	(53.334.600)	65.215.153	61.516.762

11.2. Por tipo de ativos

Consolidado

	Tempo de Vida Útil Estimado em anos	R\$ mil			
		30.06.2007		31.03.2007	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	6.941.077	(2.637.039)	4.304.038	4.319.713
Equipamentos e outros bens	3 a 30	86.465.812	(42.483.965)	43.981.847	43.643.807
Terrenos		753.482		753.482	727.495
Materiais		3.641.951		3.641.951	3.310.151
Adiantamentos a fornecedores		1.452.864		1.452.864	1.554.111
Projetos de expansão		34.967.725		34.967.725	32.155.314
Gastos com exploração e desenvolvimento de produção de petróleo e gás (E&P)		62.851.342	(28.943.803)	33.907.539	32.584.716
		197.074.253	(74.064.807)	123.009.446	118.295.307

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora

	Tempo de Vida Útil Estimado em anos	R\$ mil			
		30.06.2007		31.03.2007	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	3.357.513	(1.451.533)	1.905.980	1.816.951
Equipamentos e outros bens	4 a 20	40.859.260	(27.123.567)	13.735.693	13.121.063
Terrenos		301.974		301.974	282.197
Materiais		3.020.792		3.020.792	2.720.004
Adiantamento a fornecedores		493.667		493.667	403.080
Projetos de expansão		18.291.169		18.291.169	17.060.301
Gastos com exploração e desenvolvimento de produção de petróleo e gás (E&P)		<u>52.225.378</u>	<u>(24.759.500)</u>	<u>27.465.878</u>	<u>26.113.166</u>
		<u>118.549.753</u>	<u>(53.334.600)</u>	<u>65.215.153</u>	<u>61.516.762</u>

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás, cativos aos respectivos poços desenvolvidos, são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos cuja vida útil é menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada.

Os gastos relevantes realizados com paradas programadas para manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros, estão registrados no Imobilizado.

Tais paradas ocorrem em períodos programados, em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da parada seguinte.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11.3. Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Gastos capitalizados	62.851.342	60.441.891	52.225.378	50.100.095
Depreciação acumulada	(28.343.959)	(27.335.233)	(24.213.289)	(23.516.880)
Amortização de gastos com abandono	(599.844)	(521.942)	(546.211)	(470.049)
Investimento líquido	33.907.539	32.584.716	27.465.878	26.113.166

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos (*“successful efforts”*). Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando forem identificados como tal.

Os custos capitalizados e os bens vinculados são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Os custos capitalizados são depreciados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

De acordo com a prática contábil adotada, apoiada no pronunciamento SFAS 143 – *“Accounting for Asset Retirement Obligations do Financial Accounting Standards Boards”* – FASB, a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

A despesa com os juros incorridos sobre a provisão da obrigação, no montante de R\$ 60.282 mil no período de janeiro a junho de 2007, está classificada como despesas operacionais - gastos com prospecção, perfuração para extração de petróleo (item 3.06.05.04 da Demonstração do Resultado – ITR – Controladora).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11.4. Depreciação

A depreciação no primeiro semestre de 2007 e 2006 está assim apresentada:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	Jan-Jun/2007	Jan-Jun/2006	Jan-Jun/2007	Jan-Jun/2006
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	1.964.320	2.360.953	733.980	901.643
De gastos de exploração e produção	1.996.225	1.176.528	1.293.243	846.235
De custos para abandono de poços capitalizados/provisionados	158.521	81.354	149.867	77.580
	4.119.066	3.618.835	2.177.090	1.825.458
Parcela registrada diretamente no resultado	664.531	550.477	368.332	297.365
	4.783.597	4.169.312	2.545.422	2.122.823

11.5. Leasing de plataformas e navios

Em 30 de junho de 2007 e 31 de março de 2007, controladas diretas e indiretas mantinham contratos de leasing para plataformas "off-shore" e navios que são afretados à Petrobras, sendo o compromisso assumido pela Controladora equivalente ao montante daqueles contratos. A Controladora mantinha, também, contratos de "leasing" com terceiros para outras plataformas "off-shore".

Os valores do imobilizado líquido de depreciação e do passivo que essas plataformas representariam caso estivessem registradas como compra financiada de bens estão apresentados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Imobilizado líquido de depreciação	1.384.878	1.468.592	196.484	212.234
Financiamento:				
Curto prazo (circulante)	465.392	512.551	67.415	68.323
Longo prazo (não circulante)	1.514.522	1.746.012	278.362	316.815
	1.979.914	2.258.563	345.777	385.138

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os gastos antecipados com afretamentos de plataformas, realizados em períodos anteriores à sua entrada em operação, estão registrados como despesas antecipadas e totalizam R\$ 1.154.117 mil em 30 de junho de 2007 (R\$ 1.156.196 mil em 31 de março de 2007), sendo R\$ 898.161 mil no ativo não circulante em 30 de junho de 2007 (R\$ 898.362 mil em 31 de março de 2007).

11.6. Ações judiciais no exterior

a) Nos Estados Unidos – P-19 e P-31

Em 25 de julho de 2002, a Braspetro Oil Service Co. (Brasoil) e a Petrobras venceram, em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, as quais tentavam obter, desde 1997, em face da primeira, declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção (*“performance bond”*) das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda, buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da *“performance bond”*.

Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido à Brasoil e à Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US\$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento, referentes ao *“performance bond”*, totalizando aproximadamente US\$ 370 milhões.

Contra essa decisão, as seguradoras ofereceram recurso de apelação perante a Corte de Apelação do Segundo Circuito (*“United States Court of Appeals for the Second Circuit”*). Em 20 de maio de 2004, foi proferida a decisão do Tribunal que confirmou, em parte, a sentença, quanto à responsabilidade das seguradoras ao pagamento dos *“performance bonds”*. Não obstante, afastou a obrigação das seguradoras quanto ao pagamento da multa (*“liquidated damages”*), honorários advocatícios (*“attorney’s fees”*) e custas (*“expenses”*), reduzindo, assim, o valor da indenização para US\$ 245 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dessa decisão, as seguradoras opuseram recurso ao Tribunal Pleno, que não foi provido, restando definitiva a condenação supra. As partes (Seguradoras e Brasoil), em abril de 2005, iniciaram tratativas visando à efetiva quitação do crédito da Brasoil, ensejando a assinatura de um Memorando de Entendimento, cuja operacionalização, todavia, ensejou novas dúvidas e questões a serem sanadas em juízo. No dia 21 de julho de 2006, a Justiça Americana proferiu decisão executiva definindo os pontos de divergência, como os juros incidentes, tendo, contudo, condicionado o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

b) Ação judicial em Londres – P-36

A Brasoil e a Petrobras participam de um conjunto de contratos relativos à obra de conversão e aquisição da Plataforma P-36, cuja perda total (afundamento) ocorreu em 2001. Nos citados contratos, a Brasoil e a Petrobras se obrigaram a depositar a indenização do seguro da plataforma, em caso de sinistro, em favor de um Agente das Garantias (*"Security Agent"*), para pagamento aos credores, de acordo com um mecanismo ajustado contratualmente. Está em curso perante a Corte Londrina ação judicial ajuizada por empresas que julgam serem credoras de parte desses pagamentos que a Brasoil e a Petrobras entendem serem direitos seus, de acordo com o mecanismo de distribuição já mencionado.

Em abril de 2003, a Brasoil apresentou em juízo uma garantia bancária obtida junto a uma instituição financeira relativa ao pagamento da indenização securitária ao Agente das Garantias, e forneceu à instituição financeira uma contra-garantia no valor de US\$ 175 milhões. De acordo com a decisão proferida pela Corte estrangeira, em 15 de dezembro de 2005, foram feitos pagamentos a Brasoil, por conta da garantia bancária de 30 de abril de 2004, no montante de US\$ 171 milhões. Em 04 de janeiro de 2006, o fornecedor da garantia confirmou que a mesma foi cancelada.

O julgamento foi dividido em duas fases. O primeiro estágio ocorreu em outubro de 2003 e a decisão foi proferida em 02 de fevereiro de 2004. Os termos da decisão são complexos e podem estar sujeitos à apelação. Em resumo: (i) nem a Petrobras nem a Brasoil foram declaradas inadimplentes; (ii) Petromec e Marítima estão sujeitas a reembolsar a Brasoil a importância de aproximadamente US\$ 58 milhões acrescidos de juros; e (iii) Petromec e Marítima não são responsáveis por atrasos ou trabalhos inacabados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 15 de julho de 2005, foi proferida decisão determinando que a indenização do seguro pertence à Brasoil, exceto a quantia de US\$ 629 mil mais juros, que deve ser paga a outras partes no litígio, além de uma quantia adicional de US\$ 1,5 milhão que deve ser mantida em suspenso até o resultado de certas questões pendentes.

Após o julgamento de fevereiro de 2004, a Petromec emendou a ação judicial onde ela pleiteia o montante de US\$ 131 milhões a título de custos adicionais pelo "upgrade" realizado e, alternativamente, a título de danos por declaração falsa, porém sem quantificação. O julgamento da declaração falsa ocorreu entre os dias 16 de janeiro e 09 de fevereiro de 2006 e a decisão proferida em 16 de junho de 2006 julgou improcedentes as reivindicações da Petromec. Não houve recurso pela Petromec e a referida decisão é final.

O julgamento do pedido de custos adicionais ocorrerá, provavelmente, no final de 2007 ou em 2008.

c) Outras ações de ressarcimento

Na construção/conversão de navios em "FPSO - Floating Production, Storage and Offloading" e "FSO - Floating, Storage and Offloading", a Brasoil, tendo em vista a inadimplência contratual dos construtores, aportou, por conta dos mesmos, recursos financeiros no montante de US\$ 612 milhões, equivalentes a R\$ 1.179.432 mil em 30 de junho de 2007 (R\$ 1.251.151 mil em 31 de março de 2007) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos a Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento, pois representam um direito da Brasoil junto a tais construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, em decorrência da característica litigiosa desses ativos, e das incertezas sobre as probabilidades de todo o recebimento dos valores desembolsados, conservadoramente, está provisionada como créditos de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US\$ 540 milhões, equivalentes a R\$ 1.040.666 mil em 30 de junho de 2007 (R\$ 1.103.437 mil em 31 de março de 2007).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. INTANGÍVEL

12.1. Por área de negócio

Consolidado

	R\$ mil			31.03.2007
	30.06.2007		Líquido	
	Custo	Amortização Acumulada		
Exploração e Produção	1.769.983	(233.891)	1.536.092	1.524.453
Abastecimento	287.507	(86.232)	201.275	186.101
Distribuição	193.994	(88.005)	105.989	106.885
Gás e Energia	96.716	(20.652)	76.064	70.657
Internacional	3.612.063	(1.148.947)	2.463.116	2.632.151
Corporativo	1.594.036	(487.290)	1.106.746	1.108.052
	7.554.299	(2.065.017)	5.489.282	5.628.299

Controladora

	R\$ mil			31.03.2007
	30.06.2007		Líquido	
	Custo	Amortização Acumulada		
Exploração e Produção	1.769.504	(233.803)	1.535.701	1.524.049
Abastecimento	184.836	(54.495)	130.341	127.582
Gás e Energia	66.939	(4.788)	62.151	57.600
Internacional	26.603	(7.890)	18.713	18.782
Corporativo	1.560.868	(464.373)	1.096.495	1.097.262
	3.608.750	(765.349)	2.843.401	2.825.275

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.2. Por tipo de ativos

Consolidado

	Tempo de Vida Útil Estimado em anos	R\$ mil			
		30.06.2007		31.03.2007	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos e concessões	25	5.030.827	(1.173.937)	3.856.890	4.021.725
Software	4	2.523.472	(891.080)	1.632.392	1.606.574
		7.554.299	(2.065.017)	5.489.282	5.628.299

Controladora

	Tempo de Vida Útil Estimado em anos	R\$ mil			
		30.06.2007		31.03.2007	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos e concessões	25	1.474.343	(14.121)	1.460.222	1.450.062
Software	4	2.134.407	(751.228)	1.383.179	1.375.213
		3.608.750	(765.349)	2.843.401	2.825.275

Os gastos com direitos e concessões incluem os bônus de assinatura, correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural, e são registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método de unidade produzida em relação ao total das reservas provadas. Adicionalmente, também são incluídos softwares e marcas e patentes neste grupo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado

	R\$ mil			
	Circulante		Não Circulante	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
No exterior				
Instituições financeiras	4.644.278	5.849.547	12.185.250	13.279.544
Obrigações ao portador- "Notes", "Global Notes" e "Global step-up Notes"	1.250.161	670.029	7.141.885	7.628.123
Fornecedores		12.548	14.785	36.028
"Trust Certificates" – "Senior/Junior"	132.317	140.541	831.175	918.528
Outros	650.640	741.895	548.101	1.113.753
Subtotal	<u>6.677.396</u>	<u>7.414.560</u>	<u>20.721.196</u>	<u>22.975.976</u>
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	2.389.274	2.491.732	2.155.221	4.055.058
Debêntures	469.129	395.357	3.703.328	3.016.260
FINAME – vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	83.069	97.684	325.804	389.290
Outros	635.440	966.311	680.278	356.049
Subtotal	<u>3.576.912</u>	<u>3.951.084</u>	<u>6.864.631</u>	<u>7.816.657</u>
Total	10.254.308	11.365.644	27.585.827	30.792.633
Juros sobre financiamentos	(710.513)	(748.102)		
Principal	9.543.795	10.617.542		
Parcela no circulante de financiamentos do passivo não circulante	<u>(4.452.041)</u>	<u>(4.099.864)</u>		
Total dos financiamentos de curto prazo	5.091.754	6.517.678		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora

	R\$ mil			
	Circulante		Não Circulante	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
No exterior				
Instituições financeiras	520.674	558.523	1.411.513	1.612.448
Obrigações ao portador- "Notes"	365.334	377.683		
Subtotal	<u>886.008</u>	<u>936.206</u>	<u>1.411.513</u>	<u>1.612.448</u>
No País				
Debêntures	283.668	210.225	2.772.032	2.763.507
FINAME – vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	80.529	95.644	316.503	379.024
Outros	32.155	38.608	63.081	65.201
Subtotal	<u>396.352</u>	<u>344.477</u>	<u>3.151.616</u>	<u>3.207.732</u>
Total	<u>1.282.360</u>	<u>1.280.683</u>	<u>4.563.129</u>	<u>4.820.180</u>
Juros sobre financiamentos	<u>(261.656)</u>	<u>(184.524)</u>		
Principal	1.020.704	1.096.159		
Parcela no circulante de financiamentos do passivo não circulante	<u>(1.020.704)</u>	<u>(1.096.159)</u>		
Total dos financiamentos de curto prazo	<u> </u>	<u> </u>		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.1. Vencimentos do principal dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil	
	30.06.2007	
	Consolidado	Controladora
2008	2.035.092	320.638
2009	6.466.034	477.501
2010	4.180.291	1.536.967
2011	2.259.790	363.560
2012 em diante	12.644.620	1.864.463
	27.585.827	4.563.129

13.2. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
No exterior				
Até 6%	4.618.527	7.495.521	1.074.106	791.577
De 6 a 8%	11.555.250	9.574.323	337.408	820.871
De 8 a 10%	3.935.543	4.693.143		
De 10 a 12%	137.638	727.743		
Acima de 12%	474.238	485.246		
	20.721.196	22.975.976	1.411.514	1.612.448
No País				
Até 6%	2.432.775	2.382.460	63.081	65.201
De 6 a 8%		381.375		
De 8 a 10%	1.554.772	1.693.463	783.120	845.080
De 10 a 12%	2.597.594	2.297.488	2.305.414	2.297.451
Acima de 12%	279.490	1.061.871		
	6.864.631	7.816.657	3.151.615	3.207.732
	27.585.827	30.792.633	4.563.129	4.820.180

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.3. Saldos por moedas no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Dólar norte-americano	21.348.985	23.716.943	1.307.187	1.464.241
lêne	965.546	1.129.597	417.446	520.894
Euro	134.956	148.714	3.383	6.337
Real	3.263.667	4.707.819	2.835.113	2.828.708
Outras	1.872.673	1.089.560		
	27.585.827	30.792.633	4.563.129	4.820.180

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 30 de junho de 2007, era, de respectivamente, R\$ 4.917.305 mil e R\$ 28.292.123 mil, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 4.563.129 mil e R\$ 27.585.827 mil.

As operações de "hedge", contratadas para cobertura de "Notes" emitidos no exterior em moedas estrangeiras, estão divulgadas na nota explicativa 23.

13.4. Pré-pagamento de exportações

A Petrobras e a Petrobras Finance Ltd. (PFL) mantêm contratos ("Master Export Contract e Prepayment Agreement") entre si e, também, com uma sociedade de propósito específico, não relacionada à Petrobras, denominada "PF Export Receivables Master Trust" ("PF Export"), referentes à pré-pagamento de recebíveis de exportação a serem gerados pela PFL., por intermédio de vendas, no mercado internacional, de óleo combustível adquirido da Petrobras.

Em 30 de junho de 2007, o saldo do pré-pagamento das exportações totalizava R\$ 831.175 mil no passivo não circulante (R\$ 918.528 mil em 31 de março de 2007) e R\$ 131.138 mil no passivo circulante (R\$ 139.290 mil em 31 de março de 2007).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.5. Financiamento da Plataforma P-51

Em 05 de dezembro de 2005, a subsidiária integral Petrobras Netherlands BV (PNBV) assinou contrato de financiamento com o BNDES, no limite de US\$ 402 milhões, destinado à aquisição de bens e à contratação de serviços no território brasileiro para a construção da plataforma P-51, que será utilizada na produção de petróleo do campo de Marlim Sul. Do total disponível para saque, a PNBV utilizou o montante de US\$ 204 milhões que foi aplicado na construção do ativo.

Considerando a situação de caixa favorável, a conjuntura econômica atual e o cenário de juros mais altos à época da contratação do financiamento, a Companhia optou pelo pré-pagamento da dívida, em conjunto com o cancelamento do saldo disponível para saque junto ao BNDES, de forma alinhada aos objetivos estratégicos do Sistema Petrobras e à otimização da sua estrutura financeira.

Em 15 de junho de 2007, a PNBV quitou o financiamento no montante de US\$ 205 milhões, incluindo os juros incorridos até a data.

13.6. Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, à compra de matéria-prima, desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

a) Debêntures

As debêntures emitidas com a finalidade de financiar, através do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos ("*TCO - Transportation Capacity Option*"), totalizaram R\$ 430.000 mil (43.000 mil títulos, com valor nominal de R\$ 10,00) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures possuem garantia concedida pela Gaspetro, interveniente da operação, ao BNDES de ações ordinárias de sua propriedade, emitidas pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, TBG, Petrobras, Petroquisa e Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

Em 02 de agosto de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini – Refap S.A. aprovou o valor da emissão privada de debêntures simples, nominativas e escriturais no montante de R\$ 852.600 mil, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar sua capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³/dia para 30.000 m³/dia.

A emissão teve as seguintes características: emissão em 08 de setembro de 2006 com prazo de amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP+3,8% a.a.; 10% subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES+2,3% a.a.

b) Endividamento da CIESA e TGS

A fim de promover o saneamento financeiro da Companhia de Inversiones de Energia S.A. (CIESA), sociedade controlada em conjunto da PESA e da ENRON, a PESA transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. (TGS, controlada da CIESA) para a ENRON e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário. Em uma segunda etapa do processo, uma vez que se obtenha as aprovações necessárias do Ente Nacional Regulador del Gas (ENARGAS) e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia, a ENRON transferirá os 10% de participação remanescentes na CIESA para os credores financeiros em troca de 4,3% das ações ordinárias – classe B da TGS pertencentes a CIESA, como pagamento parcial da dívida. O saldo remanescente da dívida financeira será capitalizado pelos credores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O “Ente Nacional Regulador del Gás” remeteu o expediente à Unidade de Renegociación de Contratos de Servicios Públicos (UNIREN) para que seja expedido, tendo em vista ser matéria de sua competência, o que foi concluído em janeiro de 2007, estando no momento dependente de ações da ENARGAS.

Por estar operando sob restrições de longo prazo que prejudicam significativamente a sua capacidade de transferir recursos para os investidores e enquanto as ações para saneamento financeiro da empresa não forem concluídas, a CIESA continuará sendo excluída do processo de consolidação da PESA e, conseqüentemente, da Petrobras, conforme Instrução CVM 247/96.

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da TGS aprovou, em 21 de dezembro de 2006, a criação de um programa global para a emissão de obrigações negociáveis no montante de US\$ 650 milhões, já autorizada pela Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina, em 18 de janeiro de 2007. Em 30 de junho de 2007, a dívida financeira da TGS correspondia, principalmente, a emissão de US\$ 500 milhões em obrigações negociáveis através do programa acima mencionado.

c) Emissão de Obrigações Negociáveis da PESA

Em 07 de maio de 2007, a Petrobras Energia S.A. (PESA), controlada indireta da Petrobras, emitiu Obrigações Negociáveis no valor total de US\$ 300 milhões, por um prazo de 10 anos e juros de 5,875% a.a. Os juros serão pagos semestralmente e o capital em uma única quota na data do vencimento.

As obrigações negociáveis estão garantidas pela Petrobras através de um contrato de compra “Standby” (“Standby Purchase Agreement”). Segundo o contrato, em caso de falta de pagamento do capital, juros ou qualquer compromisso assumido pela PESA, a Petrobras estará obrigada a comprar os direitos de recebimento dos citados pagamentos dos detentores das Obrigações Negociáveis.

A emissão foi realizada tanto no mercado argentino como no mercado internacional.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Global Notes

A subsidiária Petrobras International Finance Company (PifCo) concluiu oferta de troca de títulos, com liquidação da operação, em 07 de fevereiro de 2007. Como resultado, a PifCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$ 399 milhões (valor de face). Os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e, como resultado, a PifCo emitiu, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$ 399 milhões, os quais constituem uma emissão única e fungível com os US\$ 500 milhões lançados em 06 de outubro de 2006, totalizando US\$ 899 milhões em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PifCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$ 56 milhões como resultado da oferta para troca dos títulos.

14. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas, apropriados ao resultado do primeiro semestre de 2007 e 2006, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	JAN-JUN/2007	JAN-JUN/2006	JAN-JUN/2007	JAN-JUN/2006
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	(1.588.867)	(1.733.845)	(254.255)	(304.444)
Fornecedores	(45.039)	(59.625)	(944.812)	(633.390)
Juros capitalizados	377.175	118.960		
Outras	(394.648)	(144.068)	(124.287)	(50.595)
	(1.651.379)	(1.818.578)	(1.323.354)	(988.429)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	509.559	332.320	290.116	(176.094)
Subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas			1.554.967	879.262
Adiantamentos a fornecedores	26.060	30.509	26.060	30.509
Adiantamentos para plano de pensão	36.674	34.200	36.674	34.200
Outras	574.870	574.973	109.496	310.107
	1.147.163	972.002	2.017.313	1.077.984
Variações cambiais e monetárias, Líquidas	(1.501.987)	261.397	(2.189.660)	(502.876)
	(2.006.203)	(585.179)	(1.495.701)	(413.321)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	JAN-JUN/2007	JAN-JUN/2006	JAN-JUN/2007	JAN-JUN/2006
Gastos com repactuação Plano Petros (*)	(1.050.206)		(971.708)	
Relações institucionais e projetos culturais	(547.219)	(449.516)	(498.598)	(403.488)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(245.116)	(280.531)	(189.969)	(328.465)
Encargos contratuais com serviços de transporte - "ship or pay"	(43.613)	(63.247)	(77.973)	(91.241)
Paradas não programadas em instalações e equipamentos de produção	(90.280)	(52.266)	(81.150)	(50.624)
Perdas e contingências com processos judiciais	(222.775)	(159.252)	(163.661)	(159.156)
Resultado em operações de "hedge"	(63.976)	31.178	(63.976)	31.177
Gastos corporativos de saúde, meio ambiente e segurança (SMS)	(198.681)	(112.667)	(198.681)	(113.040)
Plano de classificação e avaliação de cargos	(123.405)		(121.405)	
Bônus recebidos de parceiros		56.822		
Outros	(524.077)	(274.320)	(660.973)	(113.306)
	(3.109.348)	(1.303.799)	(3.028.094)	(1.228.143)

(*) Refere-se ao incentivo financeiro pago aos participantes e outros gastos correlatos, visando viabilizar a repactuação do Plano.

16. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES

16.1. Impostos a recuperar

Ativo circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
No país:				
ICMS	3.298.855	3.543.722	2.863.543	3.106.072
PASEP/COFINS	903.042	985.480	602.638	691.220
CIDE	49.966	40.118	49.961	40.118
Imposto de renda	616.243	454.295	246.154	165.153
Contribuição social	121.531	111.388	27.660	11.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.859.003	1.000.248	1.643.847	745.056
Outros impostos	373.567	329.713	183.585	183.438
	7.222.207	6.464.964	5.617.388	4.942.301
No exterior:				
Imposto sobre valor agregado - IVA	230.991	243.592		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.919	60.906		
Outros impostos	206.249	390.812		
	508.159	695.310		
	7.730.366	7.160.274	5.617.388	4.942.301

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.2. Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
ICMS	2.529.390	2.630.364	2.331.762	2.418.430
COFINS	733.744	865.168	593.440	718.770
CIDE	607.277	629.244	556.878	578.886
PASEP	159.138	170.395	131.886	143.589
Participação Especial / Royalties	2.315.003	2.168.741	2.285.310	2.055.485
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	280.458	451.880	307.590	404.843
Imposto de renda e contribuição social correntes (*)	902.614	1.053.375	443.774	570.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.322.203	1.256.820	1.158.579	1.096.242
Outras taxas	238.894	306.517	108.306	100.509
	9.088.721	9.532.504	7.917.525	8.086.815

(*) Líquido de R\$ 113.803 mil, em 30 de junho de 2007, de depósito de incentivo fiscal do imposto de renda (ADENE e ADA).

16.3. Impostos e contribuição social diferidos – não circulante

Ativo – não circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.695.992	3.579.285	1.564.200	1.479.333
ICMS diferido	1.036.896	1.133.692	760.410	852.549
PASEP e COFINS diferidos	2.356.726	2.025.364	2.353.111	2.003.063
Outros	269.846	213.211		
	7.359.460	6.951.552	4.677.721	4.334.945
Passivo – não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.731.089	9.294.356	8.014.383	7.634.570
Outros	97.498			
	9.828.587	9.294.356	8.014.383	7.634.570

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
Provisão para remuneração acionista JSCP	745.796	745.796	Pelo crédito individualizado ao acionista.
Provisões para contingências e para créditos duvidosos	381.752	188.073	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos.
Provisão para Participação nos Lucros	420.440	379.199	Pelo pagamento.
Plano de pensão	1.345.226	1.315.601	Pelos pagamentos das contribuições da Patrocinadora.
Prejuízos fiscais	412.763		Com lucros tributáveis futuros.
Lucros não realizados	1.130.273		Mediante a realização efetiva dos lucros.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	128.850	60.534	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento ANP	157.910	157.910	Mediante a realização dos gastos.
Outros	902.904	360.934	
Total	5.625.914	3.208.047	
Não circulante	3.695.992	1.564.200	
Circulante	1.929.922	1.643.847	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
	30.06.2007		
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	8.900.760	8.900.760	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	598.545		Diferença de depreciação/amortização utilizadas para efeito fiscal e contábil.
Depreciação acelerada e especial	34.116	34.116	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação.
IR e CS sobre lucros no exterior	304.842	219.483	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Investimentos em controladas e coligadas	108.310		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Variação cambial sobre financiamentos	774.315		Reconhecimento pelo regime de caixa.
Outros	332.404	18.603	
Total	11.053.292	9.172.962	
Não circulante	9.731.089	8.014.383	
Circulante	1.322.203	1.158.579	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 3.208.047 mil não depende de lucros futuros porque estes são absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido.

No Consolidado, para parcela que excede o saldo da controladora, quando aplicável, as administrações de subsidiárias, com base em projeções efetuadas, têm expectativa de compensar estes créditos no prazo de até 10 anos.

	R\$ mil			
	Expectativa de realização			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de Renda e CSLL Diferidos Ativos	Imposto de Renda e CSLL Diferidos Passivos	Imposto de Renda e CSLL Diferidos Ativos	Imposto de Renda e CSLL Diferidos Passivos
2007	1.934.920	1.300.742	1.643.847	1.158.580
2008	570.886	1.382.908	259.550	1.158.548
2009	333.220	1.379.346	157.920	1.158.548
2010	485.279	1.375.550	151.800	1.166.345
2011	515.029	1.333.365	411.828	1.167.039
2012	253.973	1.843.239	151.800	1.158.548
2013 em diante	1.532.607	2.438.142	431.302	2.205.354
Parcela registrada contabilmente	5.625.914	11.053.292	3.208.047	9.172.962
Parcela não registrada contabilmente	872.089		318.549	
Total	6.498.003	11.053.292	3.526.596	9.172.962

A controlada Petrobras Energia S.A. (PESA) possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados de aproximadamente R\$ 553.540 mil não registrados em seu ativo. Em função de legislação tributária específica da Argentina e de outros países onde a PESA tem investimentos, que define prazos de prescrição para tais créditos, somente poderão ser utilizados para compensação com futuros tributos a pagar, até 2007, o montante de R\$ 529.559 mil, e de 2008 em diante, de R\$ 23.981 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados no primeiro semestre de 2007 e 2006, estão apresentados a seguir:

Consolidado

	R\$ mil	
	JAN-JUN/2007	JAN-JUN/2006
Lucro do período antes dos impostos e após a participação dos empregados	17.975.499	22.319.218
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(6.111.670)	(7.588.535)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições permanentes, líquidas	(104.422)	(246.779)
• Resultado de equivalência patrimonial	(34.819)	(135.376)
• Amortização do ágio/deságio	12.229	8.995
• Incentivos fiscais	57.610	27.502
• Ajuste IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(148.799)	139.985
• Crédito em Razão inclusão de JSCP como despesas operacionais	745.796	
Outros itens	(551.890)	60.904
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(6.135.965)	(7.733.304)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	511.237	(600.201)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(6.647.202)	(7.133.103)
	(6.135.965)	(7.733.304)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora

	R\$ mil	
	JAN-JUN/2007	JAN-JUN/2006
Lucro do período antes dos impostos e após a participação dos empregados	16.230.814	20.880.332
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(5.518.477)	(7.099.313)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições permanentes, líquidas	(372.895)	(254.227)
• Resultado de equivalência patrimonial	186.624	356.941
• Amortização do ágio/deságio	3.543	2.100
• Incentivos fiscais	56.970	27.287
• Ajuste IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(144.707)	100.622
• Credito em Razão inclusão de JSCP como despesas operacionais	745.796	
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(5.043.146)	(6.866.590)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	505.867	(679.962)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(5.549.013)	(6.186.628)
	(5.043.146)	(6.866.590)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

17.1. Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)

a) Plano de benefícios em vigor (Plano Petros)

A Fundação Petrobras de Seguridade Social Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social.

Após o processo de separação de massas concluído em 2001, o Plano Petros transformou-se em diversos planos de benefícios definidos que, em 30 de junho de 2007, estão representados pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, as subsidiárias Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Química S.A. (Petroquisa), e a Alberto Pasqualini - Refap S.A., controlada da Downstream Participações Ltda.

O Plano Petros está fechado aos empregados do sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002 e a Companhia fez um seguro de vida em grupo para cobertura de todos os empregados admitidos posteriormente. Este seguro vigorará até 29 de agosto de 2007, dada a implementação do novo plano de previdência privada Petros-2 em 1º de julho de 2007, e o prazo de 60 dias de inscrição sem perda da cobertura deste seguro.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, adotado em caráter geral e, atualmente, essa Fundação recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras que compõem o Plano Petros equivalentes a 12,93% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano e contribuições dos empregados e aposentados. A relação das contribuições entre patrocinadores e participantes do Plano Petros, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 30 de junho de 2007 foi de 1,04.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, de acordo com o método de custeio atuarial utilizado pela Petros, a legislação brasileira, na Emenda Constitucional nº 20 de 1998, sobre planos de previdência complementar de empresas de economia mista prevê que o equacionamento deste *déficit*, via ajuste nas contribuições normais, deverá ser custeado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos garantidores do plano de pensão são apresentados reduzindo o compromisso atuarial. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência médica, detalhado mais adiante, são provisionados no balanço da Companhia, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), evolução dos gastos com assistência médica, entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Em 30 de junho de 2007, a Petrobras mantinha um saldo de adiantamento para o plano de pensão no valor de R\$ 1.269.048 mil (R\$ 1.277.361 mil em 31 de março de 2007).

A Diretoria Executiva da Petrobras apresentou aos participantes empregados e assistidos, proposta que visa propiciar uma situação de equilíbrio para o atual Plano Petros. Dentre as diversas condicionantes para sua viabilização e efetivação, está a repactuação do Regulamento do Plano Petros, no que se refere à forma de reajustes dos benefícios de aposentadorias e pensões (IPCA), considerando a adesão individual maciça de participantes empregados e assistidos.

Em 28 de fevereiro de 2007 a meta de adesão de repactuação do Regulamento do Plano Petros (2/3 dos participantes) foi atingida.

Em contrapartida à aceitação da repactuação, o incentivo financeiro pago aos participantes, aposentados e pensionistas totalizou R\$ 968.058 mil, na Controladora e R\$ 1.046.555 mil, no Consolidado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os impactos referentes aos acordos judiciais, vinculados a revisão do plano de custeio do Plano Petros, redução do limite de idade para os participantes que ingressaram no Plano Petros em 78/79 e ao reajuste dos benefícios retroativo a setembro de 2006 para aposentados e pensionistas que repactuaram, serão avaliados e reconhecidos contabilmente tão logo todas as formalidades e aprovações necessárias estejam concluídas.

b) Novo plano de benefícios (Plano Petros 2)

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a implementação do novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, onde a Companhia, a partir de 1º de julho de 2007, iniciou a campanha de adesão aos empregados que atualmente estão sem este benefício.

Esse Plano foi concebido na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, com a capitalização de recursos através de contas individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo da conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidez e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular, ou pelo regime de recebimento em quotas por prazo indeterminado, além da garantia de um benefício mínimo.

A Petrobras e as demais patrocinadoras assumirão o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiveram sem plano, desde agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados ao longo do tempo durante o mesmo número de meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

Na Controladora, o valor máximo estimado deste compromisso atuarial, considerando cem por cento de adesão, em 30 de junho de 2007, é de R\$ 220.000 mil e no Consolidado é de R\$ 230.000 mil.

Os reais impactos da implementação desse Novo Plano serão avaliados por atuários independentes e reconhecidos contabilmente pela Petrobras e demais patrocinadoras do Plano, quando da conclusão do processo de adesão.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para a Companhia, a proposição de adequação do Modelo de Previdência Complementar é fundamental para sua gestão, a fim de torná-lo atrativo, auto-sustentável financeiramente, transparente e fortalecido como um poderoso instrumento de gestão de pessoas.

17.2. Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG)

O novo Plano de Previdência da TBG é de contribuição definida, com contribuições paritárias e ausência de vínculo com a Previdência Social, e aprovado pela Diretoria da Companhia e pelo Conselho Deliberativo da Petros.

As contribuições de risco, para os casos de morte em atividade, doença ou invalidez do participante, serão repassadas para uma Seguradora, que arcará com as conseqüências financeiras dos riscos envolvidos.

O Plano de Previdência TBG recebeu parecer favorável do Ministério de Minas e Energia e, atualmente, encontra-se sob análise do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) para posterior encaminhamento do Regulamento do Plano para aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

17.3. Transpetro

A Transpetro mantém com a Petros um plano de previdência privada de contribuição definida, denominado Plano Transpetro, que recebe, mensalmente, contribuições equivalentes a 5,32% da folha de salários dos participantes empregados, que é igual ao valor das contribuições dos participantes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17.4. Petrobras Energia S.A.

a) Plano de pensão de contribuição definida

Em novembro de 2005, a diretoria da Petrobras Energia S.A. (PESA), controlada indireta da Petrobras, aprovou a implementação de um plano de contribuições definidas de adesão voluntária para todos os empregados da Companhia. Através desse plano, a PESA realiza aportes a um fideicomisso. Os aportes são realizados em montantes equivalentes às contribuições dos empregados que participam de um fundo comum de investimentos ou em uma Administradora de Fundos de Aposentadoria e Pensão (AFJP). Os aportes são efetuados de acordo com o plano de contribuição definida para cada nível salarial. Os empregados participantes poderão efetuar aportes voluntários excedentes aos estabelecidos no plano de contribuição sem, todavia, serem correspondidos pela Companhia.

O custo dos planos é reconhecido periodicamente e corresponde às contribuições que a sociedade efetua ao fideicomisso. Até 30 de junho de 2007, a PESA reconheceu o valor equivalente a R\$ 2.103 mil.

b) Plano de pensão de benefício definido

b.1) Plano "Indemnity"

É um plano de benefícios pelo qual os empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço na empresa, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b.2) Fundo Compensador

Têm direito a este benefício todos aqueles empregados da PESA que tenham participado dos planos de contribuições definidas vigentes ao longo do tempo e que tenham ingressado na sociedade antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido. O benefício é calculado com base no último salário dos trabalhadores participantes do plano e a quantidade de anos de serviço. O plano é de natureza complementar. Isto significa que o benefício recebido pelo empregado consiste no valor determinado em conformidade com as disposições do plano, depois de deduzir os benefícios outorgados em virtude do plano de contribuições definidas mencionado anteriormente e do sistema de aposentadorias, de tal modo que a soma dos benefícios totais recebidos por cada empregado seja equivalente ao definido no plano.

O plano requer aporte a um fundo pela Companhia, sem que haja qualquer contribuição a este fundo por parte dos empregados, sendo condição apenas que os mesmos apótem ao sistema de aposentadoria oficial, público ou privado, com base na totalidade de seus salários. Os ativos do fundo têm sido aportados a um fideicomisso, cujas premissas de investimentos contemplam obrigatoriamente à preservação do capital em dólares norte americanos, a manutenção da liquidez e a obtenção do máximo de rentabilidade de mercado para aplicações de 30 dias. Em função disso, os fundos são investidos, principalmente, em bônus, obrigações negociáveis, fundos comuns de investimentos e depósitos a prazo fixo. O Banco de Nova York é o agente fiduciário.

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da PESA, a Companhia realiza as suas contribuições ao fundo com base em uma proposta da Diretoria à Assembléia até um máximo equivalente a 1,5% dos resultados líquidos de cada exercício.

Caso se produza um valor excedente, devidamente certificado por um atuário independente, dos fundos aportados a fideicomissos destinados a pagar os benefícios definidos outorgados pelo plano, a PESA poderá dispor do mesmo, devendo, apenas, fazer a devida comunicação ao agente fiduciário.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17.5. Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora S.A. - BR, Petrobras Química S.A. - Petroquisa, e a Alberto Pasqualini - Refap S.A., controlada da Downstream Participações Ltda., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações apuradas com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Liquigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados administrado pela própria Companhia, é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho resultante das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP.

17.6. Movimentação dos valores provisionados

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	Aposentadorias e Pensões	Assistência Médica Supletiva	Aposentadorias e Pensões	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 31 de dezembro de 2006	3.462.610	8.419.171	3.168.967	7.769.189
(+) Custos incorridos no período	615.470	868.358	547.417	809.721
(-) Pagamento de contribuições	(211.150)	(205.121)	(194.712)	(192.764)
(+) Outros	4.585			
Saldo em 30 junho de 2007	3.871.515	9.082.408	3.521.672	8.386.146
Passivo circulante	429.903		410.898	
Passivo não circulante	3.441.612	9.082.408	3.110.774	8.386.146

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A despesa líquida com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas e de saúde, para o período de janeiro a junho de 2007, de acordo com cálculo atuarial realizado por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	Aposentadorias e Pensões	Assistência Médica Supletiva	Aposentadorias e Pensões	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	215.162	98.946	188.706	90.063
Custo dos juros	1.931.181	614.233	1.817.189	571.874
Rendimento estimado dos ativos do plano	(1.496.302)		(1.412.671)	
Amortização de perdas não reconhecidas	110.665	84.901	104.146	77.504
Contribuições de participantes	(159.938)		(150.447)	
Outros	14.702	70.278	494	70.280
Custo líquido até 30 de junho de 2007	615.470	868.358	547.417	809.721

A atualização das provisões foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	Aposentadorias e Pensões	Assistência Médica Supletiva	Aposentadorias e Pensões	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:				
Absorvida no custeio das atividades operacionais	167.726	157.725	159.497	152.898
Diretamente no resultado	132.768	120.318	95.480	101.288
Relativa aos inativos: (registrada em outras despesas e receitas operacionais)				
	314.976	590.315	292.440	555.535
	615.470	868.358	547.417	809.721

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Aumento de Capital

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2007, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 48.263.983 mil para R\$ 52.644.460 mil, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.380.477 mil, sendo R\$ 1.008.119 mil de reserva estatutária e R\$ 3.372.358 mil de reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de junho de 2007, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 52.644.460 mil está representado por 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais todas escriturais e sem valor nominal.

18.2. Agrupamento de ações com relação aos ADRs

Em 11 de maio de 2007, o Conselho de Administração aprovou a alteração da relação entre as ações de sua emissão e os "*American Depositary Receipts*" – ADRs, das atuais 4 (quatro) ações para 1 (um) ADR, para 2 (duas) ações para 1 (um) ADR.

O objetivo dessa alteração na relação entre Ação e ADR é facilitar ao pequeno investidor a compra de ADRs na Bolsa de Nova York ("*New York Stock Exchange* – NYSE") e conseqüentemente ampliar a base de acionistas. Demonstra também a confiança da Companhia em seus resultados futuros.

A alteração passou a valer a partir de 02 de julho de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18.3. Recompra de ações

Em 15 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração autorizou, nos termos do Artigo 29, inciso II do Estatuto Social da Companhia, a recompra de parte das ações preferenciais em circulação para futuro cancelamento, utilizando-se de recursos de reservas de lucros com as seguintes condições:

- (a) Objetivo: reduzir o excedente de caixa e adequar a estrutura de capital, contribuindo para redução do custo de capital da Petrobras.
- (b) Quantidade: até 91.500.000 de ações preferenciais, correspondendo a 4,9% do total desta classe de ação em circulação, que é de 1.850.364.698 de ações;
- (c) Preço: a aquisição será realizada em Bolsa de Valores, aos valores de mercado nas datas das aquisições, ao longo do prazo da recompra;
- (d) Prazo: até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir de 15 de dezembro de 2006.

18.4. Reserva de capital - incentivos fiscais

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, em montante de R\$ 913.724 mil até junho de 2007, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 10 de maio de 2007, a Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à Petrobras reduzir esse incentivo do imposto de renda devido, compreendendo os períodos base de 2006 até 2015.

18.5 Dividendos

Os dividendos referentes ao exercício de 2006 aprovados na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 02 de abril de 2007, no montante de R\$ 1.535.464 mil (já descontadas as remunerações aos acionistas distribuídas antecipadamente em 04 de janeiro e em 30 de março de 2007, no montante de R\$ 6.361.205 mil), foram disponibilizados aos acionistas em 17 de maio de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 25 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob forma de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 2.193.519 mil, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/95 e dos Decretos nºs 2.673/98 e 3.381/00.

Essa remuneração será disponibilizada aos acionistas até 31 de janeiro de 2008 com base na posição acionária de 17 de agosto de 2007, correspondendo a R\$ 0,50 por ação ordinária e preferencial, descontados da remuneração que vier a ser distribuída no encerramento do exercício social de 2007, atualizada monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, se for paga antes do dia 31 de dezembro de 2007, desde a data do efetivo pagamento até o final do referido exercício. Sendo pago em 2008, o valor a ser distribuído será atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, a partir de 31 de dezembro de 2007 até a data do início do pagamento.

Esses juros sobre o capital próprio estão sujeitos à incidência de 15% (quinze por cento) de imposto de renda, exceto para acionistas que se declaram ser imunes ou isentos.

19. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

19.1. Processos judiciais provisionados

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 30 de junho de 2007, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	31.03.2007	30.06.2007	31.03.2007
Contingências previdenciárias	54.000	54.000	54.000	54.000
Contingências no passivo circulante	54.000	54.000	54.000	54.000
Reclamações trabalhistas	89.263	84.743	11.141	10.771
Processos fiscais	149.883	109.100	9.253	8.907
Processos cíveis (*)	215.995	202.551	163.373	162.841
Outras contingências	88.748	78.974		
Total no passivo não circulante	543.889	475.368	183.767	182.519
Total	597.889	529.368	237.767	236.519

(*) Líquido de depósito judicial relacionado a processo judicial provisionado - de acordo com Deliberação CVM 489/05

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente a todos que comprovaram ser pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria, hoje, a importância de R\$ 1.102.207 mil. A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007 foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPERJ, o que representa significativa majoração no valor da condenação, uma vez que, além de ter mantido o período indenizatório em 10 anos, aumentou a quantidade de pescadores beneficiários. A Petrobras recorrerá dessa decisão às instâncias superiores de Brasília. Aguarda-se a realização de novas diligências periciais contábeis para a redefinição dos valores. Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, foi mantido o valor de R\$ 27.565 mil por representar o montante que entendemos será fixado, ao final do processo, pelas instâncias superiores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.2. Processos judiciais não provisionados

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais não considerados como perdas prováveis:

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
<p>Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.</p> <p>A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.</p>	Cível	Possível	<p>Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro, para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.</p> <p>A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão oferecemos Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.</p> <p>Aguarda-se, agora, em cumprimento à decisão publicada no dia 05 de junho de 2006, a designação de pauta para o re-julgamento da questão relativa ao bloqueio do Recurso Especial da Petrobras, perante o STJ e o STF.</p> <p>Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.</p> <p>Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 10.457.787 mil em 30 de junho de 2007. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 6.902.139 mil, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 522.889 mil a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 2.091.557 mil a título de honorários advocatícios.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
<p>Autor: Kallium Mineração S.A.</p> <p>Ação indenizatória perante a justiça do Estado do Rio de Janeiro, por perdas e danos e lucros cessantes, devido à rescisão contratual.</p>	Cível	Possível	<p>Julgado precedente em primeira instância. As duas partes interpuseram recursos que foram improvidos. A Petrobras aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto junto ao STF e Recurso Especial no STJ em 18 de dezembro de 2003, ambos admitidos. Há também Recurso Especial da Kallium aguardando julgamento. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 108.739 mil.</p>
<p>Autor: EMA - Empresa Marambai Agro-Industrial S.A.</p> <p>Ação de responsabilidade civil contratual.</p>	Cível	Possível	<p>Acolhido Agravo de Instrumento da EMA em 11 de dezembro de 2000, determinado o processamento do Recurso Especial, pendente de julgamento no STJ. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 9.089 mil.</p>
<p>Autor: Mathias Engenharia Ltda.</p> <p>Ação de responsabilidade civil contratual pelo desequilíbrio de equação financeira.</p>	Cível	Possível	<p>A Petrobras foi condenada a pagar R\$ 14.040 mil (base maio/2003) mais 0,5% ao mês de juros, custas e 15% de honorários.</p> <p>Aguarda-se a tramitação no STF para julgamento do Agravo de Instrumento em face da decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário da Companhia. Em paralelo, o autor iniciou a execução provisória. A Petrobras nomeou bens à penhora, recurso provido no STJ. Aguarda-se o trânsito em julgado da decisão que determinou a aceitação do bem nomeado.</p> <p>A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 32.910 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
Autor: Walter do Amaral Ação popular para declarar a nulidade do contrato da Paulipetro/Petrobras.	Cível	Possível	A execução provisória da sentença requerida pelo autor foi julgada nula pelo juízo. O autor interpôs recurso especial junto ao Tribunal Regional Federal (TRF) que foi negado provimento em 10 de abril de 2006. Contra essa decisão o autor interpôs agravo de instrumento que se encontra pendente de julgamento. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 677 mil.
Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de pagamentos de afretamentos de embarcações, referente ao período de 1998 e 1999 a 2002.	Tributário	Possível	A Petrobras apresentou novos Recursos Administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento. A exposição máxima para a Petrobras atualizada para 30 de junho de 2007, para o período de 1998, é de R\$ 125.705 mil e para o período de 1999 a 2002 é de R\$ 3.999.705 mil.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro ICMS - Naufrágio da Plataforma P-36	Tributário	Remota	Em 02 de outubro de 2006, o depósito recursal e a fiança bancária, de R\$ 43.661 mil e R\$ 81.922 mil, respectivamente, foram convertidos em renda para o Estado. A questão foi então judicializada e o processo administrativo encerrado. O valor remanescente pleiteado corresponde a R\$ 540.975 mil e já está sendo objeto de Execução Fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, na esfera judicial. A Petrobras recorreu da decisão por considerar indevida. A exposição máxima para a Petrobras, nessa ação, atualizada para 31 de junho de 2007, é de R\$ 540.975 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
Autor: Inspeção da Receita Federal em Macaé II E IPI - Naufrágio da Plataforma P-36	Tributário	Possível	Decisão de primeira instância desfavorável à Petrobras. Interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento. A Petrobras impetrou o Mandado de Segurança obtendo sentença favorável no sentido de sustar, até a conclusão das apurações das causas do afundamento da plataforma, qualquer cobrança de tributos. Há recurso da União Federal / Fazenda Nacional, pendente de julgamento. Em virtude da decisão favorável à Companhia obtida no Mandato de Segurança, a tramitação do processo administrativo encontra-se obstada. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 464.994 mil.
Autor: Delegacia da Receita Federal Redução da base de cálculo do PASEP	Tributário	Possível	Em segunda instância, foi improvido o Recurso ex-officio da Receita e provido, em parte, o Recurso Voluntário da Petrobras. Encontra-se pendente o Recurso Especial interposto pela Fazenda. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 28.790 mil.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas Estorno de Crédito de ICMS	Tributário	Possível	A Petrobras aguarda julgamento do Recurso Voluntário em segunda instância administrativa. A exposição máxima para a Petrobras atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 74.102 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
<p>Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária</p> <p>Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros, prevista nos parágrafos 5º e 6º do artigo 219 e parágrafos 2º e 3º do artigo 220 do Decreto nº 3.048/99.</p>	Tributário	Possível	Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 116.291 mil estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 327 notificações, no montante de R\$ 374.041 mil. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de expectativa de perda possível, por considerar mínimo o risco de desembolso futuro.
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro</p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Importação e sobre Produtos Industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como Outros Grupos Eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termelétrica Termorio S.A.</p>	Tributário	Possível	A Termorio protocolou na Secretaria da Receita Federal, em 15 de agosto de 2006, a impugnação do auto de infração. No dia 15 de setembro de 2006, o processo foi remetido à Delegacia da Receita Federal de Florianópolis, onde está sendo apreciado, ainda no âmbito administrativo. A exposição máxima, em 30 de junho de 2007, é de R\$ 548.106 mil.
<p>Autor: Adailton de Oliveira Bittencourt e Outros</p> <p>Reclamações trabalhistas pleiteando o pagamento de hora repouso, alimentação e horas adicionais, no período de setembro de 1989 a novembro de 1992, em razão da implantação da jornada de 6 horas pela Constituição Federal de 1988.</p>	Trabalhista	Possível	Em primeira instância, foi julgado improcedente. O Recurso Ordinário dos autores foi julgado procedente pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Decisão já transitada em julgado, publicada em 17 de fevereiro de 2006. Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 5.733 mil. A perspectiva da Petrobras assinalada em perícia é de que os valores devidos sejam bastante inferiores aos apontados pelos autores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados.

Em 16 de julho de 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, localizada a aproximadamente 24 quilômetros de Curitiba, capital do Estado do Paraná, lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Foram gastos em torno de R\$ 74.000 mil com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há os seguintes processos e procedimentos em relação a esse derramamento:

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
Autor: AMAR – Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária Indenização de danos moral e patrimonial ambiental.	Cível	Possível	Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para qualificação do valor. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 91.176 mil. O juízo determina conexão com as ações do Instituto Ambiental do Paraná – IAP e Ministérios Públicos Federal e Estadual para julgamento conjunto.
Autor: Ministério Público Federal/RJ Indenização de dano patrimonial ambiental – P-36.	Cível	Possível	Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R\$ 100.000 mil, à título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso. A Petrobras opôs embargos de declaração em 28 de maio de 2007, pendente de julgamento. A exposição máxima para a Petrobras, reclamada pelo autor, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 286.507 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 16 de fevereiro de 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou aproximadamente 15.059 galões de óleo combustível em vários rios localizados no Estado do Paraná. Em 20 de fevereiro de 2001, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando aproximadamente 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foram apresentados os seguintes atos contra a empresa:

Descrição	Natureza	Probabilidade de Perda	Situação Atual
Autor: Instituto Ambiental do Paraná - IAP Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.	Multa	Possível	Defesa procedente, em parte, em primeira instância, reduzindo a multa. Recurso da Petrobras pendente de julgamento na segunda instância. A exposição máxima para a Petrobras, atualizada para 30 de junho de 2007, é de R\$ 158.624 mil. O juízo determinou conexão com as ações da AMAR e Ministérios Públicos Federal e Estadual para julgamento conjunto.

b) Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e sua controlada Gaspetro ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 30 de junho de 2007, o valor de R\$ 1.935.489 mil da Petrobras e de R\$ 63.571 mil da Gaspetro relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO SEGMENTO DE ENERGIA

20.1. Compromissos de compra de gás natural

A Petrobras assinou com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB contratos, com vigência até 2019, tendo por objeto a compra de gás natural, comprometendo-se a comprar volumes mínimos a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível.

Durante 2002 e 2005, a Petrobras comprou menos que o volume mínimo estabelecido no contrato com a YPFB e pagou US\$ 81 milhões (equivalentes a R\$ 156.966 mil em 30 de junho de 2007) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Compromissos de compra de gás	2007	2008	2009	2010	2011 - 2019
Obrigação de Volume (milhões m ³ /dia)	24	24	24	24	24/por ano

20.2. Contratos de Comercializa o de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR

Em 16 de dezembro de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL licitou, na modalidade leilão, objetivando a contrata o de capacidade de energia para o Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contrata o Regulada - ACR.

Neste primeiro leilão de energia nova, a Petrobras, por meio de seus empreendimentos (Baixada Santista Energia Ltda. - BSE, Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE, Termocear  Ltda., Termorio S.A. e Unidade de Negócios Três Lagoas), vendeu a capacidade de energia de 1.391 MW. O resultado final do leilão significará para a Companhia, com a venda da disponibilidade das suas usinas, uma receita fixa pelo prazo de 15 anos, a valores atuais, de R\$ 199.843/ano a partir de 2008 com a venda de 352 MW, de R\$ 210.878/ano adicionais a partir de 2009 com a venda de mais 469 MW e o incremento de R\$ 277.928/ano a partir de 2010 com a venda de 570 MW. Os contratos foram assinados em 13 de março de 2006.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No terceiro leilão de energia nova, a Petrobras, por meio de seus empreendimentos Termomacaé Ltda e Usina Termelétrica Bahia I, subsidiária da Fafen Energia S.A., vendeu a capacidade de energia de 205 MW. O resultado final do leilão significará para a Companhia, com a venda da disponibilidade das suas usinas, uma receita fixa pelo prazo de 15 anos, a valores atuais, de R\$ 113.133/ano, a partir de 2011.

Nesse leilão a subsidiária Petrobras Distribuidora, por meio de sua coligada Termoelétrica Potiguar e na participação nos consórcios Goiana II e Camaçari Pólo de Apoio I (participação de 30%), Camaçari Muricy I e II (participação de 50%) e Pecem II (participação de 45%), vendeu a capacidade de energia de 211,4MW. O resultado final do leilão significa para a Companhia uma receita fixa pelo prazo de 15 anos, a valores atuais de R\$ 142.197/ano, a partir de 2009.

Adicionalmente, a Petrobras será remunerada pelo despacho efetivo de suas usinas por seus custos variáveis de operação.

20.3. Projeto Gasene

A Petrobras comunicou, em 14 de dezembro de 2006, o fechamento de duas operações de financiamento, no total de R\$ 1.360.000 mil, a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Sociedade de Propósito Específico Transportadora Gasene S.A., responsável pela implementação do Projeto do Gasoduto de Interligação Sudeste Nordeste - Gasene.

O Projeto Gasene consiste na construção de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas, no Rio de Janeiro, até a cidade de Catu, na Bahia. O projeto é composto dos seguintes trechos: Gasoduto Cabiúnas (RJ) - Vitória (ES); Gasoduto Vitória (ES) - Cacimbas (ES) - (já em construção com conclusão prevista para o segundo semestre de 2007); e Gasoduto Cacimbas (ES) - Catu (BA).

Um dos financiamentos, no valor de R\$ 1.050.000 mil, será aplicado na aquisição de tubos para o Gasoduto Cacimbas (ES) - Catu (BA) - Gascac, com cerca de 940 quilômetros de extensão e investimento estimado de R\$ 3.500.000 mil. O outro, no montante de R\$ 312.000 mil, destina-se à construção do Gasoduto Cabiúnas (RJ) Vitória (ES) - Gascav - com aproximadamente 300 quilômetros de extensão e investimento global de R\$ 1.500.000 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além do financiamento junto ao BNDES, a Transportadora Gasene assinou, em 17 de outubro de 2006, um contrato para liberação de crédito com o BB Fund SPC, via emissão de títulos no exterior no valor equivalente a R\$ 800 milhões. Em 23 de outubro de 2006, foram realizadas negociações de títulos que totalizaram US\$ 210 milhões.

Em 17 de abril de 2006, a Petrobras assinou com a estatal chinesa Sinopec Group, contrato de engenharia, suprimento, construção e montagem – Engineering Procurement Construction - EPC, relativo ao gasoduto Cabiúnas-Vitória (Gascav), primeira parte do projeto Gasene.

A vazão máxima da linha tronco será de 20 milhões de m³/dia de gás, com a implantação de duas estações de compressão. O trecho Cabiúnas-Vitória já possui licença prévia, licença de instalação e autorização de construção, as obras já estão em andamento e a sua conclusão está prevista para o segundo semestre de 2007.

Os investimentos relacionados a este projeto estão contemplados dentro do plano de negócios da Petrobras aprovado para o período 2007-2011 e todas as iniciativas se enquadram dentro da estratégia da Companhia de desenvolver e liderar o mercado brasileiro de gás natural, por meio da constituição de uma rede básica para seu transporte, interligando as malhas de gasodutos existentes e em expansão do Sudeste e do Nordeste do país.

20.4. Locação da Usina Termelétrica a Gás de Araucária

A Petrobras comunicou, em 03 de janeiro de 2007, que foram firmados 02 contratos de locação e prestação de serviços com a Usina Elétrica a Gás - UEG Araucária e Copel. O primeiro contrato refere-se à locação da Usina Termelétrica a Gás de Araucária, firmado entre a Petrobras e UEG, com vigor até 31 de dezembro de 2007, podendo ser prorrogado por um período de até 12 meses. O segundo contrato trata-se de prestação de serviços de operação e manutenção da UEG Araucária, firmado entre a Petrobras e a Copel Geração, com vigor até 31 de dezembro de 2008, ou até o término do contrato de locação, o que ocorrer primeiro.

Pelos dois contratos, será devida uma parcela fixa mensal de R\$ 19,00 por MWh multiplicado pela potência de referência (428,35 MW) e mais uma parcela variável mensal de R\$ 33,23 por MWh, em função da efetiva energia gerada. Esses recursos são destinados a cobrir todos os custos e tributos devidos pela UEG.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A assinatura desses contratos permite uma melhor alocação do gás produzido para atender aos compromissos de lastro referentes à energia vendida pela Companhia.

O contrato de aluguel encontra-se com sua eficácia plena desde 07 de Julho de 2007.

20.5. Usina Termelétrica Bahia I Camaçari Ltda

Em 28 de dezembro de 2006, foi celebrado o contrato de locação entre a UTE Bahia I e a Petrobras, que vigorará até 31 de dezembro de 2008, com aluguel mensal de R\$ 320 mil.

O aluguel inclui todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais decorrentes do contrato, que é reajustado anualmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, na impossibilidade de aplicação deste, de outro índice similar a ser definido entre as partes.

O contrato de aluguel encontra-se com sua eficácia suspensa em decorrência do não adimplemento de todas as condições suspensivas subordinadas.

20.6. Locação da Usina Termelétrica - UTE Petrolina Ltda

Em 26 de abril de 2007, foram celebrados entre a Petrobras e a Companhia Energética de Petrolina dois contratos de locação e de prestação de serviços. O primeiro contrato refere-se à locação da UTE (Usina Termelétrica) Petrolina, termelétrica movida a óleo combustível, localizada no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, com capacidade de geração assegurada de 128 MW, que vigorará até 31 de dezembro de 2008. O segundo contrato trata-se de prestação de serviços de operação e manutenção da UTE Petrolina, com vigor até 31 de dezembro de 2008, ou até o término do contrato de locação, o que ocorrer primeiro.

Pelos dois contratos, será devida uma parcela mensal de R\$ 19,30 por MWh multiplicado pela potência de referência (128 MW) e mais uma parcela variável de R\$ 4,30 por MWh, em função da efetiva energia gerada.

O contrato de aluguel encontra-se com sua eficácia suspensa em decorrência do não adimplemento de todas as condições suspensivas subordinadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.7. Pré-pagamento pela Termobahia ao BID

Em 15 de maio de 2007, a Termobahia realizou o pré-pagamento de sua dívida com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), correspondendo à principal e juros, utilizando recursos financeiros, no montante de R\$ 300 milhões, oriundos da sua sócia quotista Petrobras.

Inicialmente, as amortizações dos financiamentos com o BID eram feitas em 144 parcelas (financiamento A) e 120 parcelas (financiamento B). A opção pelo pré-pagamento foi decorrente das taxas de juros estarem superiores as taxas atuais.

20.8. Arrendamento da Usina Termelétrica Piratininga

Em 27 de abril de 2007, a Petrobras firmou com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A (EMAE), que pertence ao governo do estado de São Paulo, contrato de arrendamento de ativos da Usina Termelétrica Piratininga, localizada na capital paulista. O documento estabelece em R\$ 45 milhões/ano o aluguel da unidade pelo período de 17 anos.

A Petrobras já operava parcialmente a unidade, através de um consórcio formado em 2001. O consórcio encerrou em 2006 quando as empresas retomaram as negociações. O contrato assinado prevê ainda a opção de compra dos ativos da termelétrica. Na ocasião, também foi celebrado um contrato de Operação e Manutenção da usina no valor anual de R\$ 15 milhões pelo período de cinco anos.

21. GARANTIAS AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 5.074.238 mil para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.095.475 mil, líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.410.215 mil correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 685.260 mil referem-se a garantias bancárias.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás da área de Exploração e Produção transferida para outras áreas da Petrobras.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão apresentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas:

- (a) Exploração e Produção: abrange, por intermédio de Petrobras, Brasoil, PNBV, PifCo, PIB B.V. e Sociedades de Propósito Específico, as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- (b) Abastecimento: contempla, por intermédio de Petrobras, Downstream (Refap), Transpetro, Petroquisa, PifCo, PIB B.V. e PNBV, as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e álcoois, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes.
- (c) Gás e Energia: engloba, por intermédio de Petrobras, Gaspetro, Petrobras Comercializadora de Energia, Petrobras Distribuidora, Sociedades de Propósito Específico e Termelétricas, as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, a geração e comercialização de energia elétrica e as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termelétricas.
- (d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, álcoois e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- (e) Internacional: abrange, por intermédio de PIB B.V., PifCo, Companhia Mega, 5283 Participações, BOC e Petrobras, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, abastecimento, gás e energia e distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

As informações contábeis por área de negócio foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir às áreas de negócio somente os itens sobre os quais estas áreas tenham efetivo controle.

Destacamos, a seguir, os principais critérios utilizados na apuração de resultados por área de negócio:

- (a) Receita operacional líquida: foram consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos entre as áreas de negócio, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas, cujas metodologias de apuração são focadas em parâmetros de mercado.
- (b) No lucro operacional estão computados a receita operacional líquida e os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por área de negócio, considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais de cada segmento, bem como as despesas operacionais, nas quais são consideradas as despesas efetivamente incorridas em cada área.
- (c) O resultado financeiro é todo alocado ao grupo de órgãos corporativos.
- (d) Ativos: contemplam os ativos identificados a cada área. As contas patrimoniais de natureza financeira são alocadas ao grupo de órgãos corporativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS, HEDGING E ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2004, a Diretoria Executiva da Petrobras instituiu o Comitê de Gestão de Riscos formado por gerentes executivos de todas as áreas de negócio e de diversas áreas corporativas. Esse comitê tem o objetivo de garantir o gerenciamento integrado das exposições aos riscos e formalizar as principais diretrizes de atuação da Companhia para lidar com as incertezas das suas atividades.

A criação do Comitê de Gestão de Riscos visa concentrar as informações e discutir sobre as ações de gerenciamento dos riscos, facilitando a comunicação com a Diretoria e o Conselho de Administração em aspectos relacionados às melhores práticas de governança corporativa.

Diversas comissões, criadas pelo Comitê de Gestão de Riscos, vêm desenvolvendo diretrizes específicas para o gerenciamento dos riscos de crédito, patrimoniais e de responsabilidade, de preços de “*commodities*”, cambiais e de taxas de juros, com o objetivo de aproximar ainda mais das atividades operacionais e comerciais da Companhia às orientações da política corporativa de gestão de riscos.

23.1. Características dos mercados onde a Petrobras atua

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia. A Petrobras mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão dos diretores da Companhia.

A maior parcela das receitas da Petrobras vem do mercado brasileiro, com a venda, em reais, de derivados de petróleo. O restante é gerado pelas exportações de produtos e vendas advindas das atividades internacionais. Em ambos os casos, os preços guardam estreita relação com o mercado internacional.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a desregulamentação dos preços ocorrida a partir de janeiro de 2002, a maior parcela dos preços praticados no mercado interno guarda, também, estreita relação com o mercado internacional. Desde então, as variações na taxa de câmbio e nos preços de referência do mercado internacional são compensadas nos preços do mercado doméstico, mesmo considerando-se alguma defasagem.

Como conseqüência dessas características dos mercados em que a Petrobras atua, temos que:

- (a) Parcela considerável do total da dívida da Petrobras encontra-se em dólar ou fortemente atrelada a essa moeda. O fluxo de caixa operacional futuro encontra-se atrelado ao dólar.
- (b) Uma desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano tem impacto relevante nas demonstrações contábeis no curto prazo. No médio prazo, o fluxo de caixa operacional da Companhia colabora para amortecer esse risco cambial, dado que a parcela de nossas receitas vinculadas ao dólar é sensivelmente maior que a parcela dos nossos custos e despesas naquela moeda.

23.2. Política de gestão de riscos financeiros

A política de gestão de riscos da Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes do próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos - físicos, financeiros e humanos - a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Além de assegurar proteção adequada aos seus ativos fixos, instalações, operações e administradores, gerenciar a exposição ao risco financeiro, tributário, regulatório, de mercado, das operações de crédito, dentre outros, a política de gestão de riscos da Petrobras busca explicitar seu caráter de complementaridade a ações estruturais que criarão fundamentos econômico-financeiros sólidos, capazes de garantir que as oportunidades de crescimento serão aproveitadas, mesmo em condições externas adversas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esta política tem como filosofia orientar as decisões de transferência de risco e está sustentada em ações estruturais fundamentadas nos processos de disciplina e capital e gestão do endividamento. São elas:

- (a) Produzir a baixo custo - a disciplina de capital assegura custos competitivos para todos os produtos comercializados.
- (b) Níveis de investimentos futuros definidos de forma realista, considerando o equilíbrio entre a rentabilidade e crescimento, aderência estratégica da carteira de projetos e a manutenção da liquidez e solvência da Companhia, criando condições necessárias para um crescimento sustentável.
- (c) Gestão prudente do endividamento, buscando o casamento dos fluxos de caixa operacional e das dívidas, incluindo volumes, moedas, duração e indexadores, reduzindo, conseqüentemente, o risco de insolvência.

Outras características importantes da gestão de riscos da Petrobras:

- (a) Gestão integrada dos riscos de mercado que quantifica as exposições totais, observa a existência de “*hedges*” naturais e age sobre a exposição líquida da Companhia, evitando ações isoladas das Unidades de Negócio que não contribuam para a otimização dos riscos corporativos.
- (b) Respeito aos conceitos de mercado eficiente e diversificação. A Petrobras entende que atua em alguns dos mercados mais líquidos do mundo, onde a possibilidade de previsão sistemática de preços futuros é bastante limitada. Como conseqüência, sua gestão de riscos concentra-se na eliminação de eventos extremos indesejáveis em vez de minimizar a variância de resultados, fluxo de caixa, etc.
- (c) Alto padrão de transparência nas divulgações das potenciais exposições da Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23.3. Avaliação de riscos

A avaliação dos riscos financeiros em relação ao plano estratégico da Companhia é realizada pela análise probabilística da projeção do fluxo de caixa da empresa para um período de até dois anos.

Verificada a possibilidade de ocorrerem saldos de caixa futuros inferiores ao mínimo considerado adequado, são propostas ações que reduzam esse risco a níveis aceitáveis, diminuindo o risco de postergações ou interrupções no plano de investimentos da Companhia.

O modelo de quantificação de riscos utilizado (conhecido por "*Cash Flow at Risk*" ou CFaR) considera as variações dos fatores mais significativos para a geração de caixa: preços, quantidades (produção e mercados), câmbio e juros.

Os saldos de caixa são projetados para uma infinidade de cenários dos principais fatores de risco, utilizando o processo de Simulação de Monte Carlo. A partir daí, identifica-se o saldo de caixa estimado para o grau de confiança pretendido e avaliam-se os períodos em que o caixa pode ficar abaixo do mínimo adequado.

Dentre as várias alternativas que podem ser utilizadas para preservar o saldo mínimo de caixa preestabelecido encontram-se, por exemplo, transações com derivativos, captações adicionais de recursos e otimização da distribuição dos prazos dos desembolsos.

As projeções econômico-financeiras são anualmente atualizadas durante o processo de revisão do planejamento estratégico.

Operações com instrumentos derivativos não estão associadas exclusivamente aos processos acima descritos. Conforme descrito, a filosofia de riscos está apoiada na robustez de alguns fundamentos da organização, onde derivativos são importantes instrumentos na proteção de transações e na compatibilização de ativos e passivos.

As exposições específicas das aplicações financeiras de tesouraria são avaliadas por um sistema de valor em risco tradicional (VAR) e os resultados econômicos dos projetos de investimento, em alguns casos específicos, são analisados por modelos de avaliação de riscos apropriados para cada segmento de negócio, utilizando a Simulação de Monte Carlo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Gerenciamento de riscos de mercado de petróleo e derivados

Como todos os seus pares, a Petrobras está sujeita à volatilidade dos preços internacionais do mercado de energia (principalmente petróleo), que pode afetar materialmente a geração de caixa da Companhia.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações específicas de curto prazo (até seis meses). Nesses “*hedges*” são utilizados contratos futuros, “*swaps*” e opções. Essas operações estão sempre atreladas às realizadas no mercado físico. Ou seja: são operações de “*hedge*” (não especulativas), nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

Durante o primeiro semestre de 2007, foram efetuadas operações de “*hedge*” para 31,96% somente Petrobras; Petrobras+PifCo+PAI = 46,12%) do volume total comercializado (importação e exportação). Em 30 de junho de 2007, as posições em aberto de mercado futuro, comparadas com o valor de mercado, apresentariam um resultado negativo de, aproximadamente, R\$ 16.288 mil (somente Petrobras; Petrobras+PifCo+PAI = R\$ 22.960 mil), caso fossem liquidadas naquela ocasião.

Atendendo a condições de negócios específicos, a Petrobras realiza excepcionalmente uma operação de “*hedge*” de longo prazo, ainda ativo, envolvendo a venda de opções de venda de 52 milhões de barris de petróleo WTI, no período de 2004 a 2007. Essa operação visa estabelecer uma proteção de preço para essa quantidade de petróleo, de forma a garantir aos financiadores do Projeto Barracuda/Caratinga uma margem mínima para cobertura do serviço da dívida.

Em 30 de junho de 2007, essa operação, se liquidada a valor de mercado, representaria resultado positivo equivalente a R\$ 56.091 mil proveniente dos prêmios.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Gerenciamento de riscos cambiais

No ano 2000, a Companhia contratou operação de *“hedge”*, para cobertura de *“Notes”* emitidos no exterior em Lira italiana, buscando limitar sua exposição à valorização dessa moeda em relação ao dólar norte-americano.

A operação de *“hedge”* contratada é denominada *“Zero Cost Collar”* de compra e venda de opções, sem custo inicial, que estabelecem um piso e um teto para a variação de uma moeda em relação à outra, limitando a perda com a desvalorização do dólar norte-americano, enquanto permite aproveitar alguma parte da valorização da moeda americana.

O *“hedge”* do empréstimo em lira foi contratado tendo como referência o euro, porque aquela moeda só circularia até o dia 28 de fevereiro de 2002.

A operação de *“hedge”* da dívida em lira italiana tinha valor de mercado positivo para a Petrobras de R\$ 48.626 mil, em 30 de junho de 2007.

A subsidiária PifCo, em setembro de 2006, contratou uma operação de *“hedge”* denominada *“cross currency swap”* para cobertura dos *“Bonds”* emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da Companhia nesta operação.

No *“cross currency swap”* ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte-americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência.

Em 30 de junho de 2007, esta operação tinha valor justo que, se fosse registrado, resultaria em uma perda de R\$ 28.060 mil. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

A subsidiária Petrobras Distribuidora contratou, no segundo trimestre de 2007, operações de *“hedge”* de moeda com valor justo positivo de R\$ 3.099 mil em 30 de junho de 2007. Estas operações consistem na venda de contratos a termo de dólar PTAX de curto-prazo, o que permite a fixação do câmbio e a proteção contra uma possível queda da taxa no período.

O valor justo dos derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento no período considerado das cotações subjacentes relevantes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Petrobras Energia S.A (PESA), controlada indireta da Petrobras, realiza operações de vendas a termo de dólares norte-americanos em troca de pesos argentinos. Em 30 de junho de 2007, o valor nominal dos contratos vigentes totalizava US\$ 10 milhões (equivalentes a R\$ 19.262 mil) à taxa média de câmbio de 3,25 pesos argentinos por dólar norte-americano. A PESA reconheceu um ganho equivalente a R\$ 146 mil no período de janeiro a junho de 2007.

c) Gerenciamento de risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

d) Instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não-derivativos para implementar sua estratégia global de gerenciamento de riscos. Ao usá-los, entretanto, expõe-se a riscos de crédito e de mercado. Riscos de crédito consistem no não cumprimento dos termos do contrato derivativo por uma contraparte. Riscos de mercado representam o efeito adverso sobre o valor de um instrumento financeiro, que resulta de uma alteração nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das mercadorias. A Companhia monitora os riscos de crédito, limitando as contrapartidas a instrumentos financeiros derivativos de instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de mercado são gerenciados pelos diretores da Companhia. A empresa não mantém, e tampouco emite instrumentos financeiros para fins comerciais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

A melhora continuada do desempenho ambiental da Petrobras, tal como definida em seu Plano Estratégico, está associada à implementação de dois grandes programas: o de Segurança de Processo (PSP) e o de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso).

No primeiro semestre de 2007, excluídos os gastos com assistência médica aos empregados e apoio a projetos ambientais externos, os investimentos da Companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS) somaram R\$ 1.846.000 mil, sendo que, desse total, R\$ 399.000 mil, se referem a ações do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso).

25. EVENTOS SUBSEQÜENTES

25.1. Participação especial do campo de Marlim

A participação especial foi estabelecida pela Lei do Petróleo nº 9.478/97, e é recolhida como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes.

A metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da participação especial devida para o Campo de Marlim baseia-se em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada pela própria ANP.

Em 06 de setembro de 2005, a Diretoria da ANP determinou a constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de demonstrar, através de critérios técnicos, a metodologia a ser aplicada ao cálculo da Participação Especial de Marlim, bem como certificar os valores pagos pela Petrobras a título da citada participação.

O Grupo de Trabalho produziu o Relatório de Certificação do Pagamento da Participação Especial do Campo de Marlim, aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP, através da Resolução de Diretoria 267/2006 de 16 de agosto de 2006, e veiculado à Petrobras em 18 de agosto de 2006. A metodologia adotada pela Petrobras é a mesma constante no relatório aprovado pela ANP.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em síntese, o Relatório estabeleceu a metodologia que deveria ser observada com relação à Participação Especial de Marlim, bem como determinou que a Petrobras efetuasse o pagamento adicional no valor de R\$ 400 milhões, referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor pela Petrobras, em função da utilização da metodologia de cálculo inicialmente definida pela ANP.

A Petrobras acatou a determinação da ANP pelo fato de que a nova metodologia aplicada pelo Grupo de Trabalho não ser aplicada retroativamente, garantindo assim a observância de princípios constitucionais como o da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito.

O recolhimento adicional teve como consequência a quitação dos valores cujo pagamento adicional foi determinado através de decisão final da mais alta esfera decisória da ANP – a sua Diretoria Colegiada.

Em 18 de julho de 2007, a Petrobras foi notificada de nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de novas verbas consideradas devidas, retroativamente a 1998, anulando a anterior Resolução da Diretoria, de 16 de agosto de 2006.

A Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada pela Resolução de Diretoria 267/2006 de 16 de agosto de 2006, é legítima e legal e, portanto, não passível de revogação ou anulação, sob pena de frontal violação aos princípios constitucionais já acima apontados. A sua anulação traz total insegurança jurídica não somente à Petrobras, mas a todos os concessionários.

A Petrobras está avaliando juridicamente a questão, não sendo descartada, a possibilidade de ajuizamento de ação para evidenciar a validação dos procedimentos adotados pela Companhia e resguardar os interesses dos seus acionistas.

A posição dos assessores jurídicos da Petrobras é de que a expectativa de desembolso para os valores reclamados é remota.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25.2. Aquisição da Suzano Petroquímica

A Petrobras, em 03 de agosto de 2007, celebrou um contrato de compra e venda de ações, que prevê a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Suzano Petroquímica S.A (SZPQ), detidas, direta ou indiretamente, pelos controladores da Suzano Holding S.A (SH), pelo preço total de R\$ 2,1 bilhões, a ser ratificado pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Petrobras a ser oportunamente convocada conforme determina o artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

Esta operação está sujeita ao processo de “*due diligence*”, à conclusão dos atos societários para a estruturação da transação, a todos os procedimentos previstos nos acordos de acionistas dos quais a SZPQ faz parte, e à anuência da alteração do controle da Companhia pelos credores da SZPQ, nos termos dos contratos de financiamentos pactuados, dentre outros.

A operação será dividida em três etapas:

- (a) Aquisição das ações dos controladores indiretos da SZPQ: A Petrobras adquirirá 97,3 milhões de ações ordinárias pelo preço de até R\$ 13,44 por ação e 75,2 milhões de ações preferenciais pelo preço de até R\$ 10,76 por ação, representativa de participação societária de 99,9% das ações ordinárias e 58,2% das ações preferenciais de emissão de SZPQ, representando 76,1% do capital total.
- (b) Oferta Pública de “*Tag Along*” SZPQ: Em função da alienação, direta e indireta, do controle da sociedade aberta SZPQ, a Petrobras em obediência aos preceitos legais aplicáveis à hipótese (Art. 254 – A da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 361, Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 – BOVESPA, do qual a SZPQ é signatária, e no artigo 39 do Estado Social da SZPQ) encaminhará à CVM, no prazo legal, o pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais detidas pelos acionistas minoritários da SZPQ (“*OPA Tag Along*”), pelo preço de até R\$ 13,44 e até R\$ 10,76 por ação ordinária e preferencial, respectivamente, a ser pago à vista.
- (c) Oferta Pública de Cancelamento de Registro da SZPQ: A Petrobras tem intenção de encaminhar à CVM, em até 30 dias, pedido de registro de oferta pública para o cancelamento do registro de companhia aberta da SZPQ, nos termos do Art. 4º, § 4º, da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 361.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Assumindo que a Oferta Pública para Cancelamento de Registro tenha os mesmos termos financeiros da Oferta Pública de “*Tag Along*”, o valor a ser desembolsado nas OPAs seriam de R\$ 600 milhões, totalizando R\$ 2,7 bilhões para a aquisição de 100% das ações da SZPQ.

A operação será apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Secretaria de Direito Econômico – SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE), no prazo e forma assinalados pela legislação em vigor.

25.3. Venda de participação acionária em Empresa de Transporte de Energia na Argentina

O Conselho de Administração da Petrobras Energia S.A. (PESA) aprovou, em 19 de julho de 2007, a venda da totalidade das participações acionárias (50%) na Companhia Inversora en Transmisión Eléctrica S.A. (Citelec) para a Energia Argentina S.A. (ENARSA) e Electroingeniería S.A. em partes iguais, e também a venda de sua participação acionária (22,22%) na Yacylec S.A. para a Electroingeniería S.A.

A Citelec possui uma participação de 52,67% da Companhia de Transporte en Energia Eléctrica en Alta Tensión Transener S.A. (Transener).

A venda será realizada por um preço fixo de US\$ 54 milhões (equivalente a R\$ 104.015 mil) mais um incremento relacionado ao resultado da revisão tarifária integral que se determine para a Transener e sua subsidiária Empresa de Transporte de Energia Eléctrica por Distribución Troncal de la Provincia de Buenos Aires S.A. (Transba), aplicável até 30 de junho de 2008. O preço previsto para a venda da participação acionária em Yacylec para a Electroingeniería é de US\$ 6 milhões (R\$ 11.557 mil).

As transferências das ações da Citelec e da Yacylec estarão sujeitas ao exercício dos direitos emergentes dos acordos de acionistas vigentes em Citelec e Yacylec e deverão contar com as aprovações dos organismos reguladores e das autoridades competentes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

LUCRO LÍQUIDO

A Petrobras apurou um lucro líquido de R\$ 6.851 milhões no 2T-2007, com um lucro operacional correspondendo a 32% da receita operacional líquida (34% no 2T-2006).

R\$ milhões							
2º Trimestre				1º Semestre			
1T 2007	2007	2006	△ %		2007	2006	△ %
37.986	41.691	38.872	7	7	79.677	76.792	4
27.868	30.825	28.441	8	8	58.693	56.552	4
7.330	9.872	9.602	3	3	17.202	20.291	(15)
(590)	(906)	266	(441)		(1.496)	(413)	262
52	507	713	(29)		559	1.056	(47)
4.337	6.851	7.100	(4)		11.188	14.014	(20)
0,99	2,55	1,62	58		2,55	3,19	(20)
215.666	244.659	202.674	21		244.659	202.635	21

(1) Antes da receita e despesa financeira e da equivalência patrimonial.

Os principais fatores que contribuíram para a formação do lucro líquido no período de janeiro a junho de 2007, em relação ao mesmo período de 2006, foram:

- Aumento de 4% da receita operacional líquida:
 - ✓ Redução de 1% no Preço Médio de Realização (PMR) dos derivados básicos no mercado interno no 1S-2007 (destaque para óleo combustível e querosene de aviação) e redução de 9% PMR das exportações, refletindo o comportamento das cotações do Petróleo do mercado internacional (Brent -4% e WTI -8%) e do Óleo Combustível (-5%), contribuindo para redução da Receita Operacional Líquida em relação ao 1S-2006;
 - ✓ Aumento de 6% nos volumes totais vendidos, com destaques no mercado interno para o diesel (4%), óleo combustível (8%), o GPL (3%), QAV (6%) e a gasolina (1%). Já as vendas no mercado externo aumentaram 17%, onde o petróleo contribuiu com 35%, influenciado pelo aumento da produção e pela necessidade de substituição de importações, parcialmente compensado pela redução nas exportações de óleo combustível (-5%).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Aumento de 3% nos custos médios unitários dos produtos vendidos. Os principais fatores que influenciaram o aumento do custo dos produtos vendidos foram:
 - ✓ Maiores gastos com importação de petróleo pela participação na carga processada;
 - ✓ Maiores gastos com importação de diesel para enquadramento das especificações de menor teor de enxofre;
 - ✓ Maiores gastos com afretamento de plataformas, com destaque para as unidades P-34, P-47, P-50, FPSO Capixaba, FPSO-Seillean e FPSO RJ;
 - ✓ Maiores gastos com depreciação e depleção, destacando-se as incorporações de novos ativos pela modernização das refinarias e o início de produção dos campos de Golfinho, Roncador, Albacora Leste, Jubarte e Espadarte.

- Aumento nas seguintes despesas:
 - ✓ Gerais e administrativas (R\$ 407 milhões), com pessoal (R\$ 145 milhões); com serviços de terceiros (R\$ 96 milhões), com destaque para consultoria em TI, assessoria financeira e administrativa e processamentos de dados (R\$ 52 milhões), com serviços de infra-estrutura, suporte, manutenção e licenciamento;
 - ✓ Custos exploratórios (R\$ 64 milhões), influenciados pelos gastos com geologia e geofísica;
 - ✓ Custos com pesquisa e desenvolvimento (R\$ 73 milhões) para atender, principalmente, à regulamentação da ANP (R\$ 42 milhões) e gastos com pessoal envolvidos nas atividades de pesquisa (R\$ 20 milhões);

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- ✓ Outras despesas operacionais (R\$ 1.800 milhões), destacando-se os gastos com a repactuação do Plano Petros (R\$ 972 milhões), com arrendamento de bens e instalações (R\$ 117 milhões), paradas não programadas e equipamentos fora de operação (R\$ 30 milhões), resultado de operações de hedge (R\$ 95 milhões), novo plano de cargos e salários (R\$ 121 milhões), Segurança, Meio ambiente e Saúde (R\$ 86 milhões), complemento de provisão de contingências judiciais (R\$ 125 milhões), receitas extraordinárias no 1º semestre de 2006: (a) bônus recebidos de parcerias com a Shell e Esso (R\$ 57 milhões); (b) recuperação de gastos exploratórios com terceiros (R\$ 57 milhões); e (c) venda de materiais (R\$ 40 milhões).

- Efeito negativo de R\$ 1.083 milhões sobre o resultado financeiro, devido a:
 - ✓ Perdas com variações monetárias e cambiais (R\$ 1.687 milhões), refletindo os efeitos da maior apreciação do Real no 1S-2007 e regularização cambial no 1S-2006 (R\$ 321 milhões), não recorrente;

Parte desse efeito foi compensado pelo seguinte fator:

 - ✓ Receitas financeiras (R\$ 604 milhões) geradas pela mudança do perfil das aplicações no país, com redução considerável da exposição em operações com futuros de dólar, e a elevação do volume aplicado no exterior, que gera reflexos na variação cambial apurada no resultado financeiro.

- Decréscimo de R\$ 502 milhões no resultado de participações em subsidiárias, principalmente em decorrência de menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 419 milhões), combinado com perdas cambiais sobre a conversão dos patrimônios líquidos das subsidiárias no exterior (R\$ 83 milhões).

- Benefício fiscal da provisão de juros sobre capital próprio (R\$ 746 milhões).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

INDICADORES ECONÔMICOS

Os negócios conduzidos pela Petrobras somaram, no 1S-2007, R\$ 19,9 bilhões de lucro antes do resultado financeiro, dos resultados provenientes das participações societárias, dos impostos, depreciações e amortizações (EBITDA), com redução de 12% em relação ao 1S-2006.

1T 2007	2007	2006		2007	2006
45	48	49	Margem bruta (%)	46	49
26	31	34	Margem operacional (%)	29	36
16	22	25	Margem líquida (%)	19	25
8.590	11.354	10.875	EBITDA – R\$ milhões	19.944	22.507

A Margem Bruta reduziu três pontos percentuais, quando comparada com o 1S-2006, refletindo a redução do Preço Médio de Realização – PMR dos derivados básicos no mercado interno e das exportações, bem como do aumento dos custos médios unitários que foram compensados, em parte, pelo acréscimo dos volumes totais vendidos.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
1	Ativo Total	210.885.447	207.571.277
1.01	Ativo Circulante	57.591.646	59.664.880
1.01.01	Disponibilidades	17.853.942	20.462.695
1.01.01.01	Caixa e Bancos	4.569.930	2.413.976
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	13.284.012	18.048.719
1.01.02	Créditos	12.419.002	14.372.879
1.01.02.01	Clientes	12.419.002	14.372.879
1.01.02.01.01	Clientes	10.779.632	11.747.867
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	247.001	430.875
1.01.02.01.03	Outros Contas a Receber	2.016.166	2.394.215
1.01.02.01.04	Provisão para Cred. Liq. Duvidosa	(1.263.650)	(1.251.668)
1.01.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	639.853	1.051.590
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	16.965.190	15.065.411
1.01.04	Outros	10.353.512	9.763.895
1.01.04.01	Dividendos a Receber	23.163	30.388
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	7.730.366	7.160.274
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.208.747	1.194.164
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	1.391.236	1.379.069
1.02	Ativo Não Circulante	153.293.801	147.906.397
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.724.218	17.254.858
1.02.01.01	Créditos Diversos	3.112.779	2.921.436
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	793.102	789.278
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	585.325	537.521
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	3.228	3.228
1.02.01.01.04	Contas a Receber, Líquidas	1.731.124	1.591.409
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	354.540	238.101
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	354.540	238.101
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	14.256.899	14.095.321
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	0	0
1.02.01.03.02	Impostos e Contrib. Social Diferidos	3.695.992	3.579.285
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	1.036.896	1.133.692
1.02.01.03.04	Pasep/Cofins Diferido	2.356.726	2.025.364
1.02.01.03.05	Outros Impostos	269.846	213.211
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.697.424	1.663.358
1.02.01.03.07	Adiantamento p/ Plano de Pensão	1.269.048	1.277.361
1.02.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	905.559	650.538
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	1.745.408	1.949.723
1.02.01.03.10	Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	112.798	191.542

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
1.02.01.03.11	Estoques	437.781	453.120
1.02.01.03.12	Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	729.421	958.127
1.02.02	Ativo Permanente	135.569.583	130.651.539
1.02.02.01	Investimentos	4.815.230	4.470.911
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	3.131.359	2.774.123
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	30.191	30.190
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	877.726	1.019.338
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	775.954	647.260
1.02.02.02	Imobilizado	123.009.446	118.295.307
1.02.02.03	Intangível	5.489.282	5.628.299
1.02.02.04	Diferido	2.255.625	2.257.022

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
2	Passivo Total	210.885.447	207.571.277
2.01	Passivo Circulante	40.607.951	40.540.572
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.254.308	11.365.644
2.01.01.01	Financiamentos	9.543.795	10.617.542
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	710.513	748.102
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	11.728.310	9.545.733
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	9.088.721	9.532.504
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.193.519	1.581.966
2.01.06	Provisões	2.117.461	1.811.474
2.01.06.01	Salários, Férias e Encargos	1.633.558	1.443.055
2.01.06.02	Provisão para Contingências	54.000	54.000
2.01.06.03	Plano de Pensão	429.903	314.419
2.01.06.04	Outras	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	5.225.632	6.703.251
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	868.556	2.518.297
2.01.08.02	Projetos Estruturados	62.160	61.634
2.01.08.03	Outros	4.294.916	4.123.320
2.02	Passivo Não Circulante	56.587.019	57.626.916
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	55.385.342	57.233.898
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.585.827	30.792.633
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	22.896.496	21.885.406
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	9.082.408	8.757.830
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	543.889	475.368
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	3.441.612	3.357.852
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	9.731.089	9.294.356
2.02.01.03.05	Outros impostos diferidos	97.498	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	98.907	107.889
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	4.804.112	4.447.970
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	3.365.941	3.170.912
2.02.01.06.02	Outras contas e despesas a pagar	1.438.171	1.277.058
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	1.201.677	393.018
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	6.411.568	7.656.332
2.04	Patrimônio Líquido	107.278.909	101.747.457
2.04.01	Capital Social Realizado	52.644.460	48.263.983
2.04.01.01	Capital Social Integralizado	52.644.460	48.263.983
2.04.01.02	Correção Monetária de Capital	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1.285.788	372.064

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
2.04.02.01	Subvenções AFRMM	158.298	158.298
2.04.02.02	Incentivos fiscais - IR	1.127.490	213.766
2.04.03	Reservas de Reavaliação	62.787	64.614
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	62.787	64.614
2.04.04	Reservas de Lucro	42.354.803	48.916.077
2.04.04.01	Legal	6.511.073	6.511.073
2.04.04.02	Estatutária	241.322	1.249.441
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	35.598.774	41.153.755
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	3.634	1.808
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.931.071	4.130.719
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	53.632.489	103.759.685	49.632.685	96.400.682
3.02	Deduções da Receita Bruta	(11.834.812)	(23.067.563)	(11.684.275)	(22.566.346)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	41.797.677	80.692.122	37.948.410	73.834.336
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(24.552.188)	(48.181.022)	(21.394.922)	(41.068.457)
3.05	Resultado Bruto	17.245.489	32.511.100	16.553.488	32.765.879
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(6.869.449)	(14.587.104)	(5.310.076)	(10.383.015)
3.06.01	Com Vendas	(1.442.624)	(2.857.545)	(1.353.044)	(2.695.041)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.401.444)	(3.042.911)	(1.310.752)	(2.451.067)
3.06.02.01	Honor. Diretoria e Cons. Administração	(6.501)	(14.749)	(10.963)	(18.170)
3.06.02.02	De Administração	(1.394.943)	(3.028.162)	(1.299.789)	(2.432.897)
3.06.03	Financeiras	(290.262)	(504.216)	(132.871)	(846.576)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	477.925	1.147.163	601.422	972.002
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(768.187)	(1.651.379)	(734.293)	(1.818.578)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.631.955)	(7.995.137)	(2.631.146)	(4.081.764)
3.06.05.01	Tributária	(323.208)	(621.972)	(405.305)	(644.877)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(434.012)	(810.413)	(495.520)	(737.435)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	0	0	0	0
3.06.05.04	Custo Explot. p/ Extração Petróleo/Gás	(390.848)	(1.046.126)	(378.210)	(687.946)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(452.646)	(905.291)	(484.613)	(969.104)
3.06.05.06	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(765.844)	(1.501.987)	(8.438)	261.397
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(1.265.397)	(3.109.348)	(859.060)	(1.303.799)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(103.164)	(187.295)	117.737	(308.567)
3.07	Resultado Operacional	10.376.040	17.923.996	11.243.412	22.382.864
3.08	Resultado Não Operacional	24.683	51.503	28.854	(63.646)
3.08.01	Receitas	65.536	81.737	(14.629)	(17.479)
3.08.02	Despesas	(40.853)	(30.234)	43.483	(46.167)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

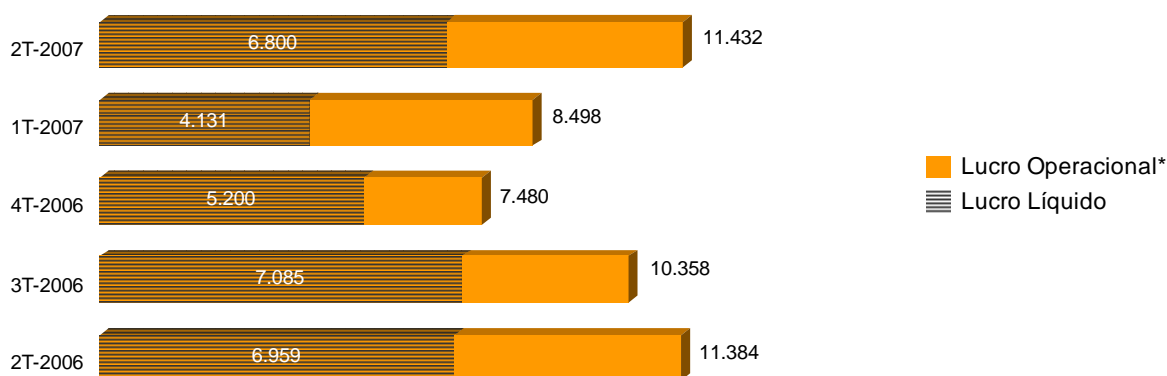
1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	10.400.723	17.975.499	11.272.266	22.319.218
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.785.153)	(6.647.202)	(4.039.844)	(7.133.103)
3.11	IR Diferido	617.123	511.237	174.428	(600.201)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(432.341)	(908.463)	(447.391)	(951.464)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	6.800.352	10.931.071	6.959.459	13.634.450
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	4.387.038	4.387.038	4.386.152	4.386.152
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,55010	2,49167	1,58669	3,10852
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A Petrobras apurou um lucro líquido consolidado de R\$ 6.800 milhões no 2T-2007, superior em 65% ao 1T-2007. O valor de mercado da Companhia em 30 de junho de 2007 alcançou R\$ 244.659 milhões. Os investimentos do Sistema Petrobras atingiram o montante de R\$ 19.795 milhões, 45% superior ao 1S-2006, destacando-se a ampliação da capacidade futura de produção de petróleo e gás natural no país (R\$ 9.092 milhões). A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 25.183 milhões, assegurando recursos para a realização dos investimentos da Companhia.

Em R\$ milhões



* Lucro Operacional, antes do Resultado Financeiro.

- O lucro líquido consolidado do 2T-2007 foi de R\$ 6.800 milhões, refletindo um melhor desempenho operacional em relação ao 1T-2007, inferior em 2% ao 2T-2006, devido às menores cotações de petróleo no mercado internacional e aos efeitos da apreciação do real em 2007, parcialmente compensado pelo aumento dos volumes vendidos além do benefício fiscal obtido sobre o provisionamento de juros sobre o capital próprio (R\$ 746 milhões).
- A produção de óleo e LGN no país alcançou a média de 1.789 mil barris/dia, representando um aumento de 2% em relação ao 2T-2006. Cerca de 83% são oriundos da Bacia de Campos e Espírito Santo (1.482 mil barris/dia), com destaque para a produção das plataformas P-50 (Albacora Leste), FPSO-Capixaba (Golfinho), em P-34 (Jubarte) e FPSO-Cidade do Rio de Janeiro (Espadarte), compensando o declínio natural de campos maduros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- O endividamento líquido do Sistema Petrobras em 30.06.2007, de R\$ 21.966 milhões, 8% inferior a 31.03.2007 (R\$ 23.955 milhões), decorreu, principalmente, da geração líquida de caixa no período (R\$ 2.948 milhões), mesmo considerando o crescimento expressivo de investimentos e o pagamento de dividendos, além do reflexo da apreciação do Real sobre o endividamento.
- O valor adicionado pelo Sistema Petrobras alcançou R\$ 59.194 milhões, sendo R\$ 34.195 milhões destinados às participações governamentais e aos tributos federais, estaduais e municipais, R\$ 6.794 milhões aos fornecedores e instituições financeiras, por conta de encargos financeiros, aluguéis e afretamentos, além de R\$ 11.840 milhões aos acionistas e R\$ 6.365 milhões a salários, vantagens e encargos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Lucro Líquido e Indicadores Econômicos Consolidados

A Petrobras apurou um lucro líquido consolidado de R\$ 10.931 milhões, 20% inferior em relação ao lucro apurado no 1S-2006.

R\$ milhões							
2º Trimestre				1º Semestre			
1T-2007	2007	2006	Δ %	2007	2006	Δ %	
50.127	53.633	49.633	8	103.760	96.401	8	8 Receita operacional bruta
38.894	41.798	37.948	10	80.692	73.834	9	10 Receita operacional líquida
8.582	11.535	11.267	2	20.117	23.277	(14)	2 Lucro operacional ⁽¹⁾
(950)	(1.056)	(141)	649	(2.006)	(585)	243	649 Resultado financeiro
4.131	6.800	6.959	(2)	10.931	13.634	(20)	(2) Lucro líquido
0,94	1,55	1,59	(2)	2,49	3,11	(20)	(2) Lucro líquido por ação
215.666	244.659	202.635	21	244.659	202.635	21	21 Valor de Mercado (Controladora)
39	41	44	(3)	40	44	(4)	(3) Margem bruta (%)
22	28	30	(2)	25	32	(7)	(2) Margem operacional (%)
11	16	18	(2)	14	18	(4)	(2) Margem líquida (%)
10.993	14.190	13.614	4	25.183	27.727	(9)	4 EBITDA - R\$ milhões ⁽²⁾
Indicadores Econômicos e Financeiros							
57,75	68,76	69,62	(1)	63,26	65,69	(4)	(1) Petróleo Brent (US\$/bbl)
2,1082	1,9831	2,1840	(9)	2,0453	2,1892	(7)	(9) Dólar Médio de Venda (R\$)
2,0504	1,9262	2,1643	(11)	1,9262	2,1643	(11)	(11) Dólar Final de Venda (R\$)

⁽¹⁾ Lucro operacional antes do resultado financeiro, da equivalência patrimonial e dos impostos.

⁽²⁾ Lucro operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial + depreciação/amortização.

R\$ milhões							
2º Trimestre				1º Semestre			
1T-2007	2007	2006	Δ %	2007	2006	Δ %	
7.548	10.376	11.243	(8)	17.924	22.383	(20)	(8) Lucro Operacional conforme Lei das S.A.
950	1.056	141	649	2.006	585	243	649 (-) Resultado Financeiro
84	103	(117)	(188)	187	309	(39)	(188) (-) Resultado de Equivalência Patrimonial
8.582	11.535	11.267	2	20.117	23.277	(14)	2 Lucro Operacional
2.411	2.655	2.347	13	5.066	4.450	14	13 Depreciação/Amortização
10.993	14.190	13.614	4	25.183	27.727	(9)	4 EBITDA
28	34	36	(6)	31	38	(18)	(6) Margem EBITDA (%)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A redução do lucro líquido consolidado no 1S-2007 comparado ao 1S-2006 reflete os efeitos da apreciação do real sobre os preços praticados nas exportações e sobre os itens monetários, além de outros fatores, como demonstrado:

Redução do lucro bruto em R\$ 255 milhões:

Principais Fatores	R\$ milhões		
	Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:			
- efeito dos volumes vendidos	1.154	(574)	580
- efeito dos preços	(150)	-	(150)
. Mercado Externo:			
- efeito dos volumes exportados	2.795	(1.293)	1.502
- efeito dos preços de exportações	(1.587)	-	(1.587)
. Aumento/redução dos Gastos: ^(*)	-	(586)	(586)
. Aumento/redução da lucratividade do segmento de Distribuição	26	131	157
. Aumento/redução das operações de comercialização no exterior	1.354	(1.285)	69
. Aumento/redução das vendas internacionais	4.324	(4.310)	14
. Efeito cambial nas controladas no exterior	(860)	633	(227)
. Outros	(199)	172	(27)
	<u>6.857</u>	<u>(7.112)</u>	<u>(255)</u>

(*) Composição da variação dos gastos relacionados:	Valor
- participações governamentais no país	1.150
- serviços de terceiros	165
- importação de petróleo, derivados e gás **	22
- transportes marítimos e dutoviários ***	(167)
- produtos não petrolíferos, incluindo álcool	(183)
- salários, vantagens e encargos	(359)
- materiais, serviços e depreciação	(1.214)
	<u>(586)</u>

** Valores CIF.

*** Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Aumento nas seguintes despesas:
 - ✓ Vendas (R\$ 163 milhões), para atender o maior volume das exportações (R\$ 120 milhões) e das operações off-shore (R\$ 70 milhões), compensados pela redução de gastos no segmento de distribuição (R\$ 24 milhões);
 - ✓ Gerais e administrativas (R\$ 592 milhões), com pessoal no Brasil (R\$ 176 milhões) e no exterior (R\$ 26 milhões); com serviços de terceiros (R\$ 175 milhões), destacando-se serviços de informática e consultorias e novas empresas da área internacional (R\$ 25 milhões);
 - ✓ Custos exploratórios (R\$ 358 milhões), com destaque para o incremento dos gastos no exterior (R\$ 294 milhões);
 - ✓ Outras despesas operacionais (R\$ 1.806 milhões) destacando-se o gasto com a repactuação do Plano Petros (R\$ 1.050 milhões), com complemento de provisão para contingência judicial (R\$ 125 milhões), com Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS (R\$ 87 milhões) e com novo plano de cargos e salários (R\$ 123 milhões). Em 2006 essas despesas estão reduzidas pelos bônus de parcerias (R\$ 57 milhões).

 - Efeito negativo de R\$ 1.421 milhões sobre o resultado financeiro líquido, devido a:
 - ✓ Perdas com variações monetárias e cambiais (R\$ 1.763 milhões), refletindo os efeitos da maior apreciação do Real no 1S-2007 e regularização cambial no 1S-2006 (R\$ 321 milhões), não-recorrente;
- Parte desse efeito foi compensada pelo seguinte fator:
- ✓ Receitas financeiras (R\$ 311 milhões) geradas pela mudança do perfil das aplicações no país, com redução considerável da exposição em operações com futuros de Dólar, e a elevação do volume aplicado no exterior, que gera reflexos na variação cambial apurada no resultado financeiro.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Os efeitos acima foram compensados pelos seguintes fatores:
 - ✓ Melhor resultado com participações em investimentos relevantes (R\$ 122 milhões), apesar do reconhecimento de maiores perdas cambiais na conversão dos patrimônios líquidos das subsidiárias no exterior;
 - ✓ Melhor resultado não operacional (R\$ 115 milhões), devido à alienação dos investimentos na Bolívia (R\$ 72 milhões) e na Argentina (R\$ 20 milhões);
 - ✓ Benefício fiscal obtido no provisionamento de juros sobre capital próprio (R\$ 746 milhões).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O lucro líquido do 2T-2007 alcançou R\$ 6.800 milhões, 65% superior ao lucro do 1T-2007 (R\$ 4.131 milhões), em decorrência do aumento dos volumes vendidos no mercado interno, das maiores cotações do petróleo no mercado internacional, do benefício fiscal decorrente do provisionamento dos juros sobre capital próprio, além de outros fatores, como demonstrado a seguir:

- Aumento do lucro bruto em R\$ 2.107 milhões:

VARIAÇÃO 2T-2007 SOBRE 1T-2007

PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS

Principais Fatores	R\$ milhões		
	Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:			
- efeito dos volumes vendidos	1.483	(781)	702
- efeito dos preços	639	-	639
. Mercado Externo:			
- efeito dos volumes exportados	321	(172)	149
- efeito dos preços de exportações	876	-	876
. Aumento/redução dos Gastos: ^(*)	-	(290)	(290)
. Aumento/redução da lucratividade do segmento de Distribuição	(225)	281	56
. Aumento/redução das operações de comercialização no exterior	238	(151)	87
. Aumento/redução das vendas internacionais	741	(373)	368
. Efeito cambial nas controladas no exterior	(687)	593	(94)
. Outros	(482)	96	(386)
	<u>2.904</u>	<u>(797)</u>	<u>2.107</u>

(*) Composição da variação dos gastos relacionados:	Valor
- serviços de terceiros	64
- transportes marítimos e dutoviários **	59
- salários, vantagens e encargos	22
- produtos não petrolíferos, incluindo álcool	(31)
- participações governamentais no país	(58)
- materiais, serviços e depreciação	(129)
- importação de petróleo, gás e derivados ***	(217)
	<u>(290)</u>

** Valores CIF.

*** Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Redução das despesas operacionais (R\$ 846 milhões), devido:
 - ✓ Custos exploratórios (R\$ 264 milhões), devido aos menores gastos no exterior, com sísmica no 2T-2007 (R\$ 286 milhões);
 - ✓ Outras despesas operacionais (R\$ 632 milhões), destacando os gastos extraordinários ocorridos no 1T-2007 com repactuação do Plano Petros (R\$ 1.040 milhões) e complemento de *royalties* no Equador referentes a 2006 (R\$ 50 milhões), compensado pelo complemento de provisão para contingência judicial (R\$ 125 milhões) e com novo plano de cargos e salários (R\$ 123 milhões), além do menor resultado de operações de *hedge* (R\$ 94 milhões);
- Efeito negativo de R\$ 106 milhões sobre o resultado financeiro líquido.
- Efeito do benefício fiscal obtido sobre o provisionamento de juros sobre capital próprio (R\$ 746 milhões).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Indicadores Físicos

2º Trimestre				1º Semestre		
1T-2007	2007	2006	Δ%	2007	2006	Δ%
Exploração & Produção - Mil Barris/dia						
Produção Nacional						
1.800	1.789	1.757	2	1.795	1.754	2
274	269	282	(5)	271	276	(2)
2.074	2.058	2.039	1	2.066	2.030	2
Produção Internacional Consolidada						
111	117	121	(3)	114	140	(19)
103	112	95	18	107	97	10
214	229	216	6	221	237	(7)
17	16	18		17	10	
231	245	234	5	238	247	(4)
2.305	2.303	2.273	1	2.304	2.277	1

(1) Não inclui gás liquefeito e inclui gás reinjetado.

(2) Empresas não consolidadas na Venezuela.

Refino, Transporte e Abastecimento - Mil Barris/dia						
340	410	354	16	375	349	7
97	159	88	81	128	102	25
437	569	442	29	503	451	12
377	321	267	20	349	265	32
247	271	281	(4)	259	275	(6)
624	592	548	8	608	540	13
187	23	106	(78)	105	89	18
146	157	149	5	151	148	2
1	3 ⁽³⁾	6	(50)	2 ⁽³⁾	4	(50)
2.041	2.048	1.900	8	2.045	1.908	7
1.781	1.796	1.795	-	1.789	1.803	(1)
260	252	105	140	256	105	144
2.227	2.167	2.114	3	2.167	2.115	2
1.986	1.986	1.985	-	1.986	1.986	-
241	181	129	40	181	129	40
Utilização (%) da capacidade nominal						
90	89	91	(2)	89	91	(2)
85	86	81	5	85	81	4
77	78	80	(2)	78	80	(2)

(3) Os volumes de exportações de petróleo e derivados incluem exportações em andamento.

(4) De acordo com titularidade reconhecida pela ANP.

Volume de vendas - Mil Barris/dia						
1.646	1.709	1.660	3	1.678	1.638	2
53	51	26	96	53	37	43
226	234	239	(2)	230	236	(3)
1.925	1.994	1.925	4	1.961	1.911	3
625	595	554	7	610	544	12
655	654	459	42	655	448	46
1.280	1.249	1.013	23	1.265	992	28
3.205	3.243	2.938	10	3.226	2.903	11

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Indicadores de Preços e Custos

1T-2007	2º Trimestre				1º Semestre		
	2007	2006	Δ%		2007	2006	Δ%
Preço Médio de Realização de Derivados Básicos							
150,97	155,44	154,20	1	Mercado Interno (R\$/bbl)	153,27	153,69	(0)
Preço médio de venda - US\$ por bbl							
Brasil							
47,79	57,04	58,20	(2)	Petróleo (US\$/bbl) ⁽⁵⁾	52,42	55,92	(6)
32,71	36,16	15,61	132	Gás Natural (US\$/bbl) ⁽⁶⁾	34,36	15,57	121
Internacional							
42,41	45,60	47,30	(4)	Petróleo (US\$/bbl)	44,03	42,43	4
14,48	13,96	12,33	13	Gás Natural (US\$/bbl)	14,20	11,91	19

(5) Média das exportações e dos preços internos de transferência do E&P para o Abastecimento.

(6) Preço interno de transferência do E&P para o Gás e Energia. O aumento no 1T-2007 decorre do aprimoramento da metodologia utilizada, que incluiu em seus parâmetros de apuração, os preços do gás natural no mercado internacional.

Custos - US\$/barril

				Custo de extração de petróleo (lifting cost):			
				• Brasil			
7,20	7,33	6,12	20	• sem participação governamental	7,27	6,22	17
16,24	17,95	17,54	2	• com participação governamental ⁽⁸⁾	17,10	17,44	(2)
3,89	4,19	3,10	35	• Internacional ⁽⁹⁾	4,05	3,03	34
				Custo de refino			
				• Brasil ⁽⁷⁾			
2,54	2,69	2,07	30	• Brasil ⁽⁷⁾	2,62	1,99	32
2,42	3,01	1,36	121	• Internacional	2,70	1,46	85
531	552	531	4	Overhead Corporativo (US\$ milhões) - Controladora ⁽⁷⁾	1.082	850	27

Custos - R\$/barril

				Custo de extração de petróleo (lifting cost):			
				• Brasil			
15,20	14,45	13,16	10	• sem participação governamental	14,83	13,50	10
34,12	35,03	38,34	(9)	• com participação governamental ⁽⁸⁾	34,58	37,68	(8)
				Custo de refino			
				• Brasil ⁽⁷⁾			
5,36	5,31	4,55	17	• Brasil ⁽⁷⁾	5,34	4,37	22

(7) A Companhia, no sentido de ter uma maior aderência dos indicadores aos seus modelos de gestão e operacional, reviu os conceitos desses indicadores, promovendo o recálculo de períodos anteriores, conforme já divulgado no relatório de 31.12.2006.

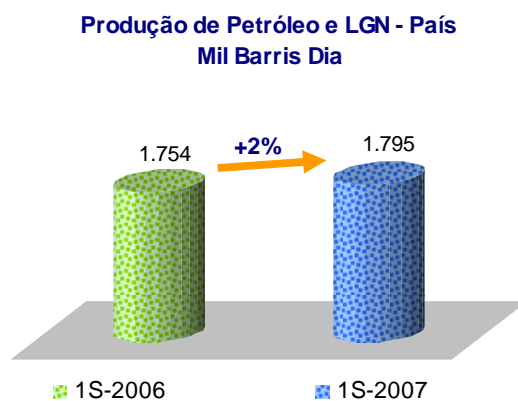
(8) O custo de extração com participação governamental teve sua série histórica ajustada, conforme já divulgado no relatório de 31.12.2006.

(9) Alterado, devido à exclusão de despesas não relacionadas às atividades operacionais no 2T-2006.

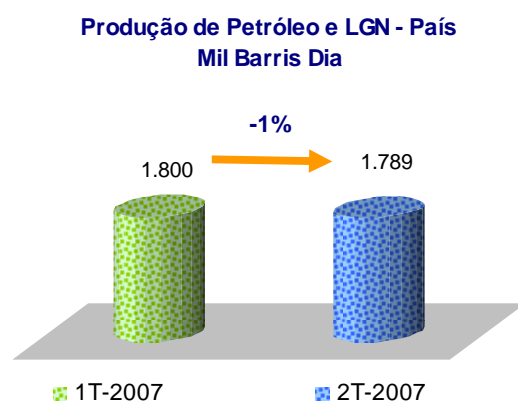
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Exploração e Produção – mil Barris/dia



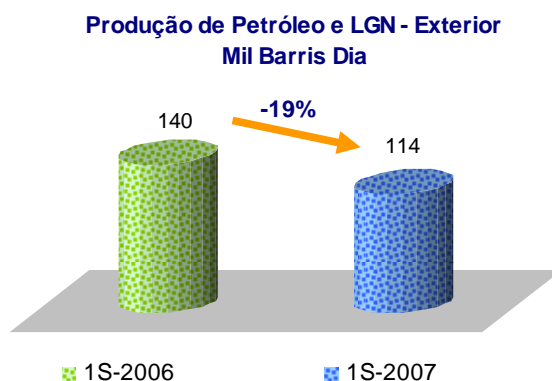
A produção de petróleo nacional e LGN aumentou 2% (41 mil bbl/dia) em relação o 1S-2006, devido à entrada em produção das plataformas P-50 (Albacora Leste), FPSO-Capixaba (Golfinho), P-34 (Jubarte) e FPSO-Cidade do Rio de Janeiro (Espadarte) que conjuntamente adicionaram cerca de 200 mil bbl/dia, compensado o declínio natural da produção proveniente de campos maduros e a ocorrência de problemas operacionais.



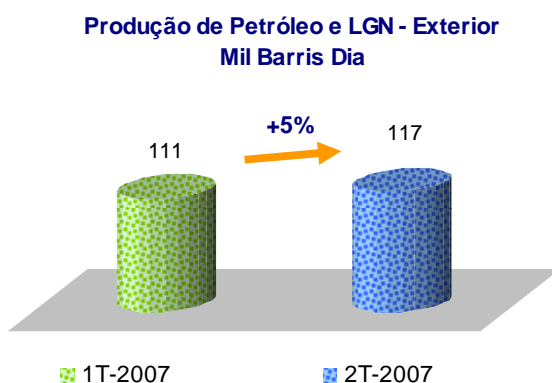
A produção de petróleo nacional e LGN ficou praticamente estável em relação ao 1T-2007, reduzindo 1%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



A produção internacional de óleo, das empresas consolidadas, reduziu 19% em relação 1S-2006, devido à perda de participação nas operações da Venezuela pela conversão dos acordos operacionais a uma modalidade de empresa mista, na qual o governo venezuelano passou a ter uma participação majoritária através da PDVSA. A produção de gás, das empresas consolidadas, aumentou 11% em relação ao mesmo período de 2006, pela volta à normalidade da produção nos EUA, prejudicada em 2006 pelos furacões Rita e Katrina e pela entrada em produção do campo de Cottonwood em fevereiro/07 e maior demanda do gás da Bolívia pela Argentina e maior fornecimento ao mercado interno boliviano.

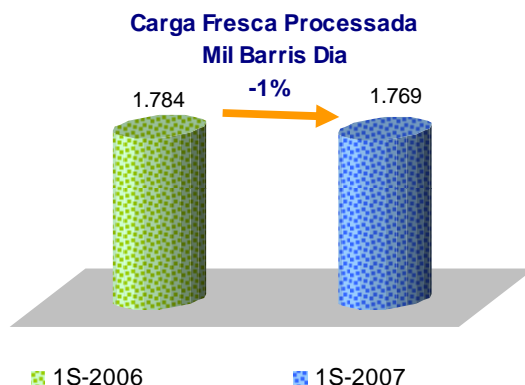


A produção internacional de óleo, das empresas consolidadas, aumentou 5% em comparação ao 1T-2007, devido ao incremento na produção de Cottonwood (EUA) e o retorno a normalidade das atividades no Equador após interrupção na produção, em função de manifestações populares ocorridas em março/07. A produção de gás, das empresas consolidadas, aumentou 9% em relação ao trimestre anterior, pela maior produção do campo de Cottonwood no 2T-2007 e da maior demanda do gás da Bolívia pela Argentina e maior fornecimento ao mercado interno boliviano.

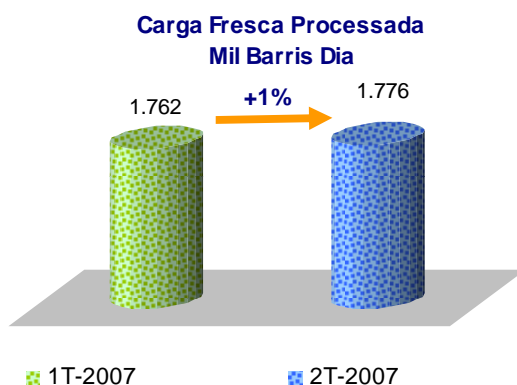
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Refino, Transporte e Abastecimento – mil Barris/dia



A carga processada (processamento primário) nas refinarias do País reduziu 1% em relação ao 1S-2006, devido às paradas programadas para manutenção nas refinarias RPBC, Reduc, Repar e Refap. Observa-se, entretanto, o crescimento do processamento no 2T-2007.



A carga fresca processada pelas refinarias no país aumentou em 1%, quando comparada ao 1T-2007, em função do menor tempo utilizado nas paradas programadas.

A carga processada (processamento primário) pelas refinarias no exterior aumentou 85% em relação ao 1S-2006, devido à inclusão das operações da Refinaria de Pasadena (EUA), a partir de outubro de 2006 e à elevação da capacidade de refino na Argentina, compensados pela venda das refinarias da Bolívia no 2T-2007.

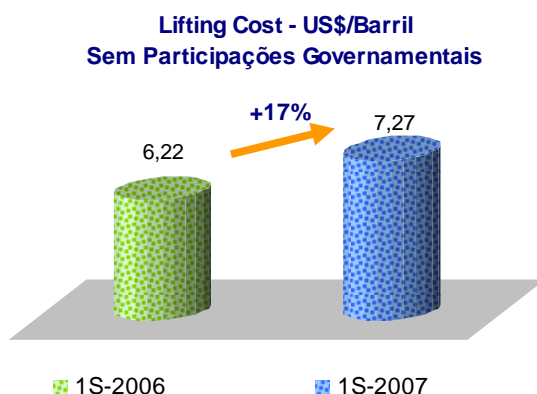
Em relação ao 1T-2007, a carga fresca processada pelas refinarias no exterior reduziu 12%, em decorrência da venda das refinarias da Bolívia no 2T-2007

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

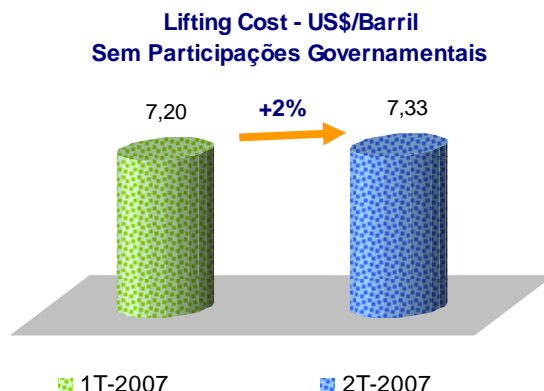
08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos

Lifting Cost (US\$/barril)



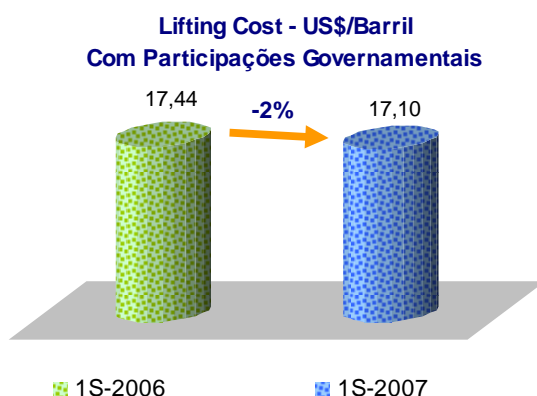
O *lifting cost* unitário no país, sem as participações governamentais, aumentou 17% em relação ao 1S-2006. Descontando os efeitos da apreciação do Real em 7%, o *lifting cost* unitário aumentou 12%, devido à elevação de custos de serviços e de materiais em função do aquecimento da indústria, e também à elevação nos gastos com pessoal, devido ao reajuste salarial e aumento da força de trabalho para operação dos novos projetos. Estes projetos tenderão a ter seus custos reduzidos com o gradativo aumento da produção.



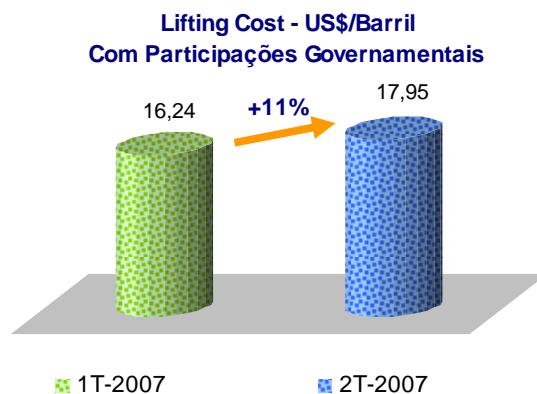
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em relação ao 1T-2007, o *lifting cost* unitário no país, sem as participações governamentais, aumentou 2%. Descontando os efeitos da apreciação do Real em 6%, associado ao percentual de gastos em moeda nacional sobre os gastos nesta atividade, o *lifting cost* unitário reduziu 3%, em função, principalmente, da menor quantidade de intervenções em poços e manutenções corretivas no Campo de Marlim.



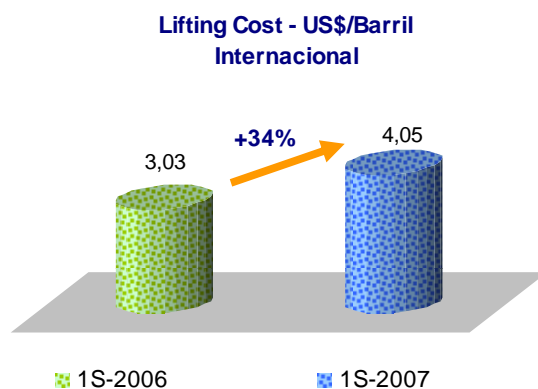
Considerando as participações governamentais, o *lifting cost* apresentou uma redução de 2% em relação ao 1S-2006, em função do decréscimo do preço médio de referência do petróleo nacional para o cálculo das participações, vinculado às cotações internacionais, associado à redução de alíquota nos campos com declínio natural de produção.



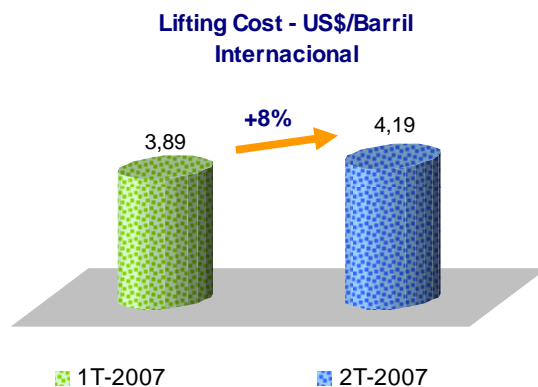
O *lifting cost* no país, considerando as participações governamentais, aumentou 11% em relação ao 1T-2007, em função do aumento das participações governamentais, vinculadas à elevação dos preços internacionais do petróleo no período.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



O *lifting cost* unitário internacional aumentou 34% em relação ao 1S-2006, devido ao aumento de preços dos serviços de terceiros e materiais na Argentina, maiores gastos nos Estados Unidos pelo retorno à normalidade da produção, que estavam parcialmente paralisados em 2006, bem como pela entrada em produção do campo de Cottonwood, em águas profundas, com custo médio maior, e em Angola na recuperação de poços maduros e manutenção das instalações.

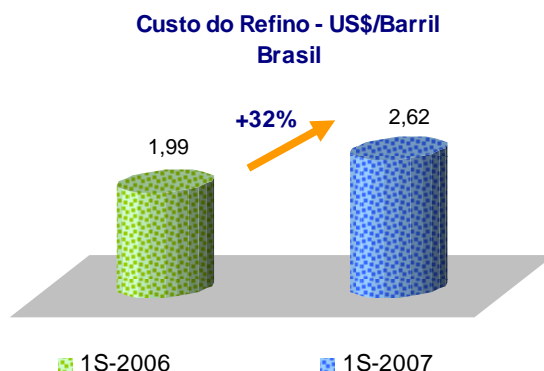


Em relação ao 1T-2007, o *lifting cost* unitário internacional aumentou 8% devido ao aumento de gastos com serviços de terceiros e materiais decorrentes de manutenções de poços na Argentina, bem como pelos maiores gastos nos Estados Unidos pelo aumento da produção do campo de Cottonwood, em águas profundas, compensados por menores gastos ocorridos em Angola no 2T-2007.

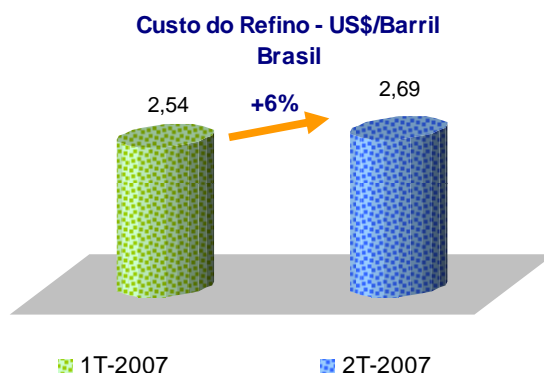
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custo do Refino (US\$/Barril)



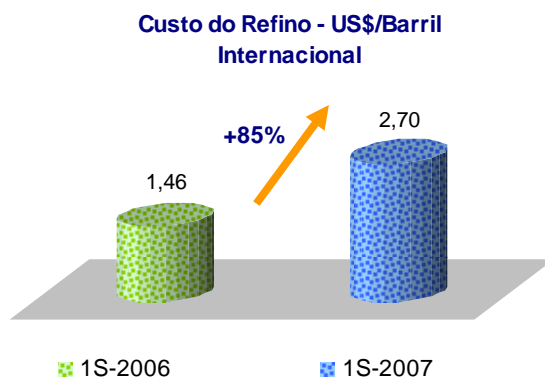
O custo unitário do refino no País aumentou 32% em relação ao 1S-2006, devido aos maiores gastos operacionais em materiais e serviços, reflexo dos investimentos para adaptar as refinarias às novas demandas de qualidade dos produtos, assim como aumento de número e escopo das paradas programadas. Descontados os efeitos da apreciação do real em 6% sobre a parcela dos gastos originados em moeda nacional nesta atividade, o custo de refino aumentou em 25%.



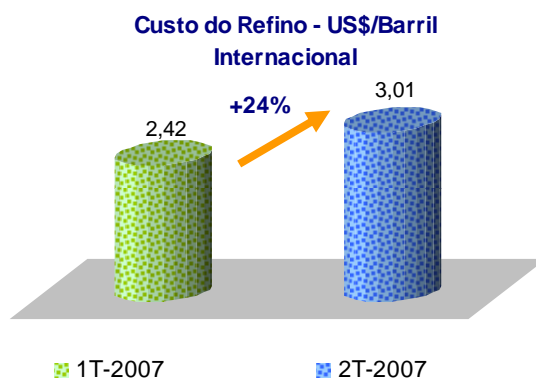
O custo unitário do refino no País aumentou 6%, em comparação ao 1T-2007, refletindo os efeitos da apreciação do Real sobre a parcela dos gastos originados em moeda nacional nesta atividade.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



O custo médio unitário do refino internacional aumentou 85% em relação ao 1S-2006 devido à inclusão da Refinaria de Pasadena (EUA) a partir de outubro de 2006.

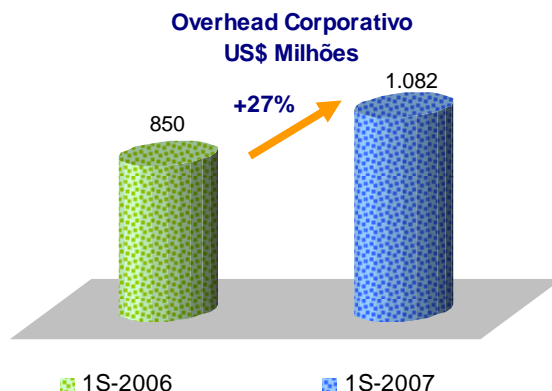


Em comparação ao 1T-2007, o custo médio unitário do refino internacional aumentou 24% em decorrência de maiores gastos com reparos e manutenção de refinarias nos Estados Unidos e com pessoal na Argentina..

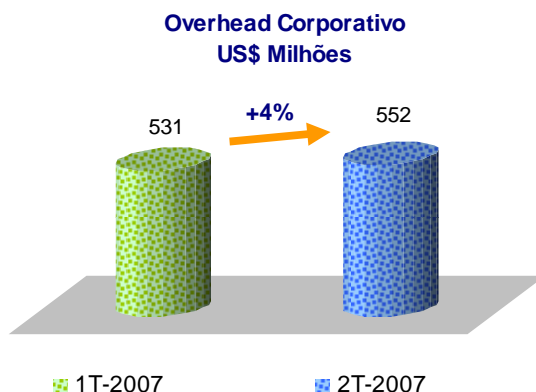
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Overhead Corporativo – Controladora (US\$ milhões)



Em comparação ao 1S-2006, o *overhead* corporativo aumentou 27%, reflexo do crescimento das atividades da Companhia. Descontando os efeitos da apreciação do Real em 7%, sendo a totalidade dos gastos em reais nesta atividade, o *overhead* corporativo aumentou 20% em relação ao 1S-2006, devido ao incremento nos gastos com salários, benefícios e vantagens, em função dos Acordos Coletivos de Trabalho e acréscimo da força de trabalho.



Em comparação ao 1T-2007 houve um aumento do *overhead* em 4%, em função de maiores gastos com pessoal, aluguéis e encargos e dos efeitos da apreciação do real no 2T-2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Volume de vendas – mil Barris/dia

O volume de vendas no mercado interno foi 3% superior ao apurado no 1S-2006, com destaque para o diesel, GLP, QAV e óleo combustível. O aumento das vendas de diesel reflete o melhor desempenho da atividade agrícola com maior safra de grãos no período. As vendas de GLP foram impulsionadas pela elevação da renda das classes menos favorecidas e o crescimento populacional. O crescimento do PIB e a expansão do turismo, alavancada pela apreciação do real frente ao dólar, contribuíram para as maiores vendas de QAV.

O volume das exportações de petróleo e derivados cresceu 12% motivado pelo aumento da produção de petróleo.

O volume de vendas internacionais cresceu 46% devido ao incremento das operações de *trading*, e às operações da Refinaria de Pasadena, compensados pela exclusão das operações da Venezuela e venda da Refinaria na Bolívia.

As vendas de derivados aumentaram 4% em relação ao 1T-2007, destacando-se o diesel devido à sazonalidade do consumo, relacionada à maior produção industrial e atividade agrícola no 2T-2007 e à recuperação das atividades econômicas que têm uso intensivo de equipamentos agrícolas e rodoviários, que foram afetadas pelas chuvas intensas nos meses de janeiro e fevereiro desse ano.

As vendas de gás natural cresceram 4% em relação ao 1T-2007, devido aos maiores volumes consumidos de gás combustível industrial e gás natural veicular.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RESULTADO POR ÁREA DE NEGÓCIO R\$ milhões ^{(1) (3)}							
1T-2007	2º Trimestre				1º Semestre		
	2007	2006	Δ%		2007	2006	Δ%
5.083	6.416	6.899	(7)	EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO	11.499	13.673	(16)
2.136	2.231	1.632	37	ABASTECIMENTO	4.367	3.632	20
(316)	(215)	(222)	(3)	GÁS & ENERGIA	(531)	(300)	77
189	215	132	63	DISTRIBUIÇÃO	404	295	37
(261)	235	255	(8)	INTERNACIONAL ⁽²⁾	(26)	491	(105)
(2.590)	(1.745)	(1.122)	56	CORPORATIVO	(4.335)	(2.983)	45
(110)	(337)	(615)	(45)	ELIMINAÇÕES	(447)	(1.174)	(62)
<u>4.131</u>	<u>6.800</u>	<u>6.959</u>	(2)	LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	<u>10.931</u>	<u>13.634</u>	(20)

(1) Os comentários sobre os resultados por área de negócio estão apresentados a partir da pág. 17 e as demonstrações contábeis por área de negócio a partir da pág. 26.

(2) Na Área de Negócio Internacional a comparabilidade entre os períodos fica influenciada pela variação do câmbio, tendo em vista que todas as operações são realizadas no exterior, em dólares ou na moeda de origem dos países em que cada empresa está sediada, podendo ocorrer variações significativas em Reais, decorrentes, principalmente, dos reflexos do comportamento cambial.

(3) Os gastos com formação dos novos empregados da Petrobras passaram a ser alocados de acordo com a área de atuação de cada profissional, deixando de ser integralmente alocadas às despesas administrativas do grupo de órgãos corporativos. Visando manter a comparabilidade entre os períodos, estamos apresentando as demonstrações anteriores de acordo com os novos critérios acima.

RESULTADO POR ÁREA DE NEGÓCIO

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás da área de Exploração e Produção transferida para outras áreas da Companhia.

Destacamos, abaixo, os principais critérios utilizados na apuração de resultados por área de negócio:

a) Receita operacional líquida: são consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos e transferências entre as áreas de negócio, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas, com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado;

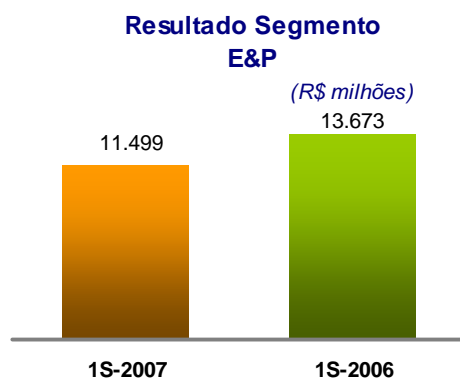
b) No lucro operacional estão computados, além da receita operacional líquida, os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por área de negócio, considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais de cada área, bem como as despesas operacionais efetivamente incorridas em cada área;

c) O resultado financeiro é todo alocado ao grupo de órgãos corporativos;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

d) Ativos: contemplam os ativos identificados a cada área. As contas patrimoniais de natureza financeira são alocadas ao grupo de órgãos corporativos.



O lucro líquido da Exploração e Produção foi de R\$ 11.499 milhões, 16% inferior ao lucro líquido apurado no mesmo período do ano anterior (R\$ 13.673 milhões), devido aos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 2.836 milhões no lucro bruto, gerada pela diminuição nos preços médios do petróleo nacional, compensada parcialmente pelo aumento de 2% na produção de óleo e LGN, pela redução com participações governamentais e pelos maiores preços médios de transferência do gás natural;
- Gastos no montante de R\$ 220 milhões, com incentivo financeiro aos participantes do plano de pensão, em contrapartida à aceitação da repactuação do plano.

O spread entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent aumentou de US\$ 9,77/bbl no 1S-2006 para US\$ 10,84/bbl no 1S-2007.

Em relação ao trimestre anterior, o lucro líquido foi 26% superior, devido aos maiores preços médios do petróleo nacional, parcialmente compensados pela redução de 1% na produção diária de óleo e LGN.

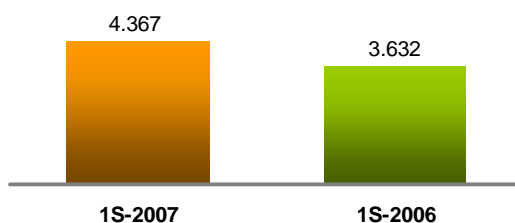
O spread entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent aumentou de US\$ 9,96/bbl no 1T-2007 para US\$ 11,72/bbl no 2T-2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultado Segmento Abastecimento

(R\$ milhões)



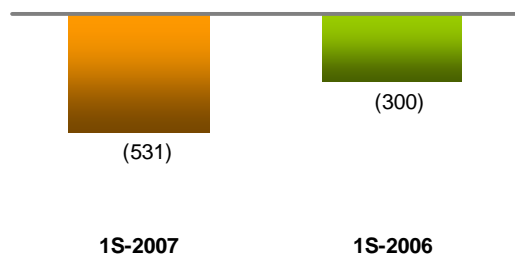
O lucro líquido do Abastecimento foi de R\$ 4.367 milhões, 20% superior ao lucro líquido do 1S-2006 (R\$ 3.632 milhões), refletindo o aumento nos volumes vendidos, assim como as reduções nos custos médios de aquisição de petróleo e de importação de derivados, associado à apreciação do real frente ao dólar em 7% e pela menor valorização dos óleos pesados, que foram parcialmente compensados pelos seguintes fatores:

- Maior volume de importação de derivados;
- Aumento nas despesas com vendas, gerais e administrativas, principalmente, em função dos maiores volumes vendidos, bem como com gastos com pessoal e serviços de terceiros.

Em relação ao 1T-2007, o lucro líquido da área de Abastecimento foi 4% superior, devido ao aumento nos volumes vendidos de derivados, ao aumento do preço médio de realização dos derivados, bem como a realização, no 2T-2007, de estoques formados por menores custos de aquisição.

Resultado Segmento Gás e Energia

(R\$ milhões)



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

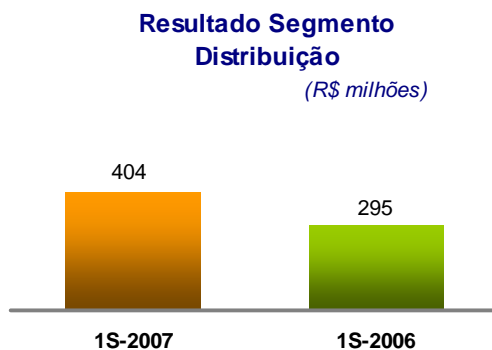
08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O resultado negativo de Gás e Energia foi de R\$ 531 milhões (1S-2006 – negativo em R\$ 300 milhões), gerado pela elevação do custo médio de transferência do gás natural nacional e pelos menores volumes vendidos de gás natural. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela melhor margem de comercialização de energia elétrica, em função dos menores custos de aquisição.

No 2T-2007 foi apurado um resultado negativo de R\$ 215 milhões (negativo em R\$ 316 milhões no 1T-2007) decorrente de:

- Elevação de 5% no volume de vendas de gás natural;
- Redução das despesas operacionais com termelétricas.

Esses efeitos foram compensados parcialmente pelas menores margens na comercialização de energia elétrica, devido aos maiores custos de aquisição.



A Distribuição apurou um lucro líquido de R\$ 404 milhões, 37% superior ao do mesmo período do ano anterior (R\$ 295 milhões), motivado pelo aumento de 12% no volume comercializado, associado à redução das despesas com comercialização.

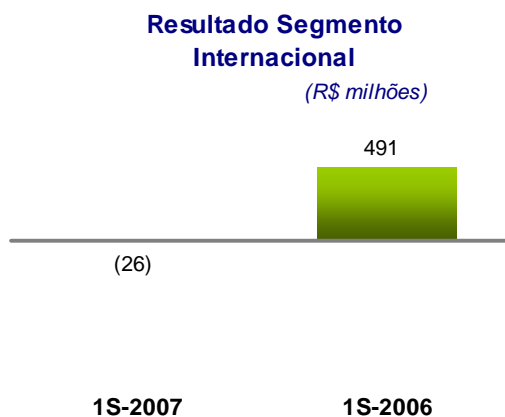
A participação no mercado de distribuição de combustíveis, de acordo com o novo critério que reviu o volume do mercado de álcool, foi de 34,1%, enquanto no 1S-2006 era de 31,4% (equivalente a 32,5% de acordo com o critério anterior).

Em relação ao 1T-2007 foi apurado um lucro líquido 14% superior, devido ao aumento no volume vendido e à recuperação de margens, associados à redução das despesas com comercialização.

A participação no mercado de distribuição de combustíveis foi de 34,2% enquanto que no 1T-2007 foi de 33,9%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Os Negócios Internacionais geraram um resultado negativo equivalente a R\$ 26 milhões, enquanto no 1S-2006 foi apurado um lucro líquido equivalente a R\$ 491 milhões.

Esta reversão no resultado deveu-se a:

- Decréscimo de R\$ 202 milhões no lucro bruto pela apreciação de 11% do real frente ao dólar norte-americano no processo de conversão das demonstrações contábeis;
- Aumento de R\$ 294 milhões nas despesas com prospecção e perfuração na Turquia, Angola, Irã, Estados Unidos, Líbia e Venezuela.
- Incremento das despesas com vendas, gerais e administrativas em R\$ 153 milhões, pelas maiores atividades das empresas no exterior, além da aquisição e constituição de novas empresas nesse período.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo melhor resultado não operacional (R\$ 95 milhões), relacionado à venda das refinarias da Bolívia e da Usina Hydroneuquen, na PESA-Argentina.

No 2T-2007 os Negócios Internacionais geraram um lucro líquido equivalente a R\$ 235 milhões, enquanto no 1T-2007 foi apurado um resultado negativo equivalente a R\$ 261 milhões.

Esta reversão no resultado deveu-se a:

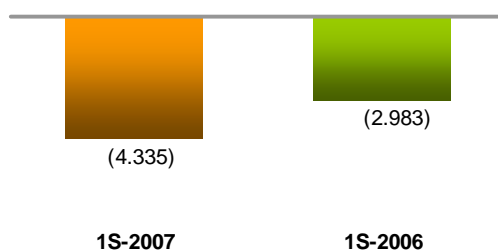
- maior margem na comercialização e refino nos Estados Unidos, decorrente dos melhores preços de venda praticados;
- melhor resultado na Bolívia, pela assinatura dos novos contratos de E&P a partir de maio/07 e pelo ganho de capital com a venda de refinarias;
- maior volume de vendas do E&P nos Estados Unidos, pelo incremento da produção do campo de Cottonwood;
- Redução de R\$ 283 milhões nas despesas exploratórias.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**Resultado Segmento
Corporativo**

(R\$ milhões)



As atividades corporativas obtiveram um resultado negativo de R\$ 4.335 milhões, enquanto que no 1S-2006 foi apurado um resultado negativo de R\$ 2.983 milhões, devido a:

- Gastos, no montante de R\$ 642 milhões, com incentivo financeiro aos participantes do plano de pensão, em contrapartida à aceitação da repactuação do plano;
- Aumento de R\$ 1.421 milhões nas despesas financeiras líquidas.
- Acréscimo de R\$ 231 milhões nas despesas gerais e administrativas pelos maiores gastos com serviços de terceiros e com pessoal; este, provenientes do ingresso de novos empregados durante o exercício de 2006 e do acordo coletivo.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de juros sobre capital próprio, que gerou um benefício fiscal no valor de R\$ 746 milhões.

O resultado no 2T-2007 foi negativo em R\$ 1.745 milhões, enquanto que no 1T-2007 foi negativo em R\$ 2.590 milhões, em decorrência de:

- Melhoria no resultado com imposto de renda no valor de R\$ 563 milhões, decorrente do reconhecimento de juros sobre capital próprio, que gerou um benefício fiscal no valor de R\$ 746 milhões.
- Realização no 1T-2007 de gastos com incentivo financeiro aos participantes do plano de pensão, em contrapartida à aceitação da repactuação do plano (R\$ 632 milhões);

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 106 milhões nas despesas financeiras líquidas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Endividamento Consolidado

	R\$ milhões		
	30.06.2007	31.03.2007	Δ%
Endividamento Curto Prazo ⁽¹⁾	10.720	11.879	(10)
Endividamento Longo Prazo ⁽¹⁾	29.100	32.539	(11)
Total	39.820	44.418	(10)
Endividamento líquido ⁽²⁾	21.966	23.955	(8)
Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido) ⁽¹⁾	17%	19%	(2)
Passivo Total líquido ^{(1) (3)}	195.012	189.367	3
Estrutura de capital (capital de terceiros líquido / passivo total líquido)	45%	46%	(1)

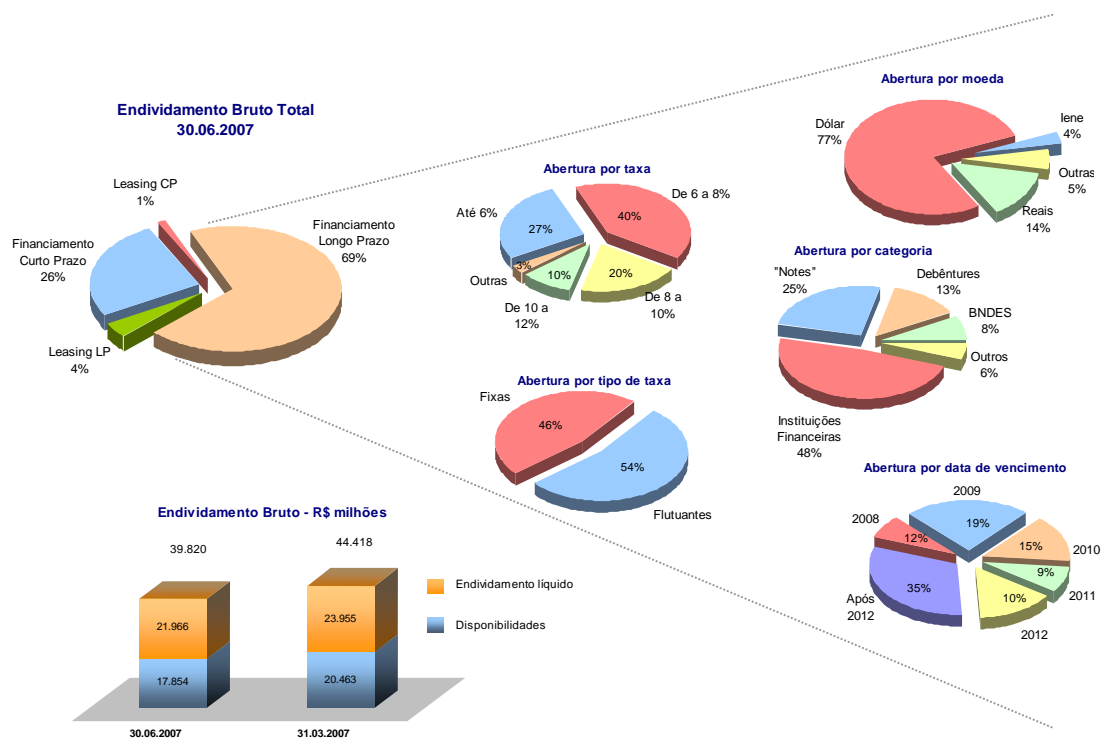
- (1) Inclui endividamento contraído através de contratos de Leasing (R\$ 1.980 milhões em 30.06.2007 e R\$ 2.259 milhões em 31.03.2007).
 (2) Endividamento Total - Disponibilidades.
 (3) Passivo total líquido de caixa/aplicações financeiras.

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em 30.06.2007, de R\$ 21.966 milhões, 8% inferior a 31.03.2007 (R\$ 23.955 milhões), decorreu, principalmente da geração líquida de caixa no período (R\$ 2.948 milhões), mesmo considerando o crescimento expressivo de investimentos e o pagamento de dividendos, além do reflexo da apreciação do Real sobre o endividamento.

O nível de endividamento, medido através do índice da dívida líquida/EBITDA reduziu de 0,54 , em 31.03.2007 para 0,44 , em 30.06.2007. A estrutura de capital está representada por 45% de participação de capitais de terceiros, com redução de 1 ponto percentual se comparada a 31.03.2007

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Investimentos Consolidados

A Petrobras, cumprindo as metas traçadas no seu planejamento estratégico, continua investindo prioritariamente no desenvolvimento de sua capacidade de produção de petróleo e gás natural, através de investimentos próprios e da estruturação de empreendimentos com parceiros. Em 30.06.2007, os investimentos totais alcançaram R\$ 19.795 milhões, representando um aumento de 45% sobre os recursos aplicados em 30.06.2006.

R\$ milhões					
	1º Semestre				
	2007	%	2006	%	Δ%
• Investimentos Diretos	17.030	86	12.345	91	38
Exploração e produção	9.092	46	7.195	53	26
Abastecimento	2.856	14	1.538	11	86
Gás e Energia	730	4	1.041	8	(30)
Internacional	3.486	18	1.889	14	85
Distribuição	547	3	333	2	64
Corporativo	319	1	349	3	(9)
• Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	2.596	13	1.156	8	125
• Empreendimentos em Negociação	169	1	142	1	19
• Projetos Estruturados	-	-	1	-	-
Exploração e produção	-	-	1	-	(100)
Total de investimentos	19.795	100	13.644	100	45

R\$ milhões					
	1º Semestre				
	2007	%	2006	%	Δ%
Internacional					
Exploração e produção	3.129	90	1.460	77	114
Abastecimento	202	6	127	7	59
Gás e Energia	65	2	33	2	97
Distribuição	26	1	26	1	-
Outros	64	1	243	13	(74)
Total de investimentos	3.486	100	1.889	100	85

R\$ milhões					
	1º Semestre				
	2007	%	2006	%	Δ%
Projetos Desenvolvidos por SPEs					
Marlim Leste	847	33	447	39	89
PDET Off Shore	186	7	37	3	403
Barracuda e Caratinga	-	-	40	3	-
Malhas	342	13	243	21	41
Gasene	586	23	330	29	-
EVM	-	-	32	3	-
CDMPI	206	8	-	-	-
Mexilhão	223	8	-	-	-
Amazônia	206	8	27	2	663
Total de investimentos	2.596	100	1.156	100	125

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em linha com seus objetivos estratégicos, a Petrobras atua consorciada a outras empresas como concessionária de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Atualmente, a Companhia mantém parcerias em 84 áreas de concessão. Para esses empreendimentos, prevê-se que os investimentos totais serão da ordem de US\$ 7.528 milhões, até o fim desse exercício.

1. Impostos e Contribuições Consolidados

A contribuição econômica da Petrobras ao País, medida por meio da geração de impostos, taxas e contribuições sociais correntes, totalizou R\$ 25.376 milhões.

R\$ milhões							
1T-2007	2º Trimestre				1º Semestre		
	2007	2006	Δ%		2007	2006	Δ%
				Contribuição Econômica - País			
4.132	4.484	4.463	-	ICMS	8.616	8.548	1
1.853	1.973	1.930	2	CIDE ⁽¹⁾	3.826	3.777	1
2.749	2.974	2.982	-	PASEP/COFINS	5.723	5.627	2
2.892	3.005	3.736	(20)	Imposto de Renda e C.S.s/lucro	5.897	7.484	(21)
656	658	485	36	Outros	1.314	1.075	22
12.282	13.094	13.596	(4)	Sub-total País	25.376	26.511	(4)
888	824	1.001	(18)	Contribuição Econômica - Exterior	1.712	1.844	(7)
13.170	13.918	14.597	(5)	Total	27.088	28.355	(4)

⁽¹⁾ CIDE - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

2. Participações Governamentais

R\$ milhões							
1T-2007	2º Trimestre			País	1º Semestre		
	2007	2006	Δ%		2007	2006	Δ%
	1.627	1.778	1.981	(10) <i>Royalties</i>	3.405	3.739	(9)
	1.509	1.647	2.146	(23) Participação Especial	3.156	4.146	(24)
	33	28	29	(3) Retenção de área	61	53	15
	3.169	3.453	4.156	(17) Sub-total País	6.622	7.938	(17)
	299	186	310	(40) Exterior	485	526	(8)
	3.468	3.639	4.466	(19) Total	7.107	8.464	(16)

As participações governamentais no País reduziram 17% em relação ao 1S-2006, refletindo o decréscimo de 12% no preço de referência para o petróleo nacional, que alcançou o preço médio de R\$ 103,45 (US\$ 50,76), contra R\$ 117,68 (US\$ 53,76) no 1S-2006, atrelado à cotação do Brent no mercado internacional, associado à redução de participações especiais por conta do declínio natural de produção em campos maduros.

3. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido Consolidados

	R\$ milhões	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
. Conforme informações da PETROBRAS em 30.06.2007	109.290	11.188
. Lucro na venda de produtos em estoque nas Subsidiárias	(426)	(426)
. Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores	-	362
. Juros capitalizados	(807)	(99)
. Reversão parcial (absorção) de PL negativo de controlada *	(179)	(105)
. Outras Eliminações	(599)	11
. Conforme informações Consolidadas em 30.06.2007	107.279	10.931

* De acordo com a Instrução CVM N° 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, as perdas ocasionadas por passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio líquido da Petrobras em 30.06.2007, gerando item de conciliação entre as Demonstrações Contábeis da Petrobras e as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

4. Comportamento das Ações e ADR da Petrobras

Valorização Nominal					
	2º Trimestre			1º Semestre	
1T-2007	2007	2006		2007	2006
-5,05%	13,61%	3,86%	Petrobras ON	7,87%	17,19%
-7,35%	11,92%	0,09%	Petrobras PN	3,69%	16,04%
-3,38%	21,87%	3,05%	ADR- Nível III - ON	17,75%	25,31%
-3,68%	19,40%	-0,01%	ADR- Nível III - PN	15,01%	24,03%
2,99%	18,75%	-3,48%	IBOVESPA	22,30%	9,49%
-0,87%	8,53%	0,37%	DOW JONES	7,59%	4,04%
0,26%	7,50%	-7,17%	NASDAQ	7,78%	-1,51%

O valor patrimonial da ação da Petrobras em 30 de junho de 2007 atingiu R\$ 24,91.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

5. Exposição Cambial

A exposição cambial do Sistema Petrobras é mensurada conforme quadro a seguir:

Ativo	R\$ milhões	
	30.06.2007	31.03.2007
Circulante	19.418	21.796
Disponibilidades	7.857	9.732
Outros ativos circulantes	11.561	12.064
Não Circulante	31.332	31.701
Realizável a longo prazo	4.403	4.018
Investimentos	1.223	1.254
Imobilizado	22.699	23.186
Intangível	2.444	2.613
Diferido	563	630
Total do Ativo	50.750	53.497
Passivo	R\$ milhões	
	30.06.2007	31.03.2007
Circulante	15.410	15.656
Financiamentos	6.652	7.415
Fornecedores	6.058	4.920
Outros passivos circulantes	2.700	3.321
Não Circulante	21.610	23.904
Financiamentos	20.721	22.976
Outros exigíveis a longo prazo	889	928
Total do Passivo	37.020	39.560
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	13.730	13.937
(+) Fundos de Investimentos Financeiros - Cambial	168	1.745
(-) Empréstimos FINAME - em reais indexado ao dólar	409	487
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	13.489	15.195
Ativo (Passivo) Líquido em Dólares	7.003	7.411
Taxa do dólar (*)	1,9262	2,0504

(*) Considera a conversão do valor em reais pela taxa do dólar de venda do dia do encerramento do período.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	1
3 - Nº REGISTRO NA CVM	
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	15/02/1998
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/02/2015
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	2,5% acima TJLP
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	430.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	43.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	43.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	15/08/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2002/035
4 - DATA DO REGISTRO CVM	30/08/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM mais 11% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	750.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	750.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	750.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	31/07/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2002/037
4 - DATA DO REGISTRO CVM	31/10/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	04/10/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/10/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM mais 10,3% a.a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	775.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	775.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	775.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	30/09/2007

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	R\$ mil							
	Consolidado				Controladora			
	30.06.2007		30.06.2006		30.06.2007		30.06.2006	
Vendas de produtos e/ou serviços e resultados não operacionais (*)	104.916.812		96.890.674		80.322.185		77.327.967	
Materiais consumidos	(12.366.839)		(9.628.477)		(6.547.208)		(6.763.014)	
Custo das mercadorias para revenda	(16.932.938)		(14.852.206)		(4.870.449)		(4.114.188)	
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(12.568.603)		(7.650.029)		(10.702.039)		(6.842.340)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	63.048.432		64.759.962		58.202.489		59.608.425	
Depreciação e amortização	(5.065.563)		(4.450.030)		(2.742.092)		(2.215.715)	
Resultado de participação em investimentos relevantes	(173.091)		(291.997)		548.893		1.049.826	
Receitas financeiras/variações monetárias e cambiais	1.147.163		1.233.399		1.132.005		562.404	
Amortização de deságios	(14.204)		(16.570)		10.422		6.175	
Aluguéis e royalties	250.869		274.120		195.368		194.525	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	59.193.606		61.508.884		57.347.085		59.205.640	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	59.193.606	100%	61.508.884	100%	57.347.085	100%	59.205.640	100%
<u>Pessoal:</u>	6.365.379	11%	4.867.762	8%	5.165.974	9%	3.789.898	7%
Salários, vantagens e encargos	6.365.379	11%	4.867.762	8%	5.165.974	9%	3.789.898	7%
<u>Tributos:</u>	34.195.117	58%	36.819.549	60%	33.816.611	59%	36.033.327	60%
Impostos, taxas e contribuições	27.599.539	47%	27.755.111	45%	27.700.816	48%	27.415.194	46%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(511.237)	-1%	600.201	1%	(505.867)	-1%	679.962	1%
Participações governamentais	7.106.815	12%	8.464.237	14%	6.621.662	12%	7.938.171	13%
<u>Instituições financeiras e fornecedores:</u>	6.793.576	11%	5.235.658	9%	7.176.832	13%	5.368.673	10%
Juros, variações cambiais e monetárias	3.153.366	5%	1.818.578	3%	2.627.707	5%	975.726	2%
Despesas de aluguéis e afretamentos	3.640.210	6%	3.417.080	6%	4.549.125	8%	4.392.947	8%
<u>Acionistas:</u>	11.839.534	20%	14.585.915	23%	11.187.668	19%	14.013.742	23%
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.193.519	4%			2.193.519	4%		
Participação dos acionistas não controladores	908.463	1%	951.465	1%				
Lucros retidos	8.737.552	15%	13.634.450	22%	8.994.149	15%	14.013.742	23%

(*) Inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	30.06.2007	30.06.2006	30.06.2007	30.06.2006
Resultado do Período	10.931.071	13.634.450	11.187.668	14.013.742
(+) Ajustes	10.111.851	7.041.282	11.055.913	2.920.407
Depreciação, amortização	5.065.563	4.450.030	2.742.092	2.215.715
Contas petróleo e álcool	(7.311)	(7.031)	(7.311)	(7.031)
Operação com fornecedores de petróleo e derivados – externos			4.617.160	2.884.584
Encargos com financiamento, empresas vinculadas e projetos estruturados (<i>project finance</i>)	(1.224.117)	(424.165)	1.433.707	900.987
Participação de acionistas não controladores	908.463	951.464		
Ganho/perda em mudança de participação em investimento relevante			(13.305)	(64.987)
Resultado de participações em investimentos relevantes	187.295	308.567	(559.315)	(1.056.001)
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	326.045	1.044.020	30.942	105.652
Imposto de renda e contribuições diferidos	(511.237)	600.201	(505.867)	927.425
Varição cambial de ativo permanente	3.879.878	2.764.150		
Varição de estoques	(1.024.157)	(3.709.609)	(278.501)	(3.437.839)
Varição de contas a receber de terceiros e empresas vinculadas	1.320.196	1.592.723	1.329.241	1.359.088
Varição de fornecedores terceiros e empresas vinculadas	273.923	1.366.615	800.420	(1.959.489)
Varição de impostos, taxas e contribuições	1.097.849	(457.435)	529.750	530.358
Varição de obrigações com projetos estruturados			27.996	(1.274.570)
Varição de plano pensão e saúde	1.072.142	1.225.958	969.662	1.136.556
Varição de outros ativos e passivos	(1.252.681)	(2.664.206)	(60.758)	659.959
(=) Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	21.042.922	20.675.732	22.243.581	16.934.149
(-) Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(18.552.753)	(12.660.484)	(10.323.009)	(7.932.683)
Investimentos em exploração, produção e gás	(9.385.821)	(7.771.308)	(6.583.809)	(5.731.710)
Investimento em refino e transporte	(3.520.953)	(1.642.346)	(3.052.106)	(1.296.288)
Investimento em gás e energia	(2.421.151)	(624.562)	(829.790)	(947.022)
Investimento em distribuição	(158.538)	(264.349)		
Investimento no segmento internacional	(2.841.645)	(1.925.341)	(7.965)	(6.269)
Outros investimentos	(375.137)	(485.779)	(373.579)	(424.621)
Dividendos recebidos	150.492	53.201	753.430	836.053
Empreendimentos em negociação			(229.190)	(362.826)
(=) Fluxo de caixa líquido	2.490.169	8.015.248	11.920.572	9.001.466
(-) Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(12.465.332)	(8.719.205)	(20.632.916)	(10.218.579)
(=) Variação líquida no período	(9.975.163)	(703.957)	(8.712.344)	(1.217.113)
Disponibilidades no início do período	27.829.105	23.417.040	20.098.892	17.481.555
Disponibilidades no fim do período	17.853.942	22.713.083	11.386.548	16.264.442

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

**DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADA
 EM 30 DE JUNHO DE 2007**

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 30.06.2007

	R\$ MILHARES							TOTAL
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	INTERN.	CORP.	ELIMIN.	
ATIVO	82.680.170	45.909.848	23.101.641	8.574.387	23.747.366	36.125.451	(9.253.416)	210.885.447
Circulante	7.892.974	21.349.238	2.891.605	4.431.488	5.118.813	24.465.517	(8.557.989)	57.591.646
Caixa / Aplicações Financeiras						17.853.942		17.853.942
Outros Ativos Circulantes	7.892.974	21.349.238	2.891.605	4.431.488	5.118.813	6.611.575	(8.557.989)	39.737.704
Não circulante	74.787.196	24.560.610	20.210.036	4.142.899	18.628.553	11.659.934	(695.427)	153.293.801
Realizável a Longo Prazo	4.306.517	1.157.824	2.036.410	1.069.276	1.337.570	8.498.494	(681.873)	17.724.218
Imobilizado	67.596.650	21.696.729	17.168.349	2.672.683	12.100.914	1.787.675	(13.554)	123.009.446
Outros	2.884.029	1.706.057	1.005.277	400.940	5.190.069	1.373.765		12.560.137

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 1S-2007

	R\$ MILHARES							TOTAL
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	INTERN.	CORP.	ELIMIN.	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita Operacional Líquida	36.087.114	62.902.016	4.358.635	21.081.140	9.516.831		(53.253.614)	80.692.122
Intersementos	33.654.926	16.883.836	1.114.221	383.645	1.216.986		(53.253.614)	
Terceiros	2.432.188	46.018.180	3.244.414	20.697.495	8.299.845			80.692.122
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(16.110.501)	(53.767.996)	(3.966.733)	(19.083.337)	(7.749.550)		52.497.095	(48.181.022)
Lucro Bruto	19.976.613	9.134.020	391.902	1.997.803	1.767.281		(756.519)	32.511.100
Despesas Operacionais	(1.895.699)	(2.579.796)	(879.343)	(1.368.932)	(1.420.527)	(4.327.784)	78.475	(12.393.606)
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(350.726)	(1.905.041)	(456.096)	(1.160.783)	(731.014)	(1.376.379)	79.583	(5.900.456)
Despesas Tributárias	(14.915)	(73.225)	(46.000)	(90.973)	(67.502)	(329.357)		(621.972)
Despesas com Prospecção e Perfuração	(451.337)				(594.789)			(1.046.126)
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	(405.909)	(148.949)	(85.112)	(5.690)	(2.026)	(162.727)		(810.413)
Plano de Pensão e Saúde						(905.291)		(905.291)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(672.812)	(452.581)	(292.135)	(111.486)	(25.196)	(1.554.030)	(1.108)	(3.109.348)
Lucro (Prejuízo) Operacional	18.080.914	6.554.224	(487.441)	628.871	346.754	(4.327.784)	(678.044)	20.117.494
Despesas Financeiras Líquidas						(2.006.203)		(2.006.203)
Resultado da Equivalência Patrimonial		81.015	23.286	(8.152)	42.965	(326.409)		(187.295)
Receitas (Despesas) Não Operacionais	(24.734)	(4.898)	2.684	(4.751)	88.757	(5.555)		51.503
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e Participação dos Acionistas não Controladores	18.056.180	6.630.341	(461.471)	615.968	478.476	(6.665.951)	(678.044)	17.975.499
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.139.101)	(2.226.768)	164.818	(212.201)	(247.699)	2.294.451	230.535	(6.135.965)
Participação dos Acionistas não Controladores	(417.315)	(36.655)	(233.839)	(3)	(256.094)	35.443		(908.463)
Lucro Líquido (Prejuízo)	11.499.764	4.366.918	(530.492)	403.764	(25.317)	(4.336.057)	(447.509)	10.931.071

- Parte dos gastos com ociosidade de termelétricas passou a ser alocada ao CPV, tendo em vista a vinculação destes gastos com a venda da energia atrelada à capacidade disponível para comercialização, independente dos volumes efetivamente gerados.

- Visando uniformizar o critério de alocação das despesas com Segurança, Meio-Ambiente e Saúde, passamos a alocar integralmente estas despesas no grupo de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

- Os gastos com formação dos novos empregados da Petrobras passaram a ser alocados de acordo com a área de atuação de cada profissional, deixando de ser integralmente alocadas as despesas administrativas do grupo de órgãos corporativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Demonstração Consolidada por Área de Negócio Internacional - 1S-2007

R\$ MILHARES INTERNACIONAL							
	E&P	ABAST	G&E	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
ÁREA INTERNACIONAL							
ATIVO (30.06.2007)	17.151.226	4.573.150	4.358.131	705.998	2.295.676	(5.336.815)	23.747.366
Demonstração do Resultado ⁽¹⁾							
Receita Operacional Líquida	2.402.332	6.232.342	1.127.399	1.779.959	24.781	(2.049.982)	9.516.831
Intersegmentos	1.664.011	1.388.582	201.385	12.990		(2.049.982)	1.216.986
Terceiros	738.321	4.843.760	926.014	1.766.969	24.781		8.299.845
Lucro (Prejuízo) Operacional	134.606	205.952	304.919	(29.079)	(282.173)	12.529	346.754
Lucro Líquido (Prejuízo)	(95.241)	161.206	210.813	(22.634)	(291.990)	12.529	(25.317)

(1) Os gastos com formação dos novos empregados da Petrobras passaram a ser alocados de acordo com a área de atuação de cada profissional, deixando de ser integralmente alocadas às despesas administrativas do grupo de órgãos corporativos. Visando manter a comparabilidade entre os períodos, estamos apresentando as demonstrações anteriores de acordo com os novos critérios acima.

Demonstração do Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais - 1S-2007

R\$ MILHARES								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	INTERN.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
Gastos com Repactuação Plano Petros	(219.741)	(128.849)	(11.437)	(40.656)	(7.832)	(641.691)		(1.050.206)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(35.836)	(28.045)		(21.426)		(461.912)		(547.219)
Despesas Operacionais com Termelétricas			(245.116)					(245.116)
Perdas e Contingências com Processos Judiciais	(135.957)	(33.892)	(15)	(48.566)	(2.357)	(1.988)		(222.775)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(9.360)	(48.918)	(1.534)			(138.869)		(198.681)
Novo Plano de Cargos e Avaliação de Carreiras	(47.482)	(23.480)	(4.346)		(3.217)	(44.880)		(123.405)
Paradas não Programadas em Instalações e Equipamentos de Produção	(18.706)	(71.574)						(90.280)
Resultado em Operações de Hedge		(63.976)						(63.976)
Perdas Contratuais com Serviços de Transporte - Ship or Pay					(43.613)			(43.613)
Outros	(205.730)	(53.847)	(29.687)	(838)	31.823	(264.690)	(1.108)	(524.077)
	(672.812)	(452.581)	(292.135)	(111.486)	(25.196)	(1.554.030)	(1.108)	(3.109.348)

- Parte dos gastos com ociosidade de termelétricas passar a ser alocada ao CPV, tendo em vista a vinculação destes gastos com a venda da energia atrelada à capacidade disponível para comercialização, independente dos volumes efetivamente gerados.

- Visando uniformizar o critério de alocação das despesas com Segurança, Meio-Ambiente e Saúde, passamos a alocar integralmente estas despesas no grupo de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA PETROBRAS

Acionistas	Composição do Capital Social (31.12.2006)		Composição do Capital Social (30.06.2007)	
	Ações	%	Ações	%
Ações Ordinárias	2.536.673.672	100,0	2.536.673.672	100,0
União Federal	1.413.258.228	55,7	1.413.258.228	55,7
BNDESPar	47.246.164	1,9	47.246.164	1,9
ADR Nível 3	684.488.756	27,0	703.504.828	27,7
FMP - FGTS Petrobras	111.122.616	4,4	109.350.583	4,3
Estrangeiros (Resolução nº 2689 C.M.N)	73.044.091	2,9	70.207.598	2,8
Demais pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	207.513.817	8,1	193.106.271	7,6
Ações Preferenciais	1.850.364.698	100,0	1.850.364.698	100,0
BNDESPar	287.023.667	15,5	287.023.667	15,5
ADR. Nível 3 e Regra 144 -A	676.900.544	36,6	693.918.992	37,5
Estrangeiros (Resolução nº 2689 C.M.N)	291.682.789	15,8	269.255.367	14,6
Demais pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	594.757.698	32,1	600.166.672	32,4
Capital Social	4.387.038.370	100,0	4.387.038.370	100,0
União Federal	1.413.258.228	32,2	1.413.258.228	32,2
BNDESPar	334.269.831	7,6	334.269.831	7,6
ADR (Ações ON)	684.488.756	15,6	703.504.828	16,0
ADR (Ações PN)	676.900.544	15,4	693.918.992	15,8
FMP - FGTS Petrobras	111.122.616	2,5	109.350.583	2,5
Estrangeiros (Resolução nº 2689 C.M.N)	364.726.880	8,3	339.462.965	7,8
Demais pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	802.271.515	18,4	793.272.943	18,1

⁽¹⁾ Contempla custódia BOVESPA e demais entidades.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e o balanço patrimonial consolidado da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado consolidado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Nossa revisão especial foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão especial sobre as informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e da segmentação de negócios referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, representam informações complementares a essas informações trimestrais, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações trimestrais e, baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que essas informações complementares estejam apresentadas de forma condizente com as informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

13 de agosto de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052.428/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	102
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	106
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	108
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	110
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	112
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	145
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	148
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	153/154